REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
VOLUME 21 NÚMERO 1/2
JANEIRO/JUNHO
1988

BIBLIOTECAS PÚBLICAS PORTUGUESAS
III Encontro Paulista de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação,
abril de 1988 – Marília – SP
X Jornada Sul Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação
Junho de 1988 – Porto Alegre – RS

Digitalizado gentilmente por:

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários – FEBAB

DIRETORIA (1987/89)

Presidente: Elizabeth Ramos de Carvalho (RJ)
Vice-Presidente: Selma Chi Barreiro (RJ)
Secretária Geral: Mirlan Salvadore Nascimento (SP)
1ª Secretária: Anna Maria Silva
2ª Secretária: Maria Alice Martins (RJ)
1º Tesoureiro: Maria de Fátima Raposo (RJ)
2º Tesoureiro: Marly Peixoto Sofer (RJ)
Observador Legislativo: Sueli Angélica do Amaral (DF)
Editor: Neusa Dias de Macedo (SP)
Assessor de Valorização Profissional: Carlos Luiz da Silva (RJ)

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Riograndense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Associação dos Bibliotecários do Ceará
Associação Campineira de Bibliotecários
Associação Paranaense de Bibliotecários
Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Catarinense de Bibliotecários
Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí
Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia
Associação de Bibliotecários do Estado de Mato Grosso
Associação Profissional dos Bibliotecários de Pernambuco
Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
Associação Profissional dos Bibliotecários do Amazonas
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte
Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul
Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo
Associação Profissional de Bibliotecários de Goiás
Associação Profissional de Bibliotecários de Sergipe
Associação de Bibliotecários de Rondônia
Associação Profissional dos Bibliotecários de Minas Gerais

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Brasileira de Documentação Agrícola
Comissão Brasileira de Documentação Biomédica
Comissão Brasileira de Documentação Jurídica
Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica
Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos
Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares
Comissão Brasileira de Documentação em Ciências Sociais e Humanidades
Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
Comissão Brasileira de Documentação em Tecnologia Aeroespacial
Comissão Brasileira de Documentação em Celulose e Papel

Revista Brasileira de
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

CORPO EDITORIAL

Editor:
Dra. Neusa Dias de Macedo (ECA/USP)

Redator Chefe:
Waldomiro Castro Santos Vergueiro (ECA/USP)

Coordenadores de Seções:
Inês M. Moraes Imperatriz (SIBI/USP)
Irati Antônio (ECA/USP)
Laércio Felício (Gabinete do Governador/SP)
Laila Gebara Spinelli (Biblioteca Pública Municipal de São Paulo)
Terezinha Sarmento Cesar (Seção Referência Legislativa PGM/PMSP)

Assessor/Português:
Dra. Idméa Semeghini P. Siqueira (Pesquisador IP/USP – CNPq)

Comissão Editorial:
Dra. Dinah Aguiar Población (ECA/USP)
Dr. Augusto Milanesi (ECA/USP)
Profª Maria Teresinha Dias de Andrade (FSP/USP)
Dra. Vera Beraquet (PUC/Campinas)
Dra. Johanna W. Smit (ECA/USP)

Publicação feita com a colaboração do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Publicação: 4 números em 2

Pagamentos em cheque visado pagável em São Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, ou ao Banco do Brasil S/A.
Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.
Estrangeiro: US$ 30 dólares.

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE

BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

SUMÁRIO

EDITORIAL

ARTIGOS

9 Antonio Garcia Gutierrez
Connotaciones lingüísticas para una teoria de la documentación

21 Mariângela L. Fujita
Sistema de Indexação PRECIS. I. Precis: perspectiva histórica e técnica de seu desenvolvimento e aplicação

46 Sandrelei Navarro
Interface entre lingüística e indexação

63 Jacques Chaumier
Indexação: conceito, etapas e instrumentos

80 Rodolfo Tsupal
Bibliotecas públicas portuguesas e o livre-acesso

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 21, números 1/2, páginas 1-164
Janeiro/Junho 1988
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

SEÇÕES

103 Documentos
O processo de implantação do currículo na ECA/USP
Sociedade Amigos da Biblioteca

118 Entrevista
Hagar Espanha Gomes

125 Levantamento bibliográfico

130 Noticiário
Nacional
Internacional

142 Resenhas

151 Recentes Publicações

159 Guia aos Colaboradores

Toda a correspondência para a RBBD deve ser dirigida à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 – São Paulo – SP
Fone: (011) 257-9979

Digitalizado gentilmente por:

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CONTENTS

EDITORIAL

ARTICLES

9 Antonio Garcia Gutierrez
Linguistical connotations for a documentation theory

21 Mariângela L. Fujita
PRECIS System of Indexing. I. PRECIS: Historical background and developmental and application techniques

46 Sandrelei Navarro
Linguistics and indexing interface

63 Jacques Chaumier
Indexing: concepts, phases and tools

80 Rodolfo Tsupal
Portuguese public libraries and open stacks

R. bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo
Volume 21, numbers 1/2, páginas 1-164
January/June 1988
ISSN 0100-0691

Digitalizado gentilmente por:

SECTIONS

103	Documents *A new proposal of Library School curriculum (University of São Paulo)* *Friends of Library*
118	Interview Hagar Espanha Gomes
125	Bibliographical Survey
130	News National International
142	Reviews
151	Recents Publications
159	Orientation to Collaborators

Quartely publication
Single number – US$ 30.00
abroad (1982) – US$ 15.00
Orders should be placed to
"Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários",
Address – Rua Avanhandava, 40, cj. 110
CEP 01306 – São Paulo – Brazil

Digitalizado gentilmente por:

EDITORIAL

A REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, como órgão de divulgação e atualização profissional ligado a instituição de classe, tem, como um de seus objetivos, manter-se na linha de frente do desenvolvimento profissional. Desta forma, ela pretende espelhar, na medida do possível, os rumos que toma a profissão, as inquietações de seus membros e as opções que cotidianamente são feitas na construção da Biblioteconomia necessária às exigências de uma sociedade em constante mudança. Se assim não agisse, a RBBD caminharia inevitavelmente para seu desgaste e descrédito como periódico dirigido a um público especializado, perdendo a confiança que a tanto custo – e à custa de tanto esforço – conseguiu conquistar.

Seguindo esta filosofia, a Comissão Editorial da RBBD decidiu concentrar, neste primeiro fascículo de 1988, contribuições na área de *Análise Documentária*. Tal decisão deveu-se, principalmente, à constatação de que este assunto vem passando, nos últimos anos, por um desenvolvimento bastante acentuado, incorporando informações oriundas de outras áreas do conhecimento humano e exercendo papel destacado no reconhecimento social da profissão. Deveu-se, também, ao grande número de solicitações recebidas de profissionais para que a Revista discutisse a questão em suas páginas, em nível acessível ao estágio de conhecimento dos mesmos. Ou seja: nem de forma excessivamente especializada, nem de maneira por demais simplista. Com a reunião dos artigos e contribuições deste número, espera-se ter atendido a estas solicitações.

As características assumidas pela *Análise Documentária* nestes últimos anos ficam bem claras por dois artigos deste número, um deles de origem européia, onde são traçadas as relações existentes entre documentação e lingüística, que foi conservado na língua original. O outro artigo, fruto de trabalho de conclusão de Curso de Biblioteconomia, foi considerado pela Comissão Editorial como sendo um ensaio de "estado de arte" suficientemente fundamentado para sua in-

Digitalizado gentilmente por:

clusão na Revista. Além deste, foi incluída, também, tradução de obra de um dos grandes expoentes dos estudos sobre documentação, elaborada por bibliotecário brasileiro. Procura-se, com isto, incentivar tanto os novos bibliotecários que tenham produzido trabalhos relevantes no transcorrer de seus estudos acadêmicos como, também, divulgar artigos e realizações importantes veiculados originalmente em outros idiomas, a fim de que os mesmos possam tornar-se acessíveis à comunidade bibliotecária brasileira como um todo, sem a barreira lingüística antes existente.

Já outra contribuição do presente fascículo discorre sobre um sistema documentário específico, o Sistema de Indexação PRECIS. Trata-se da primeira parte de um trabalho mais extenso sobre esse sistema de indexação, cuja continuação deverá ser publicada no segundo número de 1988. Enquanto o artigo ora publicado aborda as perspectivas históricas do Sistema PRECIS, sua continuação irá enfocar a experiência para indexação de periódicos brasileiros. São, sem dúvida, assuntos de bastante atualidade.

Também sobre o tema central versam o levantamento bibliográfico, apresentado neste fascículo como um guia prático de leitura, e parte das resenhas escolhidas, além da Seção de Entrevista, esta última enfocando a bibliotecária e professora de Biblioteconomia Dra. Hagar Espanha Gomes. A entrevistada é possuidora de grande bagagem intelectual e experiência nesta área, o que proporcionou, como resultado final, um depoimento bastante esclarecedor sobre o desenvolvimento e preocupação dos estudiosos de *Análise Documentária*.

Completam o presente fascículo uma avaliação das bibliotecas públicas portuguesas sob o ponto de vista do livre-acesso a suas coleções, fruto de viagem de estudos realizada a esse país, constituindo um relato bastante interessante e de agradável leitura, e dois documentos considerados de relevância para conhecimento dos bibliotecários brasileiros.

Os trabalhos destacados neste editorial, juntamente com as demais Seções da Revista, são o resultado de um esforço concentrado

Digitalizado gentilmente por:

de todos os profissionais envolvidos com esta publicação, tentando oferecer aos bibliotecários brasileiros uma literatura biblioteconômica atualizada que reflita as necessidades específicas deste país. Não tem sido um trabalho fácil e os percalços encontrados são bem maiores do que aqueles que, no início – talvez com exagerado otimismo – imaginou-se existir. Espera-se que tal esforço possa ser compreendido pelos bibliotecários, que irão demonstrá-lo por intermédio da leitura, discussão e comentário do material veiculado neste fascículo, fornecendo à Comissão Editorial e Editores de Seções o *feedback* necessário para o prosseguimento do trabalho.

Houve uma pequena modificação no Guia dos Colaboradores, aproveitando-se a ocasião para solicitar que sejam observadas as normas, para facilitar as tarefas editoriais.

WALDOMIRO C.S. VERGUEIRO
Redator-chefe

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

CONNOTACIONES LINGUISTICAS PARA UNA TEORIA DE LA DOCUMENTACION

Antonio Garcia Gutiérrez*

"Leer es, como todas las demás ocupaciones humanas, una tarea utópica"
(José Ortega y Gasset, Comentario a El Banquete de Platón)

RESUMO: Proposta de conceptualização da documentação, esta definida como atividade lingüístico-informativa nos âmbitos científico e profissional. A abordagem do conceito de Documentação é complexa, dada a polissemia de que se investe segundo a perspectiva considerada: diacrônica, sincrônica, sintópica ou diatópica. A necessária estabilização do conceito pode ser feita por um estudo etiológico do termo. A Documentação pode ser vista igualmente em sua dupla dimensão de objeto e processo. Enquanto objeto, por ser fonte de conhecimento, ela está no âmbito da Ciência da Ciência, com caráter transdisciplinar. Enquanto processo, por ser análise e interpretação de mensagens com fins de recuperação, deve incorporar como eixos essenciais a Semiótica e a Hermenêutica. Finalmente, a análise documentária e os seus instrumentos, as linguagens documentárias, por serem condicionadas pela linguagem, buscam sua fundamentação teórica e metodológica nas disciplinas lingüísticas.
PALAVRAS-CHAVE: Documentação. Conceitos. Conotações lingüísticas. Análise documentária.

Conceptualizar una disciplina científica es una tarea ardua y siempre polémica especialmente en el ámbito de las Ciencias sociales y humanas en las que priman las perspectivas, la equivocidad y la dispersión de escuelas de pensamiento. Empero, es de capital importancia establecer el objeto abarcado por una rama científica, si se trata específicamente de ejes centrales para su conocimiento, respetan-

* Professor da Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, jan. 88.

Digitalizado gentilmente por:

do el complejo globalizador y unitario del Saber, con el fin de poder (re-)establecer con rigor el objeto de su estudio y desarrollar los oportunos planes de enseñanza y prioridades de la investigación (1).

El desajuste entre expresión y significación es el primer problema que surge, tanto más cuanto que en el campo que nos ocupa se han detectado importantes traslaciones semánticas y corrimientos de significantes que han dejado traslucir nuevos sentidos. La evolución de la información científica y la influencia que han ejercido sobre ella otros campos del conocimiento, amén de la interacción contínua y renovada de la nuevas tecnologías dificultan, por una parte, la universalidad de la voz "documentación" y, por otra, la aceptación, permanencia y atemporalidad de su definición (2).

Como última obsevación previa, hemos de señalar la importancia de las perspectiva a la hora de definir un concepto (3). Tal enfoque en nuestro caso proviene de la consideración de la documentación como actividad lingüístico-informativa en los ámbitos científico y profesional.

En la reflexión sobre el concepto de Documentación aparecen, inicialmente, condicionantes terminológicos, semánticos y transdisciplinares por su especial entronque con la Ciencia de la Ciencia, según advierte Piaget, apostillado por Sagredo e Izquierdo (4). El significante Documentación adquiere variados sinónimos y cuasisinónimos, dependiendo de su adaptabilidad total al significado, según sea tomado en sentido diacrónico, sincrónico y, incluso, sintópico y diatópico. En efecto, puede constatarse a tenor de la abundante bibliografía sobre el tema, una constante derivación del vocablo a través del tiempo en un mismo lugar en varios lugares simultáneamente, sin que se haya llegado aún a la estabilidad y univocidad de la denominación auspiciada por Otlet con empeño integrador (5). En la voz Documentación, como en otras palabras del lenguaje humano, la adición o modificación de sufijos y prefijos, es decir del nivel exterior del vocablo, genera nuevos semas en el significado, acaso premonitorios de diferentes y ricos campos intradocumentales. Tal situación viene provocada por un concepto necesitado de amplia investigación epistemológica, por una parte, y utilizado, por otra, desde un excesiva aproximación empírica que impide su correcta ubicación en el ámbito de las Ciencias y de la Teoría general de Sistemas. Las corrientes de

Digitalizado gentilmente por:

superposición, yuxtaposición e infraposición que sobrevaloran, equiparan o detractan, respectivamente, el supuesto objeto abarcado por la Documentación (6) no son más que un problema menor en este campo. Las implicaciones sociales, geopolíticas y las corrientes de pensamientos que atomizam diferentes opciones terminológicas según sus influencias tecnológicas, informativas o de soportes podrían ser unificadas, asímismo, tras un consenso internacional a fin de evitar los perjuicios que en la actualidad padecen investigadores y usuarios, pero, en cualquier caso, los argumentos se reducen a meros litigios formales.

A nuestro juicio, el estudio etiológico del problema documental dilucidaría el origen de la múltiple polémica. Podemos afirmar categóricamente que la documentación es información (7) reutilizable, producto de la actividad cultural humana (biocultural en cierto sentido), y tanto en su unidad contextual de transmisión, el documento, como en su proceso, efectuado por los llamados documentalistas, permanece la información como principal atributo. La controversia radicará, en consecuencia, en la naturaleza, propiedades y difusión de la información como paradigma de la documentación y de la Cultura. Los modelos informativo y documental presentan el mismo substrato, el mensaje, nivel modal de la comunicación. Del proceso global de la información en el denominado documento deben irradiar, una vez desentrañadas su esencia y funciones, posteriores teorías, técnicas y aplicaciones.

En el Traité de 1934, Otlet equiparaba el documento, biblión o bibliograma, en el campo documental con la célula en el campo biológico o el átomo en las ciencias químicas (8). El símil, afortunado en su época y por lo que de refuerzo de este nuevo campo representa, parece desproporcionado teniendo en cuenta la fragmentación a que se somete el documento mediante los procesos analíticos y tecnológicos como es el caso de la disociación temporal de soporte y mensaje, para su conservación o transmisión a distancia. Podríamos decir que el documento es a la Documentación como el ser humano a la Medicina o el agua a la Química, objetos o contextos consumados. Solamente una operación estricta de la sustancia y su desestructuración, estudiados su génesis e influencias, el médico, el biólogo, el historiador o el documentalista estarán en condiciones de emitir los

Digitalizado gentilmente por:

resultados de sus análisis. El mismo Otlet. diferenciaba cuatro elementos representados en la denominada "ecuación del libro" (intelectuales, lingüísticos, gráficos y físicos), aunque consideados dentro de la unidad bibliológica (9).

El análisis documental adquiere la plenitud y el significado teleológico del análisis matemático, biológico o sintáctico en sus respectivos dominios. El documento, inferimos, contiene sus propios átomos y moléculas (campos léxicos, ejes de significación, lexías, semantemas, iconos y símbolos . . .) y estos puden parangonarse, en profundidad de observación y resultados, con idénticas partículas orgánicas e inorgánicas en otras Ciencias. Pero si la documentación es información, ésta, a su vez, es condicionada esencialmente por el lenguaje. No e posible emitir, acceder o participar en un proceso comunicativo de forma activa, pasiva, como referente, intermediario o "gate-keeper", analista o receptor sino es a través del lenguaje. La información es lenguaje pero tambien el lenguaje es un medio informativo, tal es el grado de sínfisis e imbricación en que se hallan ambos conceptos. En consecuencia, si se nos permite este aparente entimema, la documentación es fundamentalmente un dispositivo lingüístico y lingüísticas han de ser las soluciones a sus problemas.

El análisis lingüístico, en su mayor amplitud, es el paso previo al análisis documental si consideramos este último como operación intelectual realizada sobre mensajes o datos con el fin de informar sobre ellos a través de sus significados y formas. Sin un correcto dominio del lenguaje natural y del léxico especializado (si nos referimos exclusivamente al habla y a la escritura) por parte del creador de mensajes (genetica documental o documentalizar en términos otletianos) o del receptor de los mismos, su proceso analítico se hace inviable o distorsionado, sin asimilación previa. El átomo documental, elemento lingüístico materializado se muestra pletórico de connotaciones del sistema idiomático y cultural al que pertenece y de denotaciones provenientes del campo de conocimiento que lo genera. Esta doble cualidad hace emerger un nuevo argumento que debe se tenido en cuenta en la planificación científica y docente: la teoría del signo y su interpretación. La Semiótica y la Hermenéutica conforman unos de los ejes esenciales del análisis de mensajes (su decodificación y explicación), siendo estos presentados en secuencias lógicas y morfosintác-

Digitalizado gentilmente por:

ticas (discurso semasiológico del documento, de receptor a autor).

Según se observa, la documentación es un concepto utilizado para designar la fuente y su proceso (serie de operaciones reductoras y exegéticas por las que ha de atravessar). La documentación necesita un esfuerzo intelectual analítico en su elaboración y recepción, codificador y decodificador, por lo que sostenemos como colorario, la existencia de una actividad hermenéutica desarrollada por el individuo en la confluencia de su inteligencia con la Naturaleza, como señala Pietsch desde su reducto cultural-antropológico (10), de la que el documento no es más que una unidad transmisora e intermediaria que utiliza el lenguaje para el conocimiento por parte de otros individuos (componente social). Cuando el receptor de tal acción realiza un análisis sistemático persiguiendo un aprovechamiento derivado por parte de terceros, nos estamos refiriendo a la figura del informador/documentalista que no se encuentra, en este punto, lejos de una actividad similar realizada por los propios investigadores y, más concretamente, periodistas (informan de hechos actuales) o historiadores (informan o explican hechos del pasado), en sus contínuas selección, tratamiento y difusión analítico/sintética de fuentes del conocimiento y de las acciones humanas.

El objeto de la documentación, el documento, se compone aunadamente de mensaje y lenguaje. El documentalista tiene como primordial misión conocerlos y transmistirlos. Para ello se sirve del análisis de contenido mediante la aproximación "aparente" que permite la lectura. El documentalista es, ante todo, un lector obligado a objetivar sus interpretaciones y, consecuentemente, actua como traductor (incluso en el sentido real del término) y hermenéutica. Más que analizar, su labor debe consistir en psicoanalizar el trasfondo del menssaje.

El carácter instrumental de la Documentación es, según silogismo anterior, aplicable al lenguaje y a la información en tanto que herramienta y proceso. Todas las Ciencias y métodos serían instrumentales excepto el conocimiento mismo, el cual no existe en acto si no es informado (codificado) y recibido (interpretado) por el individuo. Este utiliza los mecanismos informativos y la superestructura lingüística (la estructura profunda chomskiana) para absorber conocimientos, incluso, para su exclusivo aprovechamiento. La codifica-

Digitalizado gentilmente por:

ción y selección consciente o inconsciente del emisor sobre la realidad que le rodea se plasma en un canal transmisor para informar a otros (eje onomasiológico). Reiteramos, en consecuencia, que el analista de mensajes documentales no está capacitado para la traducción adecuada sino adopta una actitud semiológica. En cualquier caso, su operación sólo será una aproximación rudimentaria al mensaje inicial, acaso falaz, que tiene que volver a codificar (con distintos valores) para que sea nuevamente decodificado por el usuario. Por otro lado, el desconocimiento (por ausencia, fallecimiento o distancia) del emisor de tales mensajes dificulta aún más la interpretación de una información fuera de contexto y las cirscunstancias en la que fue originada. La descontextualización es uno de los mayores problemas con que ha de enfrentarse el documentalista en cada una de las fases analíticas, así como los investigadores de métodos de representación sintética generados por unas, aún insuficientes, inteligencias artificiales.

El concepto de información o de documento lleva implícito una recepción potencial posterior a su emisión (11), es decir, el informador actua con clara intencionalidad transmisora y persigue determinados efectos físicos, psicológicos o culturales. Empero, para que pueda ser efectiva su comunicación, el emisor debe fraccionar la realidad en unidades inteligibles para lo cual utiliza las articulaciones del lenguaje. A un primer esfuerzo interpretador complejo le sigue una simplificación. La plasmación en un soporte y la sustitución de la voz por grafema (12), párrafos y capítulos desconectan el mensaje de su fuente matriz (por cuanto la escritura supone una rebelión de las ideas respecto a su autor), dejándolo a merced del receptor, aunque conservando las propiedades de discurso analizable. De ahí que el interlocutor deba presuponer un conocimiento profundo de la obra, personalidad, motivaciones y lenguaje del emisor con el fin de que la comunicación, disociada de su fuente (despersonalizada en cierto sentido), sea satisfactoria (13). La realidad es bien diferente: se desconece con frecuencia al autor, sus intenciones o el contexto histórico-ideológico-cultural en el que emitió un mensaje. Esta situación provoca distorsión en el proceso comunicativo a través de documentos, mayor que cuando interviene la oralidad, por lo que toda lectura debe estar precedida de una actitud desestructuradora e interpretati-

Digitalizado gentilmente por:

va (responsabilidad del documentalista frente a su trabajo). En este punto, la figura del lector/analista desempeña, en primera instancia, funciones más arriesgadas que las de traductores y paleógrafos. Además, no por el hecho de leer o analizar en el propio idioma, el investigador o documentalista escapan a las derivaciones de la traducción. Tanto más cuanto que la actividad del documentalista tiene pretensiones de universalidad y objetividad.

Téngase en cuenta, por otro lado, la progresiva delegación de la decisión de materializar una información en la figura del usuario gracias a las redes de bases de datos que en los paises más desarrollados, y como imagina Lancaster, trocan el contenido y la presentación de la información, el concepto de biblioteca como colección de libros y la figura del bibliotecario/documentalista quien en la era electrónica no necesita trabajar en la institución documental, dependiendo las futuras prestaciones de la capacidad y buena disposición de los profesionales para salir de tales organizaciones (14).

El analista de información, en el contexto global de la Documentación, intelectualiza el acceso a las fuentes, erigiéndose como intermediario y colectivizador de datos sobre una campo especializado. Aqui estriba el carácter teleo-instrumental de la disciplina: organización intelectual de las fuentes o mensajes para optimizar su comunicación y uso social. El documentalista actua tambien con intencionalidad, aunque su mediación es indirecta a diferencia de la acción del emisor principal. No obstante, la capacidad de los documentalistas para manipular la información radica en el mayor esfuerzo interpretativo realizado sobre los datos que procesa. Podríamos enunciar la definición de Documentación como una disciplina que tiene por objeto la interpretación de las fuentes permanentes de información con el fin de hacerlas reutilizables, pero pecaríamos de generalidad ya que existen otra especialidades que cumplen total o parcialmente esos objetivos. Sin embargo, puede contatarse la existencia de una disciplina globalizadora, llámese información, Lingüística, Semiología, Documentación o Comunicación (15) y de articulaciones comunes, normalización, lenguaje, decodificación, discurso, fuente, que dificultan la definición de diferentes conceptos para ámbitos entretejidos del conocimiento. Se corre el riesgo de condicionar la definición de una disciplina a la mera defensa de un significante, como atestiguan las

Digitalizado gentilmente por:

denominaciones y cismas terminológicos actuales: Información, Informatika, Ciencias o Ciencia de la Información, Documentación, Información científica . . . tal como son recogidos por López Yepes (16) y en un breve estudio de Terradas y López Piñero al dilucidar la evolución conceptual de la Documentación desde la perspectiva histórica (17).

Se ha determinado que la documentación es, en tanto que objeto, fuente de conocimiento a través de lenguaje y, en tanto que proceso, análisis e interpretación con el fin de informar sobre tales fuentes. Esta aseveración dúplice elimina el sentido peyorativo del adjetivo instrumental (ya que el lenguaje y la comunicación tambien son instrumentos de las ideas) en caso de que tal propiedad signifique menoscabo del rango científico.

La Documentación, al igual que el lenguaje o la información, son vástagos del mismo embrión social (18) que es la base de su origen. En efecto, no existirían el lenguaje, la información y la documentación sin comunidad humana. Aún reconociendo la capitalidad del individuo como eje que culmina los procesos lingüísticos, informativo y documental, imposibles de desmembrar, la estructura globalizadora de estas disciplinas contempla un uso social o masivo de ellas. De la misma manera que el individuo, por el hecho de vivir en una comunidad lingüística está capacitado para usar el lenguaje, la información y la documentación presentan un componente colectivo ineludible de compleja trascendencia ética y jurídica: todo individuo debe tener derecho a generar información y documentación o a disponer de ella (19). Es obligación y tarea de los órganos de gobierno establecer los fundamentos y mecanismos ad hoc para la consecución de tal derecho ciudadano lo que provoca, por sus repercusiones y financiación, una politización de las prioridades documentales de un Estado. En este sentido, análogamente a la denominada Comunicación social, debemos referirnos, como parte o especie de ella, a la Documentación social o de masas (denominación desprovista de mecanicismo y operativismo) como fenómeno peculiar del último cuarto de este siglo impulsado por el motor de la Informática y las nuevas tecnologías.

La irrupción de las nuevas tecnologías de la información trastorna tambien las bases de la documentación en una doble dirección: la potenciación de memorias de masas mediante sistemas ópticos ca-

Digitalizado gentilmente por:

paces de conservar más datos a menor coste, mutando el concepto de colección y de base de datos y la extensión de los nuevos métodos de telecomunicación, videotex, cableTV y, desde luego, satélites en la transmisión de datos reduciendo precios y aumentando la calidad y la simultaneidad en la recepción, de tal manera que no podemos concebir la documentación sin apoyo tecnológico de consevación y difusión. Sin embargo, la tecnología de aceleración y almacenamiento aún siendo imprescindible no es suficiente para solucionar los problemas documentales. El auge de las investigaciones en Inteligencias artificiales y sistemas expertos supondrá un nuevo y decisivo giro en el análisis documental y en sus referentes, los lenguajes documentales (neothesaurus), enfatizándose la necesidad de las disciplinas lingüísticas para el control de datos. La Semántica estructural y determinados postulados generativistas ofrecen métodos y aplicaciones que no puden ser desdeñados por el estudioso de la fenomenología documentológica.

Por otra parte, y en nuestro empeño de apuntar las palabras clave del concepto de Documentación, decididamente de marcado carácter lingüístico, hemos de destacar la connotación de acumulación y permanencia (gracias al soporte) que esta disciplina comporta. En efecto, la necesidad de organizar racionalmente los conocimientos e informar sobre bases universales surge a partir de la proliferación de fuentes, fenómeno que tiene lugar en el siglo XIX, sensibilizando la obra de Otlet y La Fontaine, aunque el proyecto del Repertorio Bibliográfico Universal (RBU) destaca más por la concienciación producida que por sus ediciones manuscritas y efectos propios. En cualquier caso, la Documentación no aparece espontáneamente en escena ya que a lo largo de la historia y muy particularmente en los siglos XVIII y XIX se realizan sorprendentes trabajos dirigidos al control y expansión de la bibliografía según apuntan, con detalle, Terradas y López Piñero (20).

El rasgo diferencial de la Documentación con respecto al lenguaje y la información se produce en la fijación o permanencia característica que permite el acceso diacrónico a los discursos orales, icónicos o escritos. El acoplamiento de las imágenes visual o acústica al soporte material produce continuidad informativa, tal fuente informa cada vez que es requerida, y es precisamente este maridaje lo

Digitalizado gentilmente por:

que permite la organización física de la lengua y los mensajes (ecuación de signos en estructuras lógicas y legibles emitidos intencionalmente), para su utilización posterior y múltiple.

Podemos inferir varias conclusiones sintetizadas de los puntos considerados:

- La Documentación es fundamentalmente información (objeto) y lenguaje (proceso), por lo que su investigación se incardina primordialmente en las denominadas Ciencias de la Comunicación y en la Teoría Lingüística.
- La Documentación se enmarca en el ámbito de la Ciencia de la Ciencia como campo de carácter transdisciplinar y en la filosofía de sistemas.
- La Documentación organiza y transmite conocimiento humano (ella misma se convierte en conocimiento) de donde se destacan dos factores: acumulación de fuentes o datos (mediante la fijación) e importancia de lo social en su concepto.
- La labor del documentalista es informativa, proceso al que accede a través de la lectura y, por ende, de la interpretación de las fuentes. El análisis documental de contenido y los instrumentos que lo hacen posible, los lenguajes documentales, deben encontrar fundamentación teórica y metodológica en las disciplinas lingüísticas (morfosintaxis, lexicología y semántica). Sólo con estas aproximaciones podrán encontrarse soluciones para el problema de las nomenclaturas.
- Es compromiso urgente e ineludible de los documentalistas e investigadores de la Documentación formular los objetivos, métodos y efectos que esperan obtener de los trabajos realizados por los equipos interdisciplinares que actuan sobre las nuevas tecnologías inteligentes.
- Los descriptores del concepto de Documentación son, por consiguiente, información, lenguaje, transdisciplinaridad, acumulación, tecnología, sociedad, lectura e interpretación, en la doble vertiente de objeto y proceso: Documentación es la información acumulada externamente por el hombre y/o su proceso lingüístico-informativo.

Digitalizado gentilmente por:

ABSTRACT: It is proposed documentation conceptualization as a linguistical-informative activity in scientific and professional fields. The treatment of documentation concept is complicated due to polisemics of diacronics, sincronics, sintopical and diatopical perspectives. Documentation can be seen both in the object as in the process dimension. As object, it is included in the science field, having a transdisciplinary characteristic. As process, it must add Semiotics and Hermeneutics as essential axes. Finally, documentary analyses and their instruments, due to influence of language, seek their theoretical fundamentation in Linguistics.
KEY WORDS: Documentation. Concepts. Linguistical connotations. Documentary analysis.

NOTAS

(1) Para Otlet definir la Bibliologia es "caracterizar el dominio en que esta ciencia extiende su imperio y, al propio tiempo, señalar los limites que separan este dominio de los vecinos". Véase su pionera obra Traité de documentation. Le livre sur le livre. *Theorie et pratique*, Bruzelles, Mundaneum, 1934, p. 10b.

(2) "No obstante, el es debe sintetizar el fue, el ahora y el será. De poco vale caracterizar una disciplina de forma tan cerrada que quede obsoleta a corto plazo". Vid. el riguroso trabajo conceptual de Sagredo, Félix e Izquierdo, J.M.: *Concepción lógico-lingüística de la documentación*. Madrid, Ibercom, 1983, p. 4.

(3) El enfoque o perspectiva es esencial al tratar de caracterizar un objeto sea material o inmaterial. Lo importante es acertar en la médula de su campo gravitatorio. Ortega y Gasset señalaba en este sentido que "una de la cualidades propias de la realidad consiste en tener una perspectiva, esto es, en organizarse de diverso modo para ser vista desde uno u otro lugar". Véase el apéndice a El tema de nuestro tiempo: Sobre la teoría de Einstein. Madrid, *Revista de Occidente*, 1966, p. 111.

(4) Sagredo e Izquierdo ubican la Documentación dentro de otro campo transdisciplinar (término piagetiano) cual es la teoría general de sistemas como dominio en el que se elaboran principios y modelos generales abstrayendo de cualesquiera particularidades. Op. cit., p. 99.

(5) Otlet habla en su Traité de una técnica del libro o del documento – Bibliotecnia o Documentotecnia – y de una Ciencia del Libro o del Documento – Bibliología o Documentología – dejando constancia de su preferencia por el término Documentación aunque no duda en utilizar libro/biblio – dado el arraigo de estos vocables en su época. Op. cit., p. 378b.

(6) Estudiadas ampliamente por López Yepes, José, *Teoría de la documentación*. Pamplona, EUNSA, 1978, XXI+337.

(7) Información; Acción y efecto de informar/se. Noticia o conjunto de noticias resultantes de esa acción/efecto. Documentación: significante polisémico; su acepción más general desprovista de la evolución diacrónica es: Acción y efecto de documentar, y documentar: probar, justificar la verdad de una cosa con documentos; en 2ª acepción: instruir o informar a uno acerca de las noticias y pruebas que atañen a un asunto. *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*. Madrid, 1970, p. 491. Acepciones comparadas en su árbol etimológico por Sagredo e Izquierdo, op. cit., p. 173-182 passim.

(8) Otlet, Paul, op. cit., p. 43b.

(9) Ibid; p. 46a-b.

(10) Pietsch, Erich: *Técnicas modernas de documentación*. Madrid, Patronato de Investigación científica y técnica Juan de la Cierva del CSIC, 1966, 210 p.

Digitalizado gentilmente por:

(11) En nuestro concepto subjetivo de documento, el receptor adquiere un rol tam importante como el del autor para la culminación del proceso comunicativo-documental. García Gutiérrez, Antonio Luis: *Lingüística documental*. Barcelona, Mitre, 1984, p. 44-49. Jean Paul Sartre: "el libro es obra del esfuerzo conjugado del escritor y del lector" en Quést-ce que la Littérature? Paris 1946. El mismo Otlet advertía que "el libro no existe más que en función del lector . . . el contenido del libro fuera del lector, no existe", op. cit., p. 33b.

(12) La dictadura bastarda de la escritura según sentencia Robert Escarpit· Teoría general de la Información y de la Comunicación. Barcelona, Icaria, 1977, p. 162.

(13) Reconstruir, de alguna manera, la vida del autor y su contexto para entender su obra, según postula Ortega y Gasset en su Comentario a "El Banquete" de Platón. En Misión del bibliotecario. Madrid, Revista de Occidente, 1967, p. 177 y anteriores.

(14) Lancaster, F.W.: El futuro de la biblioteca en la era de las telecomunicaciones. En Telecomunicaciones y Bibliotecas. México, UNAM, 1986, p. 249-86.

(15) Distintas especies del género comunicación, al decir de Sagredo e Izquierdo, op. cit., p. 256.

(16) López Yepes, J., op. cit.

(17) Terrada, Mª Luz y López Piñero, José Mª: Historia del concepto de documentación. *Documentación de las Ciencias de la Información*, 4:229-48, 1980.

(18) Así lo especifica Otlet al vincular documento y lengua como instrumentos sociales de comunicación, p. 44b.

(19) Desantes, José Mª: Problemas jurídicos de la documentación informativa. *Doc. de las CC.II.*, v. 5:223-41, 1981.

(20) Terrada, Mª Luz . . . op. cit., p. 234ss.

Digitalizado gentilmente por:

SISTEMA DE INDEXAÇÃO PRECIS

I – PRECIS: PERSPECTIVA HISTÓRICA E TÉCNICA DO SEU DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO (continua)*

Mariângela Spotti Lopes Fujita**

RESUMO: A evolução da indexação alfabética de assunto de Charles Ammi Cutter a Derek Austin. PRECIS e outros sistemas de indexação automáticos que produzem índices permutados de assunto: Indexação relacional de Farradane, índices articulados de assunto de Lynch, POPSI de Neelameghan, NEPHIS e LIPHIS de Craven. A origem do PRECIS determinada pela classificação de dois-pontos de Ranganathan, pela necessidade de uma nova classificação geral e pela participação da BNB no projeto internacional MARC em fins de 1960. A utilização do PRECIS pela BNB desde 1971 em sua 1ª versão e a 2ª versão até o presente. Desenvolvimento e aplicação do PRECIS: em línguas francesa e germânicas (o aspecto multilingüe e o translingüalismo); no Canadá e Estados Unidos; para diferentes áreas de assunto; para diversos tipos de documentos; em redes de intercâmbio de informação; para catálogos de bibliotecas; por método comparativo com outros sistemas de indexação; e avaliações sobre a eficácia de recuperação e comportamento do usuário.
PALAVRAS CHAVE: PRECIS. Indexação alfabética de assunto.

1 INTRODUÇÃO

A informação, em seus mais diferentes aspectos, conteúdos e formas, é considerada, atualmente, de vital importância para o de-

---

* Artigo extraído da dissertação "O PRECIS na língua portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiro", defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Comunicação, em abril de 1986. Continua no II – PRECIS: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros, v. 21, nº 3/4, jul./dez. 88.

** Professora-assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP – Campus de Marília.

Digitalizado gentilmente por:

senvolvimento científico e tecnológico de qualquer país, incluindo também o crescimento e o bem estar da sociedade em geral. Em conseqüência, sua recuperação torna-se, necessariamente, uma preocupação para aqueles cujo ofício é o tratamento da informação.

Os dados que comprovam a evidência de uma "explosão da informação" existem e isto é um fato. Além da geração de grande número de documentos convencionais (periódicos, publicações seriadas e livros) e não-convencionais (teses, relatórios, patentes, preprints, prepapers), é necessário considerar as diferentes formas de multiplicação desses documentos.

A problemática da explosão da informação, contudo, não envolve apenas seu aspecto físico, se considerarmos que o desenvolvimento da ciência, de um modo geral, é acompanhado do crescimento complexo de assuntos multifacetados, combinado com a criação de novos conceitos e eliminação de outros. Em conseqüência, o comportamento sempre mutável do aspecto temático da geração da informação exige, dos sistemas envolvidos com sua organização bibliográfica, flexibilidade suficiente para comportar uma contínua e, de certa forma, acelerada adaptação de seus canais de recuperação.

A atividade de organização bibliográfica produzirá as obras de referência que possibilitarão ao usuário a exploração da literatura publicada em sua área de interesse através dos termos e conceitos, arranjados alfabeticamente em um índice de assunto.

Os índices de assunto, presentes em obras bibliográficas de referência (bibliografias impressas ou legíveis por computador, catálogos de assunto de bibliotecas, enciclopédias, diretórios etc), são os principais canais de recuperação da informação.

Assim, o nível de recuperação de qualquer índice de assunto está certamente condicionado a utilização de um sistema de indexação capaz de proporcionar, de forma flexível e consistente, a descrição do assunto de um documento.

Entretanto, considerando-se a riqueza da terminologia e as relações semânticas entre termos em qualquer língua natural, a indexação alfabética de assunto torna-se um processo complexo no momento em que o indexador deve controlar a linguagem natural do documento adotando uma linguagem artificial que seja, inclusive, compreensível para o usuário.

Digitalizado gentilmente por:

Em condições ideais, as variáveis existentes em qualquer língua natural devem ser adequadamente consideradas através de um sistema de indexação que possua uma bem formada estrutura sintática e semântica, capaz de proporcionar, ao indexador, um método lógico e seguro.

A indexação, ou o ato de fazer índices, depende de um processo, ou melhor, de uma metodologia que determine para diferentes documentos e diferentes indexadores o mínimo indispensável capaz de garantir um padrão de operações e resultados.

A título de exemplificação, considera-se que o processo de indexação, de acordo com padrões estabelecidos pelo UNISIST, deverá desenvolver-se, idealmente, em dois estágios (1):

a) *Determinação do assunto* de um documento através de três etapas:
   - compreensão do conteúdo do documento como um todo;
   - identificação de conceitos que representam o conteúdo do documento;
   - seleção dos conceitos válidos para recuperação.

b) *Tradução* ou representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação.

O primeiro estágio depende totalmente da capacidade lógica do indexador, enquanto que no segundo, a indexação deverá estar condicionada aos padrões de uma lingagem artificial que efetuará uma espécie de tradução da linguagem natural utilizada pelo autor do documento. Obviamente, a linguagem artificial deverá influir sobremaneira no grau de recuperação do índice de assunto, pois pretende-se que a mesma seja compreensível ao usuário.

A partir disso, existem vários sistemas de indexação que dependendo de variáveis como área de assunto, língua, vocabulário, finalidade, etc, foram desenvolvidos em função das necessidades de sistemas de informação.

PRECIS ou *PR*eserved *C*ontext *I*ndexing *S*ystem é um sistema de indexação pré-coordenado, feito para produzir automaticamente os índices de assunto da British National Bibliography (BNB). Ao contrário das tradicionais listas de cabeçalhos de assunto, consiste essencialmente de um conjunto de procedimentos, organizados através de

Digitalizado gentilmente por:

suas bem formadas estruturas sintática e semântica, ao invés de uma lista pré-estabelecida de termos ou frases. Por possuir características próprias tanto de estrutura quanto de funcionamento, o PRECIS assegura, de forma coerente ao indexador, o desempenho eficiente de todo o processo de indexação, com especial importância para a execução da fase de análise de assunto do documento onde se concentra maior esforço de indexação por depender exclusivamente de julgamento humano muitas vezes sujeito a imprecisões e erros. Proporciona, em decorrência destas características, um alto nível de qualidade e precisão nas entradas do índice, além de representarem importantes subsídios teórico-práticos ao desenvolvimento dos estudos de indexação.

2 A INDEXAÇÃO ALFABÉTICA DE ASSUNTO DE CUTTER A AUSTIN

Derek Austin, o idealizador do PRECIS, ao iniciar, em 1968, os estudos de desenvolvimento do sistema com a finalidade de produção automática dos índices de assuntos da British National Bibliography (BNB), já estava diretamente envolvido com pesquias do Classification Research Group (CRG) que pretendiam a criação da base teórica de uma nova classificação geral, situada na linha de pesquisa de Ranganathan.

Entretanto, a construção de índices de assunto – muito mais complexa do que aparenta ser – tem sido objeto de estudo muito antes da ocorrência destes fatos, se considerarmos que a necessidade de recuperação de informação passou a existir concomitante ao agrupamento de documentos em um mesmo local.

A partir disso, o relato cronológico de fatos, estudos, realizações práticas e técnicas adotadas seria extenso, porém, a concepção do PRECIS está diretamente relacionada com a evolução dos cabeçalhos de assunto, que constituem o índice, iniciada a partir do pioneirismo de Charles Ammi Cutter.

O índice de assunto, portanto, é um conjunto de cabeçalhos de assunto, ordenados alfabeticamente e formados por um ou mais termos que derivam de uma linguagem de indexação, cujo objetivo é re-

Digitalizado gentilmente por:

presentar o significado e o conteúdo dos documentos a serem recuperados através do índice.

A compreensão do significado representado pelos cabeçalhos de assunto, contudo, depende, em grande parte, da *ordem de citação* de seus termos a fim de promover o rápido acesso do documento pelo usuário.

Assim, o melhor modo de compor e ordenar um cabeçalho de assunto tem sido objeto de estudo e aplicação há mais de uma centena de anos, desde a publicação, em 1876, da obra básica de Charles Ammi Cutter, "Rule for a dictionary catalog", onde estabeleceu-se um conjunto genérico de regras para construção e arranjo de cabeçalhos de assunto(2). Estas regras podem ser resumidas em dois princípios básicos:

- *princípio específico* – os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico e não pela classe a que está subordinada;
- *princípio sindético* – ligação de assuntos correlacionados através de uma rede de referências cruzadas.

CABEÇALHO (explicativo)

x = ver (equivalência), (relação hierárquica),

xx = ver também (relação associativa)

Cutter abordou, entre outros, dois problemas básicos da indexação alfabética: as implicações de entradas específicas de assunto e as dificuldades de aplicação dos termos simples e compostos e dos nomes geográficos (3).

De Cutter a Derek Austin, houve cem anos de inúmeros estudos realizados em torno da indexação alfabética de assunto, entretanto, alguns, tão ou mais importantes que outros, destacam-se por suas contribuições teórico-práticas (4):

– J. Kaiser (1911) – com a publicação do trabalho "Systematic Indexing", discute os problemas de ordem de citação nos cabeçalhos de assunto, arranjo sistemático nos cabeçalhos e propõe a análise de assuntos compostos através da combinação de um "*concreto*" e um "*processo*", onde o mais importante é o "*concreto*", devendo ser citado antes do "*processo*": Ex.: LEITE – produção.

Digitalizado gentilmente por:

– S. R. Ranganathan, bibliotecário indiano, desenvolveu um esquema de classificação baseado na análise de facetas. Sua mais importante teoria consiste na concretividade decrescente da ordem de citação obtida através das categorias fundamentais: PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo).

– E. J. Coates em seu livro "Subject Catalogues", considerando a mais importante contribuição para a teoria de cabeçalhos de assunto, expõe sua teoria acerca da formulação correta de cabeçalhos de assunto específicos através das categorias:

Coisa – Parte – Matéria – Ação

– J. W. Metcalfe publicou três importantes trabalhos (*Information indexing and subject cataloguing*, 1957; *Subject classifying and indexing of libraries and literature*, 1959; *Alphabetical subject indication of information*, 1965), onde argumenta a favor do catálogo alfabético de assunto e contra o catálogo classificado. De acordo com as regras de Cutter, admite que a entrada deve ser direta e discute o propósito da catalogação de assunto como sendo o de indicar somente a classe de assunto em que está inserido o documento e não o assunto específico de cada item do documento.

– M. F. Lynch criou e desenvolveu os índices articulados de assunto através de um estudo de índices para o Chemical Abstracts. Este estudo idealizou um método de gerar automaticamente índices de assunto mediante um simples enunciado. Seu sistema caracteriza-se pelo uso de frases preposicionadas.

– J. E. L. Farradane idealizou um sistema de indexação que adota 9 *operadores relacionais*, para indicar as relações entre termos através de etapas de discriminação no tempo e no espaço. Os métodos da indexação relacional de Farradane produz diagramas bidimensionais de termos ligados por símbolos relacionais, cuja integridade de significado foi testada por conversões automáticas dos diagramas dentro de um índice alfabético permutado. Estas conversões demonstraram que o significado do enunciado de assunto inicial não foi distorcido pela indexação relacional (5).

– POPSI (Postulated-based Permuted Subject Indexing Linguage) originou-se de estudos realizados, a partir de 1969, por A. Neelamegham e colaboradores no Documentation Research and Training Center de Bangalore, India. É um sistema inteiramente baseado em

Digitalizado gentilmente por:

princípios classificatórios que utiliza cabeçalhos de classificação como termos de entrada na produção dos índices. Estes cabeçalhos são seguidos de uma segunda linha de termos ligados em cadeia sob uma ordem pré-estabelecida, cuja padronização é derivada das categorias de classificação de dois pontos de Ranganathan (6).

T. C. Craven (Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Ontario, Canadá). Idealizou, inicialmente, o sistema NEPHIS (Nested Phrase Indexing System) e depois, em conseqüência de uma evolução experimental, o sistema LIPHIS (Linked Phrase Indexing System). Ambos são sistemas de indexação automática.

O sistema NEPHIS utiliza quatro símbolos com significados sintáticos entre os termos de um enunciado de assunto (" < " " > ", "?" e "@"), os quais serão interpretados por um programa de computador a fim de produzir as permutações requeridas. Todos os termos do enunciado deverão aparecer como entrada no índice, com exceção dos termos precedidos pelo símbolo "@". O maior objetivo do sistema NEPHIS é a simplicidade (7). O LIPHIS, tal como o NEPHIS, é um sistema de indexação de assunto permutado e foi desenvolvido para ser econômico e acessível tanto para o indexador como para o programador e principalmente para o usuário. Foi criado com o objetivo de manejar redes complexas de conceitos relacionados e produzir melhores índices com maior especificidade de assuntos (8).

Antes de citar o sistema PRECIS, é preciso considerar que os sistemas de indexação automaticos: Indexação relacional de Farradane, Índices articulados de assunto de Lynch, POPSI de Neelameghan, NEPHIS e LIPHIS de Craven, produzem índices permutados de assunto e são linguagens de indexação em cadeia. Este tipo de linguagem oferece ao indexador um conjunto de regras para construir cadeias com a ordenação de um número de termos interconectados a fim de formar uma frase de indexação que deverá expressar, especificamente, o assunto do documento. O PRECIS, sob particular aspecto, é uma linguagem de indexação em cadeia bem melhor estruturada que as outras e já é, inclusive, adotada por muitos serviços de informação em vários países (9).

Digitalizado gentilmente por:

3 PRECIS: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÕES

Quando determinado usuário utiliza um índice de assunto construído de acordo com a metodologia de indexação PRECIS, estará recuperando não somente o documento mas também seu contexto através de um enunciado de assunto disposto em um formato de entrada de duas linhas com três posições. Além desta peculiaridade, PRECIS é metodologicamente fundamentado em duas estruturas: *sintática*, composta de um esquema de operadores de função que agem como uma espécie de gramática para caracterizar a posição e o significado dos termos no contexto de um cabeçalho de assunto e *semântica* que formará o thesaurus do sistema. A singularidade da metodologia e os recursos proporcionais por PRECIS não são resultados de uma pesquisa casual, mas consqüência de uma progressiva evolução de estudos e circunstâncias reais que provocaram a criação desse sistema tão especial.

3.1 Origens

A determinação das origens do PRECIS implica o relato de fatos precedentes que, por sua importância, motivaram a criação do sistema. O primeiro, sem dúvida, foi a idealização de um sistema facetado de classificação pelo bibliotecário indiano Ranganathan, publicado em 1933 sob o nome de *Colon Classification* ou *Classificação de dois pontos*. Este sistema, por conter princípios classificatórios diferentes dos demais, influenciou muitos estudiosos em classificação e indexação, principalmente na Inglaterra, preocupados com a necessidade de criação de uma nova classificação geral.

Em 1952, ao ser formado o Classification Research Group (CRG), a classificação facetada já tinha numerosos adeptos, tanto que os projetos de desenvolvimento de esquemas de classificação para assuntos especializados como a Classificação para Engenharia encomendada pela English Electric Co., a classificação de Kyle para Ciências Sociais, o esquema de Farradane para tecnologia de diamantes, o esquema de D. J. Foskett para segurança e terapia ocupacional e a classificação de aeronáutica elaborada por Vickery e Farradane para o projeto Cranfield, foram todos realizados segundo princípios de

Digitalizado gentilmente por:

síntese e análise de facetas (10).

Apesar de desenvolverem esquemas de classificação para assuntos especializados, sempre enfatizaram a necessidade da formulação de princípios para determinar a ordem das classes de um esquema geral, tanto que, após o recebimento de uma subvenção da NATO Science Foundation feita à Library Association, realizou-se uma conferência em 1963 para debater esta questão.

De acordo com o que é relatado por Derek Austin, o sistema PRECIS originou-se da necessidade de uma nova classificação geral proposta por ocasião da London Conference promovida pela Library Association em 1963, em conseqüência da "... crescente produção de documentos em todos os campos de conhecimento, da alta incidência de complexos ou multifacetados assuntos, do rápido crescimento de novos conceitos, e, finalmente, da imprecisão dos conhecimentos das classificações tradicionais que impossibilitavam sua adaptação às necessidades dos computadores já ao final de sua terceira geração" (11).

Considerado, atualmente, como um dos mais ativos e influentes grupos de pesquisa da década de 50 na área de Ciência da informação, o CRG foi responsável pela criação de muitos projetos de pesquisa em classificação e indexação, tanto que, subvencionado pela NATO Science Foundation de 1963 a 1968, responsabilizaram-se pela condução de um projeto de pesquisa para a criação de uma nova classificação geral. Este projeto, iniciado em 1963, contou com a participação remunerada de dois pesquisadores assistentes: Mrs. Helen Tomlisom durante o período de 1964 a 1968 e Derek Austin de 1968 até o início de 1969 (12).

Fortemente influenciado pelos princípios da classificação facetada de Ranganathan, o projeto de pesquisa do novo esquema de clasificação propiciou, a partir de 1968, o desenvolvimento de um outro projeto de pesquisa financiado conjuntamente pela BNB e OSI (Office for Scientific and Technical Information – Inglaterra).

O motivo que determinou o desenvolvimento do PRECIS foi a participação da BNB, no projeto internacional MARC, (Machine Readable Cataloguing) em fins de 1960. O projeto MARC, originalmente formulado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, propõe um intercâmbio, em bases recíprocas, de dados biblio-

Digitalizado gentilmente por:

gráficos registrados em fitas magnéticas. Entretanto, além do propósito de intercâmbio, a BNB verificou que as fitas magnéticas poderiam ser utilizadas como fonte de padronização de dados da própria BNB a fim de produzir automaticamente índices de autores, títulos, série e, principalmente, de assunto para suplementar o catálogo classificado da BNB.

Quando se decidiu, em 1968, produzir a BNB diretamente de registros MARC, não existiam meios para produzir um índice de assunto por computador que se ajustasse a uma publicação multidisciplinar de âmbito nacional. A necessidade, portanto, era de um sistema de indexação que obtivesse um enunciado de assunto em palavras numa forma que se prestasse ao processamento pela máquina. Após terem sido examinados alguns sistemas de indexação, que não puderam ser adaptados aos propósitos da BNB e a fracassada tentativa de se produzir mecanicamente um índice em cadeia, foi tomada a decisão de iniciar um projeto de pesquisa que viabilizasse a realização de um índice de assunto por computador.

Este projeto de pesquisa, iniciado em fins de 1968, foi utilizado regularmente pela BNB através de suas acumulações mensais desde janeiro de 1971 em sua primeira versão. Com algumas modificações necessárias à metodologia de funcionamento do projeto inicial, o resultado foi uma segunda versão do sistema considerada como estável. Esta versão do sistema tem sido aplicada a todas as edições da BNB, desde janeiro de 1974. Passou também a ser adotada por outras agências de indexação, situadas em outros países do mundo.

3.2 Desenvolvimento

À vista do ineditismo do sistema PRECIS e como contribuição aos estudiosos de indexação e agências, a BNB tornou possível, em 1974, a publicação de um manual de utilização do sistema PRECIS, escrito por Derek Austin, idealizador do sistema.

AUSTIN, Derek. *PRECIS: a manual of concept analysis and subjet indexing*. Londres: Council of the British National Bibliography, 1974. 551 p.

Digitalizado gentilmente por:

Dez anos depois, Derek Austin e Mary Dykstra publicaram, através da British Library, uma segunda edição deste manual, proporcionando algumas revisões e atualizações do sistema PRECIS.

Após a publicação da 1ª edição do manual, Derek Austin publicou no *Journal of Documentation* um artigo em que descreve a história teórica e técnica do PRECIS, além de citar aspectos e características importantes do sistema. Neste artigo, o autor narra a história do desenvolvimento do sistema PRECIS, explicando inclusive, os fundamentos teóricos que influenciaram este desenvolvimento, além de descrever, o funcionamento do sistema (13).

No Seminário sobre Sistemas de Indexação de Assunto, promovido pelo Decumentation Research and Training Centre de Bangalore, Índia e realizado em março de 1975 na Índia, Austin apresentou documento que consistia no resumo de todo o conteúdo do Manual. Após este Seminário, o mesmo documento foi publicado integralmente em um periódico indiano (14).

A primeira Conferência internacional sobre PRECIS, realizada pelo College of Library and Information Services da University of Maryland, USA, em outubro de 1976, pretendeu apresentar o sistema para bibliotecários, indexadores e especialistas do assunto nos Estados Unidos, uma vez que esse era o maior país de língua inglesa no qual o sistema ainda não havia sido aplicado de forma prática. Para isso, incluiu em seu programa e publicou em forma de "Proceedings" três trabalhos, apresentados por Derek Austin, contendo a explanação dos fundamentos e funcionamento do PRECIS, bem como de outros especialistas que apresentaram relatórios de projetos de pesquisas de estudos comparativos do PRECIS com sistemas de indexação tradicionais e, também, documentos sobre experiências de aplicações manuais ou automáticas do PRECIS (15).

À semelhança do manual foram publicados trabalhos posteriores de autores que apresentaram a metodologia do processo de indexação do PRECIS adequado às circunstâncias de ensino e treinamento bem como às necessidades e características de um determinado local de aplicação.

Em 1981, Phyllis Richmond, americana, da School of Library Science da Case Western Reserve University, Cleveland, Ohio, publicou o livro "Introduction to PRECIS for north America usage", desti-

Digitalizado gentilmente por:

nado a fornecer uma explicação do funcionamento do PRECIS adequado às necessidades e características do seu país (16). Enquanto que Michael Ramsden, australiano, realizou e publicou também em 1981 um manual didático do funcionamento do PRECIS para estudantes de Biblioteconomia, bem menos exaustivo, intitulado *PRECIS Workbook* (17).

E mais recentemente, em 1985, Mary Dystra, canadense, publicou o seu *PRECIS a primer* através da British Library, onde proporciona, de forma clara e didática, elementos de indexação do sistema PRECIS (18).

3.3 Aplicações

Com a conclusão do desenvolvimento do PRECIS e sua aplicação na BNB, outras instituições de países como o Canadá, Austrália, Alemanha, Dinamarca, etc, iniciaram seus estudos de viabilidade para utilização do sistema. Considerando-se países como o Canadá, onde se usa duas línguas: inglês e francês, bem como a Alemanha e a Dinamarca onde se usa a língua germânica, despertou-se a necessidade de um estudo sobre a possibilidade multilingüe do PRECIS e sua adaptação prática a outras línguas. A este propósito, Austin argumenta que a estrutura do PRECIS incorpora certas características de linguagem, fundamentais a todas as línguas humanas.

Esta argumentação foi amplamente desenvolvida por Austin, Jutta Sorensen e Germaine Lambert através de uma série de quatro artigos publicados no periódico *Libri* em 1976. No primeiro artigo, Austin faz uma explanação da origem e funcionamento do PRECIS e no final argumenta apenas superficialmente em torno do aspecto multilingüe (19). Associado a Jutta Sorensen, bibliotecária dinamarquesa, Austin desenvolveu no segundo artigo uma explicação lingüística e lógica da sintaxe do PRECIS através das teorias de Chomsky e Fillmore, (20) e no terceiro artigo, baseado no modelo teórico do segundo, demonstra uma experimentação multilingüe do PRECIS com línguas germânicas propondo novos códigos e procedimentos adequados (21). No último artigo da série, cuja autoria é da bibliotecária francesa Germaine Lambert, foi feta a aplicação do PRECIS à língua

Digitalizado gentilmente por:

francesa baseada, também, no modelo teórico apresentado no segundo artigo da série (22).

A próposito desta série de artigos, Austin reforça ainda mais a tônica de sua argumentação em torno do multilingüismo do PRECIS quando em 1982, defende sua tese de doutorado intitulada *PRECIS as a multilingual system: a search for language – independent explanations* na University of Sheffield. No entanto, apesar de apontar a relevância de explanações lingüísticas, Austin, em sua tese, adverte que "... nenhuma das explanações teóricas são tópicos necessários ao conhecimento prático do indexador. O sistema foi concebido em uma atmosfera de pesquisa empírica, sendo ensinado e aplicado com êxito, antes de iniciar a busca por explanações teóricas " (23).

Ainda em sua tese de doutorado, Derek Austin ao definir o *sistema de indexação multilingüe* como "... um sistema potencialmente passível de aplicação por agência que, trabalha com diferentes línguas naturais, usa procedimentos básicos comuns (expressos pelos operadores principais), mas seleciona diferentes procedimentos secundários (se necessário) para lidar com características superficiais" (24), apresenta em contraste ao multilinguismo, o *translingualismo* da indexação que define como: "... a tradução de dados de indexação escritos em uma determinada linguagem natural ("linguagem fonte" – LF) para uma linguagem natural diferente ("linguagem objeto" (LO)) (25). Com relação ao PRECIS, por exemplo, seria possível *traduzir automaticamente* uma cadeia de termos escrita em uma "linguagem-fonte" como o inglês para uma "linguagem-objeto" como o francês. Evidentemente, o translingualismo será importante para sistemas de informação que trabalham com duas ou até mesmo mais línguas. Prevendo esta necessidade, a equipe de pesquisadores da British Library, liderada por Derek Austin e Veronica Verdier, iniciaram, a partir de 1977, um projeto de translingualismo do PRECIS em três línguas naturais: inglês, francês e alemão. Este projeto, publicado integralmente em 1980 com autoria de Veronica Verdier, revela-se especialmente ambicioso, pois lida com uma operação automática complexa de translingualismo, utilizando três línguas com características próprias como as palavras inflexionadas do alemão, as frases preposicionadas e as palavras flexionadas em gênero, número e grau do francês, as frases adjetivadas do inglês, etc. Além disso, cada caso foi

Digitalizado gentilmente por:

detalhadamente examinado e técnicas automáticas foram propostas para a operação através de 250 algoritmos. A autora concluiu, ao final do projeto, que "... é possível a implementação de um sistema para tradução automática de dados do PRECIS " (26).

Madeleine Laliberté, outra canadense, faz importante contribuição dos estudos de adaptação do PRECIS a outras línguas através de sua tese de doutorado, onde discute problemas encontrados na adaptação do PRECIS à língua francesa a partir de análise do tratamento de termos compostos em inglês e francês. Neste aspecto, a gramática do PRECIS prevê o uso dos operadores de diferenças na operacionalização dos termos compostos em inglês que, no entanto, são impraticáveis para aqueles em francês. Assim, Laliberté propõe outras alternativas, além das que já foram apresentadas por Derek Austin no próprio manual, sugerindo, inclusive, que a adaptação do PRECIS para o francês deve ser feita com certos cuidados para evitar perdas de informação (27).

Entretanto, em artigo publicado pelas pesquisadoras de British Library Veronica Verdier, Rosmarie Matter e Johanna Sanders, as soluções feitas por Laliberté são consideradas demasiadamente artificiais e colocadas sob severo questionamento. A utilização do PRECIS em língua francesa é defendida, pelas autoras, através de várias experiências práticas realizadas com êxito no Canadá e mesmo na França, nas quais o tratamento dos termos compostos foi feito de acordo com as regras propostas no manual do PRECIS (28).

Além da aplicabilidade comprovada do PRECIS para as línguas inglesa, francesa, alemã, dinamarquesa e polonesa, existe no próprio manual exemplos de cadeias de entrada e entradas de índice de assunto nas línguas holandesa, espanhola, chinesa, finlandesa, norueguesa, sinhalesa e sueca (29).

Por outro lado, a aplicabilidade do PRECIS já foi testada com resultados positivos para diferentes assuntos. Em 1975 realizou-se, pelo Department of Library and Information Studies da Liverpool Polytechnics com a cooperação da equipe de pesquisadores do Subject Systems Office da British Library Bibliographic Services Division, estudo de avaliação da eficácia de recuperação do PRECIS com a construção experimental de um índice de assunto a partir de uma amostra de 584 artigos de periódicos da área de *Administração* (30).

Digitalizado gentilmente por:

Enquanto que Gödert, da Alemanha Oriental, no desenvolvimento de estudo sobre problemas que ocorrem na determinação de cabeçalhos de assunto para *literatura matemática*, propõe a construção de um thesaurus a partir das regras do sistema PRECIS a fim de aumentar a qualidade e consistência da indexação na área (31). Para a área de *ciências sociais*, Madelung, bibliotecário dinamarques, realizou estudo de comparação da eficácia de recuperação dos índices de assuntos de artigos de jornais produzidos através do sistema PRECIS e KWC (32). Três outros trabalhos, desenvolvidos em áreas mais específicas e geralmente desprovidas de estudos de indexação apropriados permitiram a adaptação favorável do sistema PRECIS. Um deles refere-se a comparação quantitativa/qualitativa da indexação alfabética de assunto do sistema PRECIS e da Library Congress of Subject Headings para livros da área de *música* (33), e os outros dois são trabalhos desenvolvidos na área de artes, sendo que um aborda a necessidade urgente de coordenação de esforços e padronização de métodos na indexação iconográfica apropriada para *artes visuais*, citando as práticas de indexação do sistema PRECIS, Library of Congress, RILA e Répertoire d'Art e d'Archeologie (34), e o outro apresenta o sistema PRECIS a partir da experiência feita pelo Departamento de Artes do espetáculo da Biblioteca Nacional da França para produzir um índice de assunto automático de 100 obras da área de *artes do espetáculo* (35).

No tocante ao tipo de documento o PRECIS tem sido utilizado não somente para a indexação de livros como é feito em Bibliografias tais como a British National Bibliography, Australian National Bibliography, Indian National Bibliography, mas também para periódicos como no caso do British Education Index, Library and Information Science Abstracts, Indian Library Science Abstracts, ou para teses como é feito pela Université de Rouen na França. Além dos meios impressos, PRECIS tem sido utilizado também para a indexação de materiais especiais (filmes, fotografias e material audio visual). No Canadá, Françoise Lamy-Rousseau (36) adotou, em 1974, o sistema PRECIS na produção automática de um catálogo de multimeios para o Centre de Documentation du Service Général des moyens d'enseignement du Ministère de l'education; Robinson (37), realizou um estudo comparativo entre LCSH e PRECIS para a indexação de um catálogo de filmes além de tomar parte no desenvolvimento do Catálogo de

Digitalizado gentilmente por:

filmes do College Bibliocentre em Ontário; Mary Dykstra (38) convidada pelo National Film Board em 1975 para participar do Projeto Access to Film Information, propôs e aplicou o PRECIS para desenvolver um sistema de recuperação da informação de todos os filmes canadenses.

Além dessas instituições canadenses que utilizam PRECIS para a indexação de materiais especiais, existem outras como a British Universities Film Council que produzem o British Ntional Film Catalogue e o Audio-visual materials for higher education e o Higher Education Learning Programmes Information Service (HELPIS) Catalogue (A/V materials) elaborado pelo Council of Education Technology.

A aplicação do PRECIS também é válida para redes de intercâmbio da informação uma vez que a utilização inicial do PRECIS realizada pela própria BNB e logo após pela ANB (Bibliografia Nacional da Austrália) colocou todos os registros documentários a disposição do projeto internacional MARC. Em âmbito regional, foi desenvolvido em Ontário, Canadá, sob os auspícios do Ministério da Educação e relatado por Burnham e McCordick, um modelo onde o sistema automático de indexação de assunto PRECIS foi usado para construir uma rede de intercâmbio de informações entre bibliotecas escolares (39).

Além da BNB e da ANB, muitas e diversas instituições dentro e fora da Inglaterra aplicam o sistema PRECIS, entretanto, as tentativas iniciais para aplicação do PRECIS foram realizadas através do pioneirismo de bibliotecários canadenses.

O primeiro contato do Canadá com o sistema PRECIS ocorreu na Inglaterra através da professora Ann Schabas da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Toronto. Enquanto trabalhou com Derek Austin, desenvolveu sua tese de mestrado sobre PRECIS, defendida em 1970 (40). Ao retornar para o Canadá, proferiu palestras, ministrou cursos e entusiasmou muitos de seus colegas e alunos. Em 1979 defendeu sua tese de doutoramento, também na Inglaterra, sobre "Avaliação comparativa da eficácia de recuperação de títulos por cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso e cadeias PRECIS através de busca automática da base de dados UK MARCK" (41).

A primeira aplicação prática do PRECIS no Canadá e na América do Norte foi realizada, manualmente em 1971, com o catálogo de assunto da biblioteca escolar da Aurora High School em Ontário pelas

Digitalizado gentilmente por:

bibliotecárias Audrey Taylor e Irene McCordick (42), que a despeito de não possuírem nenhum manual de indexação, não existir nenhum indexador PRECIS na América do Norte, não disporem de computador e programas e a BNB ser até então, a única usuária do PRECIS, tomaram uma atitude arrojada para a época e pioneira, até porque esta foi a primeira utilização do PRECIS para construir catálogos de assuntos de biblioteca com fichas catalográficas.

Outra importante e exaustiva aplicação do PRECIS em catálogos de assunto foi realizada através de projeto de pesquisa na biblioteca universitária da University of Wollongong na Austrália, por uma equipe de pesquisadores chefiada pela bibliotecária da Universidade Rosalyn Hunt. Patrocinado pela Education Research and Development Committee of Australia, este projeto de pesquisa denominado *Wollongong University Subject Catalogue Study* (WUSCS), foi conduzido durante o período 01.01.75 a 30.11.76 e tinha como objetivo examinar a aplicabilidade do PRECIS, em termos de tamanho e custo, para construir o catálogo de assunto de cerca de 100.000 documentos da biblioteca, através de estudo comparativo com os sistemas LCSH e KWOC (43).

Para o desenvolvimento desse estudo foram indexados com o PRECIS e LCSH, durante o período de janeiro a junho de 1975, 2.073 documentos (monografias) de oito disciplinas acadêmicas consideradas representativas dos currículos de ensino da Universidade: matemática, engenharia, física, química, sociologia, psicologia, história e filosofia da ciência, e história.

Com esse "corpus" de documentos indexados, *nove catálogos de assunto*, denominados *WUSCS* 1 a 9, foram montados de acordo com os vários modos de uma situação de trabalho. Os catálogos WUSCS de 1 a 7 foram citados para representar a versão pura e adaptada dos sistemas PRECIS e LCSH, sendo que seis eram em forma de fichas e o sétimo em livro impresso. Os catálogos WUSCS 1 a 4 possuem estrutura de referência abreviada, os catálogos WUSCS 5 e 6 possuem referência completa, o catálogo WUSCS 8 é uma listagem de títulos sem estrutura de referência e o catálogo WUSCS 9 é uma listagem KWOC do catálogo de títulos.

Portanto, WUSCS 1 representa a versão pura do PRECIS utilizado pela BNB, WUSCS 2 a versão pura da Library Congress Subject

Digitalizado gentilmente por:

Headings, WUSCS 3 a versão adaptada da LCSH pela Universidade de Wollongong, WUSCS 4 a versão adaptada do PRECIS pela Universidade, WUSCS 5 e 7 são modificações do WUSCS 1 e WUSCS 6 uma modificação do WUSCS 2.

A montagem dos catálogos foi realizada paralelamente ao desenvolvimento da metodologia de comparação composta de buscas experimentais aos catálogos, entrevistas, aplicações de questionários e estudos de uso da biblioteca, de acordo com as seguintes fases de execução (44):

1) seleção de documentos para formar uma base de dados experimental;
2) montagem de quatro catálogos de assunto;
3) planejamento da metodologia da pesquisa (incluindo um pequeno teste piloto com a equipe de funcionários da biblioteca) com base em um pequeno conhecimento experimental;
4) recrutamento de estudantes, docentes e funcionários da biblioteca para atuarem como agentes experimentais;
5) condução das principais buscas experimentais;
6) modificação de dois dos catálogos e montagem de mais três (todos os nove catálogos foram planejados para serem usados como abordagem temática da informação, ou seja, todos são catálogos de assunto);
7) mudança da metodologia da pesquisa em função de novas restrições reveladas durante a experimentação;
8) planejamento do formulário de entrevista e questionário de estudo de uso da biblioteca;
9) condução de mais buscas experimentais, entrevistas e estudo de uso da biblioteca;
10) Análise dos dados coletados;
11) Redação do relatório final.

O relatório final da pesquisa é composto de 4 volumes que compreendem respectivamente (45):

Digitalizado gentilmente por:

Parte I: PRECIS, LCSH e o estudo do catálogo.

- contém uma descrição da indexação e dos nove catálogos, uma análise dos dois sistemas de indexação tal como foram aplicados para os documentos, algumas discussões em torno das vantagens e desvantagens operacionais da utilização do PRECIS no catálogo de uma biblioteca universitária australiana.

Parte II: Metodologia e resultados: as buscas experimentais.

- descreve o método da seleção de documentos, a abrangência da coleção, a formulação das questões para busca, a estrutura da amostra da população e discute as medidas estatísticas a serem usadas.

Parte III, seção 1: Metodologia e resultados: entrevistas e estudo de uso da biblioteca.

Parte III, seção 2: Conclusões e Recomendações.

Parte IV: Dados suplementares.

Ao final desse exaustivo e extenso projeto de pesquisa, os resultados obtidos indicaram que na comparação entre os três sistemas PRECIS, LCSH e KWOC não existiram diferenças de performance dos catálogos, mas os usuários optaram pelo PRECIS e o estudo recomendou, assim, que o catálogo deveria ser feito através da combinação do sistema PRECIS com o KWOC.

O método comparativo, como foi usado nessa pesquisa, tem sido para muitos outros estudos um recurso para *avaliação* da eficácia quantitativa/qualitativa de recuperação do formato e estrutura do índice, do tempo gasto pelo indexador no esforço da indexação e, principalmente, de custo. A maioria deles compara PRECIS com seus competidores naturais: os sistemas de indexação em cadeia LCSH e os índices de palavras-chave KWIC e KWOC. Apesar de diferir fundamentalmente dos sistemas com os quais é comparado, pois é um método de indexação baseado em um sistema gramatical e num conjunto de códigos de computador idealizados para criar um índice impresso,

Digitalizado gentilmente por:

PRECIS já foi confundido com arquivo bibliográfico, análise documentária e política de indexação (46). Os estudos comparativos de um modo geral, demonstram que PRECIS apesar de demandar maior esforço de indexação e de tempo gasto, revelou melhor eficácia tanto quantitativa quanto qualitativa de recuperação além de propiciar, melhor apresentação da estrutura do índice através do formato de duas linhas com três posições. Por outro lado, constatou-se que PRECIS é um sistema de indexação oneroso, uma vez que necessita de uma equipe de pessoas devidamente treinadas para realizar a etapa manual de preparação das cadeias. O tempo gasto nesta etapa manual é também um fator dispendioso que influencia o custo operacional do sistema.

Outra experiência sobre aplicação do PRECIS em biblioteca universitária foi realizada por Valentina de Bruin para a Universidade de Toronto no Canadá, através da comparação com o sistema de Library of Congress e sistema de palavras-chaves (47).

Após a aplicação do PRECIS é necessário avaliar a reação do usuário na utilização do índice de assunto. Será que é mais fácil ou mais difícil acessar a informação neste tipo de índice? ou então: Pode-se recuperar mais informação em menos tempo? Para conhecer essas respostas, foi realizado de julho de 1980 a junho de 1981 por Helen Jane Peters e orientado por K. G. B. Bakewell na School of Librarianship and Information Studies na Liverpool Polytechnic, o projeto de pesquisa "User reactions to PRECIS indexes" onde foram questionados os usuários de 192 organizações da Inglaterra e Irlanda sobre o uso dos índices PRECIS: o conhecimento do PRECIS como um sistema de indexação; o uso do PRECIS no catálogo classificado e a estrutura das entradas do índice e relações entre termos. A conclusão deste estudo demonstrou que a reação dos usuários foi favorável embora existam algumas críticas importantes quanto ao uso do índice (48).

Antes de pensar na satisfação do usuário quanto ao índice PRECIS, Bakewell se importou em saber qual a reação do indexador e para isso realizou a pesquisa "Indexer's reactions to PRECIS" durante novembro de 1976 a dezembro de 1977 com uma equipe do Departamento de Biblioteca e Estudos de Informação da Liverpool Polytechnic e subvencionada pela BLRD. Através das entrevistas com 120 in-

Digitalizado gentilmente por:

dexadores, Bakewell concluiu principalmente que, apesar do sistema PRECIS ser usado pela BNB, era mínimo o impacto na comunidade britânica, mas de um modo geral os indexadores consideraram-se satisfeitos com o sistema (49).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRECIS NO BRASIL

Os estudos de indexação no Brasil ainda são um misto de utopia e sofisticação imposta pela defazagem existente entre a prática biblioteconômica brasileira e a teoria importada. Enquanto ingleses e americanos desenvolvem inúmeros projetos de pesquisa em torno da criação e desenvolvimento de novos sistemas de indexação destinados a assuntos cada vez mais especializados ou a grandes sistemas de informação multidisciplinares com a finalidade de recuperar e disseminar o mais qualitativamente possível a informação, no Brasil, as bibliotecas, salvo algumas poucas exceções, não sairam do estágio da lista de cabeçalho de assunto ou do esquema de classificação. Invariavelmente, estes instrumentos de controle de vocabulário impõem uma linguagem padronizada que, em várias circunstâncias, não são compatíveis com o vocabulário utilizado pelo autor nacional e muito menos com o dos usuários.

O bibliotecário brasileiro não se dispõe a *criar*, através de uma metodologia de indexação, um instrumento de controle de vocabulário próprio para sua realidade de trabalho porque, em primeiro lugar, a atividade de indexação demanda avaliação, julgamento, vocabulário, convivência com a comunidade e conhecimento do assunto e, em segundo lugar, uma disposição de tempo e concentração no esforço de indexação. Por uma questão econômica, dificilmente uma biblioteca brasileira possui verbas suficientes para manutenção adequada de seu acervo e menos ainda pra número adequado de recursos humanos. O bibliotecário é muitas vezes o "faz-tudo" até para limpar poeira de livros, em detrimento de tarefas mais especializadas como a indexação. Então, é muito mais necessário executar tarefas técnicas meramente rotineiras e mecânicas do que construir um catálogo de assunto baseado em um tesaurus próprio. Por outro lado, a formação técnicamente rígida do bibliotecário ainda impõe limites à criatividade-

Digitalizado gentilmente por:

de, o que impede a criação de novos "modos de fazer" ao invés dos "know-how" importados e adaptados.

Antes de criar um novo "modo de fazer" é preciso, entretanto, já saber fazer, ou melhor, existem muitos outros sistemas de indexação que ainda não foram sequer divulgados em literatura nacional por falta de estudos e pesquisas na área de indexação. A intenção de se estudar os sistemas de indexação existentes não é copiar ou mesmo adaptar mas sim recuperar subsídios teóricos/práticos imprescindíveis para a criação de um outro sistema.

O sistema PRECIS, não é uma lista de cabeçalhos de assunto e nem instrumento de controle de vocabulário, é antes de tudo uma metodologia de indexação para construir um vocabulário mediante a linguagem do autor e do usuário.

A primeira iniciativa para estudar o PRECIS foi feita em 1978 pela Profª Jandira Baptista de Assunção através de um plano de pesquisa para desenvolvimento de tese de doutoramento. Infelizmente foi interrompida em 1983 por ocasião do falecimento da pesquisadora.

Entretanto, meu primeiro contato com PRECIS se fez em 1981 através do curso "Indexação: teoria e prática" ministrado pela Profª Jandira, ocasião em que iniciei o Curso de Pós-graduação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Desde então, decidi desenvolver a dissertação de mestrado em torno do estudo e aplicação do sistema PRECIS na língua portuguesa, defendida em abril de 1985.

Os elementos teórico-práticos, fornecidos durante o estudo e aplicação experimental do sistema PRECIS, deram-me subsídios para indexar e principalmente a considerar a importância da indexação para as finalidades da disseminação e recuperação da informação.

Outros sistemas de indexação existem já há algum tempo e possuem outros subsídios importantes para o aprendizado, que deveriam merecer a atenção de outros pesquisadores no Brasil com a intenção de criar e/ou aperfeiçoar Sistemas.

Digitalizado gentilmente por:

ABSTRACT: The development of alphabetical subject indexing, from Charles Ammi Cutter to Derek Austin. PRECIS and other automatic indexing systems which produce permuted subject indexes: Farradane's relational indexing; Lynch's articulated subject index; Neelameghan's POPSI; Craven's NEPHIS and LIPHIS. The origin of PRECIS determined by Colon Classification of Ranganathan, by the need of a new and general classification and by participation in the international MARC project during the late 1960's. The use of the PRECIS first version in the BNB since January 1971 and the use of its second version from 1974 to the present. Review of the development and application of PRECIS: in French and Germanic languages (multilingüal) aspect and transligüalism); in Canada and the USA; for different subject area and types of documents; in information exchange network; for library catalogues; by comparative studies about effectiveness retrieval and reactions of indexers and users.
KEY WORDS: PRECIS. Alphabetical subject indexing.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(01) UNISIST. Princípios de indexação. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG, 10* (1): 85-91, mar. 1981.
(02) FOSKETT, A. C. *The subject approach to information*. 4. ed. Londres, Clive Bingley, 1982. p. 123.
(03) CAVALCANTI, C. R. Indexação. In: MACHADO, U. D. *Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação*. Brasília, ABDF, 1982. v. 1, p. 214.
(04) FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono; Brasília, UNB, 1973. p. 47-4.
(05) FARRADANE, J. A comparison of some computer produced permuted alphabetical subject indexes. *International Classification, 4* (2): 95, 1977.
(06) Idem.
(07) Idem, ibidem.
(08) CRAVEN, T. C. Linked phrase indexing. *Information Processing and Management, 14:* 469, 1978.
(09) MICHELL, G. Does PRECIS have feet of clay? In: CANADIAN CONFERENCE ON INFORMATION SCIENCE. 17. 1979, May 12-15. – *Proceedings*. s.i. p. 124.
(10) FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. . . , p. 372.
(11) AUSTIN, D. The development of PRECIS: a theoretical and technical history. *Journal of Documentation, 30* (1): 54, 1974.
(12) ———. The development of PRECIS:. . . , p. 56.
(13) ———. The development of PRECIS:. . . , p. 47.102.
(14) AUSTIN, D. PRECIS. *Library Science with slant a documentation, 12* (4): 89-126, 1975.
(15) WELLISCH, H. H. *The PRECIS index system: principles, applictions and prospects*. New York, H. W. Wilson, 1977. 211p.
(16) RICHMOND, P. A. *Introduction to PRECIS for north america usage*. Colorado, Libraries Unlimited, 1981.
(17) RAMSDEM, M. J. *PRECIS workbook*. Londres: Clive Bingley, 1981. 152p.
(18) DYKSTRA, M. *PRECIS a primer*. Londres, British Library, Bibliographic Services Division, 1985. 275p.
(19) AUSTIN, D. PRECIS in a multilingual context. Part 1: PRECIS an overview. *Libri, 26* (1): 1-37, 1976.
(20) SORENSEN, J. & AUSTIN, D. PRECIS in a multilingual context. Parte 2: a linguistic and logical explanation of the syntax. *Libri*, 26 (1): 108-39, 1976.
(21) ———. & ———. PRECIS in a multingual context. Part 3: multilingual experiments, proposed codes and procedures for the germanic languages. *Libri, 26* (3): 81-125, 1976.

Digitalizado gentilmente por:

(22) LAMBERT, G. PRECIS in a multilingual context. Part 4: the application of PRECIS in french. *Libri, 26* (4): 302-24, 1976.
(23) AUSTIN, D. *PRECIS as a multilingual system: a search for language independent explanations.* Londres: Department of Information Studies, University of Sheffield, 1982. (PH. D. Dissertation). p. 130.
(24) ———. PRECIS as a multilingual system: . . . p. 274.
(25) Idem.
(26) VERDIER, V. *Final report of PRECIS: translingual project.* Londres, British Library, 1980. 280p. (BIRD Report n 5631).
(27) LALIBERTÉ, M. Quelques problemes rencontres dans l'application de PRECIS a la langue française. *Canadian Journal of Information Science, 2* (1): 79-92, 1977.
(28) VERDIER, V.; MATTER, R.; SANDERS, J. Commentaires au sujet de l'application du système PRECIS à la langue française. *Canadian Journal of Information Science, 3:* 181-4, 1978.
(29) AUSTIN, D. *PRECIS: a manual of concept analysis and subject indexing.* Londres: Council of the British National Bibliography, 1974. p. 503-9.
(30) BAKEWELL, K. G. B. The PRECIS indexing system. *The indexer, 9* (4): 160-6, 1975.
(31) GÖDERT, W. Subject headings for mathematical literature. *Journal of Documentation, 36* (1): 11-23, 1980.
(32) MADELUNG, H.-O. Subject indexing in the social sciences: a comparison of PRECIS and KWIC indexes to newspaper articles. *Journal of Librarianship, 14* (1): 45-58, 1982.
(33) GABBARD, P. B. – LCSH and PRECIS in music: a comparison. *Library Quarterly, 55* (2): 192-206, 1985.
(34) FAWCET, T. Subject indexing in the visual arts. *Arts Library Journal, 4* (1): 5-17, 1979.
(35) FERRIER, A. Présentation du système d'indexation "PRECIS". *Bulletin des Bibliothèques de France, 23* (3): 161-9, 1978.
(36) ROBINSON, C. D. PRECIS Canadá: achievements and prospects. *Canadian Journal of Information, 14:* 108, 1979.
(37) ROBINSON, C. D. Indexing nonbook materials by PRECIS. IN: WELLISCH, H. H. *The PRECIS index system: principles, applications and prospects: Proceedings of the international PRECIS workshop sponsored by the College of Library and Information Service of the University of Maryland,* oct. 15-17, 1976. New York, H. W. Wilson, 1977. p. 169-74.
(38) DYKSTRA, M. The National Film Board of Canada Project. In: ———. *The PRECIS index system: principles,. . .* p. 175-85.
(39) BURNHAM, B.; McCORDICK, I.; TAYLOR, A. *A computer based catalogue linking the PRECIS subject indexing system to school library materials: building a model for an Ontário-Wide information network for school libraries using PRECIS: a developmental research projetc.* Aurora, Ont., York County Board of Education, 1978. 48p. (ERIC Report).
(40) SCHABAS, A. H. *PRECIS: a bibliographical indexing technique developed for the British National Bibliography.* Londres, University of London, 1970. (M. A. Thesis).
(41) ———. *A comparative evaluation of retrieval effectiveness of titles Library of Congress subject headings and PRECIS string for computer searching of U K MARC data.* London, University of London, 1979. 286p. (PH. D. Dissertation).
(42) TAYLOR, A. Manual application of PRECIS in a high school library. In: ———. *The PRECIS index system – principles, applications and prospets: proceedings. . . .* p. 157-69.
(43) HUNT, R. et al. *PRECIS, LCSH and KWOC: report of research project designed to examine the applicability of PRECIS to the subject catalogue of an academic library.* Wollongong, University of Wollongong. Part 1 (1976), part. II, III and IV (1977).
(44), (45) ———. *PRECIS, LCSH and. . . Part 1,* p. xiv-xv.
(46) MAHAPATRA, M. & BISWAS, S. C. PRECIS; its theory and application. *Libri, 33* (4): 324, 1983.
(47) BRUIN, V. de PRECIS in a university library. In: WELLISCH, H. H. (ed). *The PRECIS index system-principles, applications and prospects: proceedings of the international PRECIS workshop sponsored by the College of Library and Information Services of the Univer-*

Digitalizado gentilmente por:

sity of Maryland, Oct. 15-17, 1976. New York, H. Wilson, 1977. p. 141-48.

(48) PETERS, H. J. *User reactions to PRECIS indexes*. Londres: School of Librarianship and Information studies, 1981. 77p. (BLRD Report nº 5659).

(49) BAKEWELL, K. G. B. *A study of indexer's reactions to the PRECIS indexing system:* final report for the period oct. 1976 – dec. 1977. Londres, Liverpool Polytechnic/Department of Library and Information Studies, 1978. 63p. (BLRD Report nº 5433).

Digitalizado gentilmente por:

INTERFACE ENTRE LINGÜÍSTICA E INDEXAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA*

Sandrelei Navarro

RESUMO: Na tradução do conteúdo de um documento para linguagem documentária, intervêm vários elementos lingüísticos. No entanto, para melhor compreendê-los é necessário esclarecer algumas questões. Primeiramente procurar saber o que os autores entendem por Lingüística e Indexação e de que forma esta ciência vem sendo utilizada pelos documentalistas. A seguir, é importante diferenciar a linguagem natural da linguagem documentária, para finalmente identificar os principais elementos que caracterizam a interface entre a Lingüística e a Indexação.
PALAVRAS-CHAVE: Indexação. Lingüística. Linguagem natural. Linguagem documentária. Semântica. Sintaxe. Pesquisas interdisciplinares em documentação.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta revisão bibliográfica é tentar identificar, nos autores lidos, de que forma se dá a interface entre a lingüística e a indexação.

Apesar das dificuldades de intersecção entre lingüística e indexação existirem desde a primeira vez que alguém indexou um documento, ou seja, traduziu o conteúdo desse documento em palavras que tornassem possível sua recuperação, só recentemente os pesquisadores das áreas citadas se preocuparam com o assunto e passaram a adotar procedimentos científicos para os métodos envolvidos na indexação. Trabalhou-se durante muito tempo na base do bom senso. Somente a partir da necessidade de sistematizar as relações entre a

* Trabalho apresentado à Profª Neusa Dias de Macedo, sob a orientação da Profª Johanna Smit, para a disciplina "Projeto Experimental em Biblioteconomia e Documentação". 2º sem. 87.

Digitalizado gentilmente por:

linguagem natural e as linguagens documentárias, principalmente visando-se procedimentos automatizados, a intersecção foi percebida e tratada a nível teórico.

Se atentarmos para o fato de que o volume de informação produzido em nossos dias tem crescido vertiginosamente – e a tendência aponta para um crescimento ainda maior –, e que os sistemas de recuperação de informações existentes não atendem satisfatoriamente às necessidades de seus usuários no que diz respeito à rapidez e especificidade desejadas, a busca de melhores soluções para a indexação é questão de fundamental importância.

No entanto, este é somente um trabalho de revisão de literatura, onde não serão apresentadas novas propostas. O que se tentou fazer foi identificar o que pensam a respeito do assunto os autores mais representativos nesta área.

É importante deixar claro que durante o desenvolvimento do texto, os termos "indexação", "análise documentária" e "documentação" foram utilizados, algumas vezes, como se fossem sinônimos. No entanto, o que se está querendo verificar é o problema particular da indexação, entendendo-se a análise documentária como um processo mais amplo, que envolve, inclusive, a indexação e a documentação como a "ciência" que possui, entre suas várias atribuições, indexar e analisar documentos.

Nesta revisão foram utilizados como base sete artigos da literatura nacional da área, escolhidos a partir de um levantamento realizado nas principais revistas brasileiras de biblioteconomia disponíveis na biblioteca da ECA-USP. Após consultar índices de periódicos, referências bibliográficas citadas pelos autores e um pesquisador da área, optou-se por selecionar os textos que tratavam a questão da interface de maneira mais geral, coincidindo com o objetivo dessa revisão.

O caminho escolhido foi, em primeiro lugar, definir o que se entende por indexação e de que forma a lingüística pode contribuir para melhorar os processos de indexação. Em seguida, foram tratados os problemas relativos à linguagem natural (LN) e à linguagem documentária (LD), já que é justamente ao se lidar com elas que se tornam visíveis as dificuldades dos indexadores. Por último, foram relacionados os principais elementos da lingüística que, de maneira prática, já

Digitalizado gentilmente por:

estão sendo utilizados para fins documentários ou poderão vir a ser utilizados devido à coincidência de suas propostas.

2 INDEXAÇÃO E LINGÜÍSTICA

2.1 Algumas definições

Antes de abordar os elementos da lingüística que contribuem com a indexação, é interessante verificar o que se entende por indexação e de que forma a lingüística vem sendo utilizada pelos documentalistas. Para CINTRA (3, p. 5) "a indexação é definida como a tradução de um documento em termos documentários, isto é, em descritores, cabeçalhos de assunto, termos-chave que têm por função expressar o conteúdo do documento". CUNHA (4, p. 38) diz que "comumente a análise documentária (AD) é definida como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo dos documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação". A partir dessas definições pode-se concluir que a indexação é a tradução de um documento de uma para outra linguagem, visando possibilitar a recuperação da informação, sendo que estão envolvidos alguns processos, entre os quais os lingüísticos.

No entanto, ao documentalista não interessa a lingüística em geral, mas sim certas escolas, isto porque a documentação necessita ser operacional (NATALI, 5, p. 39). Esta opinião é compartilhada por outros dois autores, primeiramente CUNHA (4, p. 46) ao dizer que a análise documentária utiliza a lingüística "enquanto universo teórico capaz de subsidiar a sua atividade pragmática". Conforme a mesma autora, não interessam as propostasdasdiferentes correntes lingüísticas, mas sim os elementos e conceitos que podem ser utilizados visando a prática da documentação. Para BARANOW (1, p. 299), o cientista da informação está preocupado em alcançar um fim prático, não se preocupando com a coerência teórica, questão fundamental a um lingüista.

Quais seriam então as correntes lingüísticas das quais o documentalista mais se utiliza? Para NATALI (5, p. 39) "a lingüística considerada operacional em relação aos problemas de indexação e de recuperação da informação é, tradicionalmente, a anglo-americana: ini-

Digitalizado gentilmente por:

cialmente o distribucionalismo de Harris, mais tarde a semântica generativa de Chomsky, Katz e Postal e, finalmente, por ora, o transformalismo de Filmore, Lakoff, Mc Cawley e Bach". Apesar da maioria dos autores estudados estar de acordo com relação às correntes lingüísticas mais significativas para a documentação, alguns admitem outras correntes, além das acima citadas. CUNHA (4, p. 46) considera importantes as propostas saussurianas pelo estruturalismo e os casos conceptuais de Pottier. Para BARANOW (1, p. 301) "entre as diversas correntes lingüísticas modernas, principalmente duas vieram fornecer modelos relevantes para a recuperação da informação: a gramática sintagmática e a gramática gerativo-transformacional, incluindo-se nas mesmas, respectivamente, a gramática de dependência e a gramática de casos".

A intersecção entre a Lingüística e a Indexação só se mostrou mais evidente a partir da necessidade de se explicitar como se dá a passagem da LN para a LD e de se saber quais os mecanismos lógico-semânticos envolvidos (NATALI, 5, p. 37). Para BARANOW (2, p. 33) esta intersecção tem se tornado "objeto de reflexão científica há mais de dez anos, tendo-se evidenciado não somente em uma vasta literatura especializada, mas também a nível institucional (a criação do Comitê de Lingüística em Documentação na FID). Atualmente, continua em pleno curso o inter-relacionamento de algumas subáreas da lingüística com subáreas da ciência da informação, mormente a indexação automática".

No entanto, a intersecção entre a Lingüística e a Indexação tem se dado de maneira diferente ao longo dos anos, passando por um processo de evolução.

2.2 Evolução

Como em todo o conhecimento, a busca por melhores soluções, por caminhos que levem mais proximamente à perfeição, é um procedimento normal e almejado por todos. Na Documentação não poderia ser diferente, especificamente em relação à Indexação. Seja ela manual ou automática, procuram-se meios pelos quais seja possível transmitir o conteúdo dos documentos de maneira mais fiel, isto é,

Digitalizado gentilmente por:

tenta-se não apenas dizer que tal documento trata de tal assunto, mas sim como o assunto é tratado, tendo-se em mente que a ciência não é neutra e que nela estão envolvidos muitos aspectos, entre os quais os de ordem ideológica.

Os primeiros sistemas de informação eram simples e não dispunham de nenhuma tradução. Usavam os métodos de tabulação geralmente conhecidos como índices de concordância; um exemplo é o sistema KWIC (NATALI, 5, p. 35). A autora continua dizendo que logo após os sistemas tipo KWIC, surgiram os sistemas de informação com tradução. Nestes, desenvolveram-se as LD, conceituando-se as diversas classificações pelas quais são as "palavras" e não as "coisas" que se organizam entre si. Numa segunda etapa, surgiram as tentativas de sistematização das relações entre as LN e as LD, sobretudo com as dicussões sobre *thesauri*.

Em relação, especificamente, à indexação automática, BARANOW (2, p. 24) diz que no início procurou-se imitar ou simular os procedimentos manuais. Por um lado predominava a linha de pesquisa da análise do texto completo a ser recuperado, utilizando-se os indexadores de processos e recursos fornecidos pela lingüística. Por outro, desenvolvia-se a linha de pesquisa que visava a aplicação de recursos e métodos de estatística. Muitos projetos procuraram integrar as duas linhas de pesquisa.

A automação, conforme os autores estudados, foi um elemento fundamental para a concretização dos estudos sobre a inter-relação entre a Lingüística e a Indexação, sendo que não apenas cabe a ambas as áreas descobrir os melhores caminhos para se relacionar, como também ambas dependem do desenvolvimento da informática. De nada adianta imaginar soluções brilhantes para a análise de textos se não existe equipamento adequado. Uma situação inversa também pode ocorrer: enquanto ainda se está engatinhando numa área, a informática já alcançou um desenvolvimento tal que o problema deixa de existir.

A título de comprovação é possível citar as palavras de CUNHA (4, p. 39): "com a automação, o produto da análise deixou de se limitar a três ou quatro palavras-chave, passando-se a obter representações muito mais ricas, na medida em que paráfrases completas do

Digitalizado gentilmente por:

enunciado foram registradas na memória, numa linguagem simbólica adequada". A autora prossegue seu raciocínio, concluindo que, apesar de todas as vantagens da automação, no que se refere a Ciências Humanas não foi possível conseguir resultados satisfatórios, devido à dificuldade em se obter precisão nos conceitos e termos utilizados por essa área da ciência.

Através da linha de pensamento de NATALI (5, p. 39), é possível entender mais claramente qual caminho a análise documentária seguiu até hoje e o que se apresenta para o futuro. Para ela, "grosso modo, a AD acompanhou a evolução histórica de uma certa Lingüística, dosando-a freqüentemente com um complemento considerado menos nobre mas todavia eficiente: a análise estatística. Caricaturando, pode-se aventar um sistema de AD no qual se comece, por exemplo, a análise (automática) de um texto em LN pela extração, por critérios lingüísticos-sintáticos, de todos os substantivos do texto em questão. A seguir, procede-se à contagem estatística da freqüência de cada substantivo e decide-se – levando esta caricatura meio pejorativa às últimas conseqüências – que os trinta substantivos mais freqüentes indicam os assuntos mais importantes do texto". Apesar desse método não ser o mais recomendável; às vezes é válido, devido à enorme quantidade de informação a ser tratada e à diminuição de custos que permite, conclui a autora.

O problema encontra-se principalmente no tipo de análise lingüística que se escolherá: a sintática, a semântica ou a integração de ambas. Dessa maneira surge mais um campo de pesquisa para a documentação: conseguir dosar e ordenar as análises sintática, semântica, recorrendo ou não à estatística. NATALI (5, p. 39) prossegue dando sua opinião – que é compartilhada pela maioria dos autores estudados – sobre a questão: "apesar de nos ser praticamente impossível prever de que maneira esta problemática se definirá no futuro (a supor, o que é meio duvidoso, que uma única solução seja retida), as tendências que se marcam nitidamente dizem respeito à predominância de critérios sintáticos ou semânticos na AD automática, numa discussão em que a análise estatística surge num plano secundário".

Digitalizado gentilmente por:

3 LINGUAGEM NATURAL E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

3.1 Algumas definições

Antes de definir o que é LD, é necessário entender o que vem a ser língua e linguagem. NOCETTI & FIGUEIREDO (6, p. 25) após terem levantado alguns pontos de vista sobre o assunto, chegaram à seguinte conclusão: "pelo que podemos observar, há entre os lingüistas uma pequena diferença de conceituação no que se refere a linguagem e língua. Apesar de alguns não dissociarem os dois aspectos, os conceitos apresentados são similares na medida em que consideram a linguagem como a capacidade humana de criar mensagens para se comunicar entre si, e língua como o sistema de signos vocais utilizados pelas comunidades lingüísticas".

No que se refere à LD, para CINTRA (3, p. 7) ela surgiu das "dificuldades que a LN oferece para operar com a descrição dos documentos". A mesma autora justifica o fato da LD ser uma linguagem, justamente pelo fato de "concretizar a capacidade simbólica do homem, através da organização de seus termos e regras em sistema próprio".

Utilizando-se de mais uma definição de LD, NOCETTI & FIGUEIREDO (6, p. 29), citando Coyaud, dizem que "podemos definir as LD como emanações de certas línguas naturais, destinadas a facilitar a comunicação entre os usuários de documentação e os documentalistas com o propósito de que aqueles obtenham os documentos – escritos ou não – ou as referências dos documentos que lhes interessam". Aprofundando um pouco mais, CUNHA (4, p. 46) afirma que a partir da diferenciação que Saussure realiza entre linguagem, língua e fala é possível embasar a distinção entre LN e LD. "Na realidade viabiliza a definição de LD enquanto gramática, sintaxe construída a partir de um campo semântico previamente determinado, assim como remete a construção da LD para o conhecimento de um todo língua efetivado através de enunciados singulares – o discurso".

É importante destacar ainda as palavras de CUNHA (4, p. 39), que resumem o que se pretende ao criar uma LD. Para ela, no momento da AD estão presentes três linguagens (para fins documentários, não lingüísticos), a linguagem natural, as linguagens especiali-

Digitalizado gentilmente por:

zadas e as linguagens documentárias. "Sendo que, quer por processos empíricos ou de 'bom senso', quer usando um procedimento metodológico ou automático; o que se pretende é conseguir que um mesmo texto submetido a analistas diferentes dê lugar a representações semelhantes, condição necessária não só à transmissão da informação, como à validação de instrumentos como tesauros, vocabulários controlados etc."

3.2 Principais características

Apesar dos esforços dispendidos na busca de linguagens documentárias que atendam às necessidades de documentalistas, usuários e, por que não, dos próprios lingüistas, uma pergunta deve ser feita: é realmente válido criar-se linguagens artificiais? Antes de levantarmos alguns pontos de vista sobre tal questão, verifiquemos quais são as principais semelhanças e diferenças entre as LN e LD.

Citando Gardin, NATALI (5, p. 37) descreve que as LD se compõem dos seguintes elementos:

- um léxico (a lista de termos-descritores, já filtrados e purificados depois de extraídos da LN);
- uma rede paradigmática (ou seja, uma organização dos termos do léxico, naquilo que seria *lato sensu*, uma classificação);
- uma rede sintagmática (lista organizada ou não de relações que podem ser determinadas entre os termos retidos no momento da indexação, a fim de reproduzir a informação sintagmática transmitida pelos textos analisados. A rede sintagmática não está presente em todas as LD, sendo uma característica exclusiva das mais desenvolvidas).

A partir dos elementos anteriormente descritos fica mais fácil entender quando CINTRA (3, p. 9) diz que entre as LN e LD existem aspectos de semelhança, já que as "LD trabalham com descritores e termos-chave que são entidades bastante semelhantes aos lexemas da LN, na medida em que os sistemas dos quais fazem parte, correspondem a unidades portadoras de forma e significado".

Em relação às diferenças entre as LN e LD, a mesma autora (3, p. 10) enumera algumas que merecem destaque:

a) Na LN a escrita é secundária, enquanto que na LD ela é fundamen-

Digitalizado gentilmente por:

tal;

b) Do ponto de vista semântico, as LD padronizam e simplificam o relacionamento entre lexema e o extrato semântico. Na LN há sinônimos e homônimos, mostrando a não correspondência um a um entre significantes e sememas;

c) A LN pode funcionar como sua própria metalinguagem, as LD não Elas necessitam da LN, ou de outra linguagem artificial para falar delas;

d) As LD têm um propósito específico de organização de funções e por isso mesmo pode-se dizer que são governadas por regras de "JURE", ou seja, por regras estabelecidas por um indivíduo ou grupo que crie o sistema. A LN, entretanto, embora portadora de organização, apresenta uma complexidade tal, que suas funções são governadas por regras de "FATO", não de direito, na medida em que não são criadas no todo por um indivíduo, mas atendem às diversas necessidades de comunicação do grupo social.

Com a mesma finalidade de estabelecer semelhanças e diferenças entre as LN e LD, NOCETTI & FIGUEIREDO (6, p. 3) levantam um rol de características, as quais, em sua maioria, coincidem com as descritas anteriormente. Assim sendo, relacionamos a seguir as características ainda não discriminadas:

LN	LD
– São gerais	– São especializadas
– São estabelecidas e adaptadas através de longos períodos de tempo e por milhares de pessoas	– São estabelecidas em poucos anos por um número reduzido de pessoas
– São naturalmente aceitas e adquiridas pelos usuários	– Devem ser aceitas pelos usuários
– São naturais	– São artificiais
– Têm sua própria estrutura	– Sua estrutura baseia-se na estrutura da LN sobre a qual elas são formadas
– São menos eficientes que as LD nas operações de recupeação da informação	– São mais eficientes que as LN nas operações de recuperação da informação

Digitalizado gentilmente por:

– São sensíveis a mudanças culturais	– São sensíveis a mudanças culturais
– Caracterizam-se pela dupla articulação	– Não abrangem o conceito de dupla articulação
– Têm sua própria teoria	– Baseiam-se na teoria das ciências, da ciência da informação e da Lingüística
– Compreendem a noção de morfema e lexema	– Compreendem a noção de informema
– Não têm funções específicas	– Têm um propósito específico e um nível de funções
– Necessitam respeitar uma hierarquia de traços para evitar malformações gramaticais ou atenuá-las	– Necessitam de hierarquias semânticas e sintáticas para evitar malformações
– As funções conativa, emotiva, fática e poética (entre outras já mencionadas) são próprias das LN	– As LD não são dotadas das funções conativa (imperativa), emotiva (interjeição), fática (mensagem que serve para estabelecer, prolongar ou interromper a comunicação) e poética
– Os monemas autônomos e funcionais assim como as modalidades, são elementos da LN	– As LD não comportam pronomes nem modalidades como o artigo, o número, o tempo e pessoa nem categorias como os advérbios e adjetivos

Como foi possível observar, as diferenças entre as LN e LD são maiores que as semelhanças, no entanto essas são suficientes para legitimá-las enquanto uma linguagem em si. Voltando à discussão sobre a validade de se criar essas linguagens artificiais, pode-se dizer que, de uma maneira geral, todos os autores estudados são a favor das LD. A única posição em contrário foi notada em BARANOW (1, p. 298), para quem é a "LN que continua a manter a sua primazia, pois é em geral nela que vêm sendo codificados todos os tipos de informações imagináveis. É bem provável que uma linguagem excessiva-

Digitalizado gentilmente por:

mente artificial (na documentação) não seria capaz de acompanhar o desenvolvimento dos diferentes campos do saber de modo tão eficiente quanto a LN". Prosseguindo sua linha de pensamento e analisando como se desenvolveu a criação das LD, no mesmo texto (1, p. 305) BARANOW discute qual seria a vantagem de se inventar uma nova linguagem para representar cada significado da linguagem comum?, e continua, citando SPARCK JONES & KAY, quando dizem que "os problemas da linguagem comum já são, por certo, suficientemente grandes sem a nossa insistência de lhes acrescentarmos os problemas de uma nova notação". No entanto, o autor diz que esta apreciação parece desconsiderar que recursos semânticos mais definidos possam propiciar vantagens para a indexação automática. Aliás, diz ele, é isso que tem feito a prática da indexação documentária durante séculos.

Quanto aos autores que têm uma posição francamente a favor da existência das LD, NOCETTI & FIGUEIREDO (6, p. 31) resumem as três principais razões que as legitimam:

a) a utilização da LN em operações documentárias facilita a alimentação do sistema, sendo que as operações de recuperação são dificultadas devido à presença de morfemas polissêmicos e sinônimos;
b) as LD têm ganho a confiabilidade dos centros de documentação pela sua especificidade na saída, ainda que nas operações de entrada seja necessário traduzir a LN para LD;
c) as LD evitam problemas de polissemia e sinonímia, reduzindo o tempo das operações de recuperação, aumentando a pertinência e a relevância e evitando ruído no sistema.

Certamente não relacionamos acima todos os aspectos que identificam as LD como importante instrumento para a análise documentária, apesar de que, pelo menos no momento em que vivemos, na documentação e nas ciências em geral, é quase consenso admitir-se como válida a criação de LD e procurar aperfeiçoá-las, ao invés de se utilizar da LN , devido aos problemas, já identificados anteriormente, que esta traz consigo.

É a partir dessa premissa – validade das linguagens documentárias – que passaremos a enumerar alguns elementos de lingüística importantes para a indexação:

Digitalizado gentilmente por:

4 ELEMENTOS DA LINGÜÍSTICA IMPORTANTES PARA A INDEXAÇÃO

Antes de apresentarmos as principais contribuições da lingüística para a indexação, é necessário ressaltar que não estarão sendo destacados todos os elementos, mas apenas aqueles que os autores revisados indicaram como sendo os mais importantes.

4.1 Semântica

Os autores pesquisados são unânimes em admitir que para a AD, a semântica é o aspecto mais importante e mais difícil de ser resolvido. CUNHA (4, p. 39) diz que na AD está implícita uma operação semântica "mesmo que não obedeça a nenhuma regra e varie em função de cada organismo e do analista que seleciona as palavras-chave". E mais: o analista da documentação deve levar em consideração algumas variáveis, principalmente as do discurso, e deve ter em mente que essas variáveis não estarão presentes apenas no momento da análise, mas também na fase de obtenção do produto documentário.

CINTRA (3, p. 10) dedica grande parte de seu texto aos estudos de semântica que melhor podem contribuir para com a indexação, e em certo momento admite que "sem dúvida, é a questão do significado o problema de contorno mais complexo para as LD, no trato com termos da LN. Reconceiturar ou delimitar a significação de um termo, mesmo que seja para incorporá-lo num sistema, como é o caso das LD, implica em escolha num quadro de possibilidades, por vezes amplo e variável, de grupo para grupo, de região para região".

Apesar deste item focalizar a semântica, cabe aqui lembrar a importância da sintaxe, como o faz BARANOW (2, p. 27): "em sua resenha interdisciplinar, Walker lembrou ser essencial a informação sintática relativa aos constituintes da frase, mas que, por outro lado, não é possível resolver problemas sintáticos sem recorrer-se à semântica". O mesmo autor, em outro texto (1, p. 305), ressalta que "até hoje a conexão mais direta entre modelos lingüísticos e indexação automática tem sido no âmbito da sintaxe, e não da semântica".

Com base no que foi dito anteriormente, o que se observa é que

Digitalizado gentilmente por:

tanto a sintaxe quanto a semântica são fundamentais na solução dos problemas de indexação. No entanto, o que se coloca como desafio aos documentalista e aos lingüistas é como distinguir, entre as várias correntes, quais são as mais viáveis, ou melhor, quais as que resolvem mais adequadamente suas dificuldades. Vale ressaltar que os estudos referentes à sintaxe, e mesmo sua utilização para fins documentários, encontram-se mais desenvolvidos que os referentes à semântica.

Dentre os principais complicadores presentes na LN, com relação ao significado, e que se tenta eliminar na construção de LD, foram selecionados os três que se apresentam com maior freqüência: polissemia, homonímia e sinonímia.

4.1.1 Polissemia

Segundo CINTRA (3, p. 11), "a polissemia é o nome dado à pluralidade de sentidos de uma mesma forma". Para identificá-la é necessário ter em vista o contexto em que a palavra se insere, caso contrário, como precisar, por exemplo, se a palavra *paixão* refere-se a "sofrimento", a "sentimento imoderado", a "amor violento", a "falta de objetividade ao julgar" etc.

Vale ressaltar ainda que, enquanto na LN os mecanismos polissêmicos são fornecedores de grande margem de criatividade, nas LD devem ser eliminados ao máximo, já que é necessário fixar significados únicos para as palavras.

4.1.2 Homonímia

Ocorre homonímia quando existe igualdade entre significantes de significados diferentes, ou seja, as palavras se diferenciam apenas pela significação ou função, pois a estrutura fonológica é a mesma. Ela pode ocorrer de maneira total, como em *fiar*, que tanto significa "tecer", quanto "confiar"; como pode ser parcial, como em *coser* e *cozer*.

A homonímia parcial não representa grande dificuldade nas LD, pois estas trabalham exclusivamente com língua escrita. No entanto, a homonímia total pode gerar maiores dificuldades que devem ser

Digitalizado gentilmente por:

contornadas através do emprego de um sinônimo que melhor identifique o sentido desejado (CINTRA, 3, p. 11).

4.1.3 Sinonímia

A sinonímia ocorre quando há coincidência de significação entre diversas palavras, sendo possível substituí-las sem ocorrer prejuízo para a comunicação. Como exemplo é possível citar a palavra *mar*, que pode ser expressa através dos termos oceano, pego, pélago.

Por questões de padrões estéticos da língua portuguesa, que não permite, mesmo em linguagem científica, a repetição de um termo muitas vezes, os indexadores, às vezes, acabam tendo que utilizar-se de sinônimos, mesmo sabendo que estão onerando o sistema com muitas informações (CINTRA, 3, p. 11).

4.2 Sintaxe

Já nos referimos à importância da sintaxe para a indexação no item que tratou da semântica. Agora tentaremos melhor entender sua função a partir de definições dadas pelos autores estudados, dentre os quais BARANOW, que mais se refere à sintaxe. A propósito, é dele (1, p. 301) a primeira definição: "em lingüística, denomina-se de sintaxe aquela parte que trata das relações entre os signos Lingüísticos, estabelecendo-lhes as regras correspondentes. Ocupa-se a sintaxe dos mecanismos formais para distinguir o conjunto das seqüências, constituído de frases corretas, de um outro conjunto de seqüências que não são frases corretas. Estuda, outrossim, a estrutura daquelas seqüências admitidas como sendo frases corretas".

Outra definição interessante de ser destacada, pois – além de diferir um pouco da de BARANOW – centra-se mais no objetivo da sintaxe e especifica de que forma se dá sua construção, é a de CINTRA (3, p. 16). Para ela, "à sintaxe, especificamente, compete estudar a combinatória de unidades da língua que permite, partindo de unidades menores, construir unidades maiores. Assim, de fonemas se constróem morfemas, de morfemas, vocábulos, de vocábulos, sintagmas e, por fim, de sintagmas se constróem frases".

Alguns aspectos são destacados por NOCETTI & FIGUEIREDO e

Digitalizado gentilmente por:

por BARANOW ao tratarem da importância da sintaxe para se evitar problemas de combinações falsas. É assim que para os primeiros autores (6, p. 32), "a não utilização de funções sintáticas numa LD poderia levar à recuperação de um documento sobre organização de estatística numa pesquisa referente a estatística da organização". Já para BARANOW (1, p. 301), "evidencia-se a importância da sintaxe para a compreensão da linguagem natural quando modificamos simplesmente a ordem num conjunto de palavras (por exemplo, na frase 'o cachorro mordeu o homem')".

4.3 Outras contribuições

A seguir são indicados outros campos de pesquisa que, de acordo com os autores que os citam, poderão auxiliar a documentação pelo fato de possuírem áreas de interesse comuns. O autor que mais indica possíveis áreas de interesse à documentação é BARANOW, em ambos os textos lidos para esta revisão.

- Terminologia (2, p. 32), que ele diz possuir analogias evidentes com a ciência da informação no que se refere a atividades práticas, e explica: "ao proceder uma classificação terminológica numa área específica, o terminólogo introduzirá uma estruturação num universo de dados terminológicos. O produto final dessa tarefa pode apresentar-se como um dicionário sistemático ou uma base de dados terminológicos.",
- A Lingüística Computacional (2, p. 31) pode ser mais uma dessas áreas, já que atinge atualmente três grandes campos de pesquisa: a) processamento automático de textos, b) recuperação automática da informação, c) sistemas automáticos de pergunta-resposta (inteligência artificial);
- Na Tradutologia (2, p. 32) "ao passarmos da LN para uma LD, estabelecem-se relações de equivalência muito semelhantes àquelas, quando traduzimos de uma língua A para uma língua B. A explicitação dessa relação, ou seja, o processo de passagem de uma língua a outra, freqüentemente fica ao sabor das circunstâncias ou na dependência da subjetividade e cultura geral do indexador.";
- Morfologia (2, p. 29), "considerando a freqüência das palavras significativas em um texto como parâmetro relevante para determinar

Digitalizado gentilmente por:

o seu conteúdo, e possibilitando a contagem dessas palavras por meio de um programa computacional de análise morfológica, pode-se facilitar a recuperação automática da informação.";

Mais duas importantes contribuições são citadas por CINTRA (3, p. 1): a primeira delas é a teoria dos Campos Semânticos, que tem a vantagem de passar a analisar as palavras sincronicamente e de libertar os estudos semânticos de certa limitação decorrente de estudos dirigidos a conceitos concretos, a palavras do campo material; e por fim, a questão da Leitura do Documento – ou Análise do Discurso, como designa BARANOW (1, p. 299) –, que diz respeito à proficiência da leitura do documento feita pelo indexador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer alguns caminhos que identificam a interface lingüística-indexação, a principal consideração a ser feita é que ainda há um longo caminho a seguir na área, principalmente a nível de solucionar problemas brasileiros.

Pelo que foi possível observar no levantamento bibliográfico, é pequeno o número de trabalhos brasileiros publicados sobre o assunto, reflexo, evidentemente, do pequeno número de pesquisadores que se dedicam a encontrar soluções para o problema específico do tratamento da língua portuguesa. O mesmo não se verifica em relação a outros países. Problemas que para nós ainda hoje representam uma incógnita, já foram devidamente equacionados por pesquisadores estrangeiros.

É bom lembrar, no entanto, que quando se lida com linguagens, não basta recorrer a resultados alcançados primeiramente por outros países. Justamente por ser fruto da cultura de um povo, reflexo do modo como vivem, se organizam e pensam, o elemento linguagem em questão irá variar muito de país para país.

Ao invés de apontar soluções teóricas para o problema da interface, ou indicar qual corrente Lingüística melhor se coaduna com as necessidades da indexação, minha proposta é que se discuta mais amplamente esta questão nos cursos de biblioteconomia e documentação, apoiando-se em outros subsídios teóricos no que se refere à Lingüística. Informar e preparar teoricamente um maior número de

Digitalizado gentilmente por:

pessoas, que passarão a ter interesse e condições de se dedicar a este campo de pesquisa, talvez seja o caminho mais curto para solucionarmos a problemática da interface entre Lingüística e Indexação em língua portuguesa.

ABSTRACT:Several linguistical elements interfere in the translation of a document from natural to documentary language. However, it's fundamental to clear some questions· it's important to know what the authors understand/think about Linguistics and indexation and how this science has been used by documentalists. Then it's necessary to distinguish the natural language from the documentary language, for finally identify the main elements which characterize the interface between Linguistics and indexation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – BARANOW, Ulf G. Aspectos lingüísticos de linguagens de indexação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA. *Anais*. Rio de Janeiro, IBICT; Brasília, ABDF, 1979. v. 1, p. 295-310.

2 – _____. Perspectivas na contribuição da Lingüística e de áreas afins à Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, *12*(1):23-25, 1983.

3 – CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de Lingüística para estudos de indexação. *Ci. Inf.*, Brasília, *12*(1):5-22, 1983.

4 – CUNHA, Isabel M.R.F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. coord., *Análise documentária*: a análise da síntese. Brasília, IBICT, 1987. p. 35-59.

5 – NATALI, Johanna W. Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. *R. bras. Bibliotecon. Doc.*, *11*(1/2):33-42. jan./jun., 1978.

6 – NOCETTI, Milton A. & FIGUEIREDO, Regina Célia. Línguas naturais e linguagens documentárias: traços inerentes e ocorrências de interação. *R. Bibliotecon. Brasília*, *6*(1):23-27, jan./jun. 1978.

7 – SMIT, Johanna W. Análise semântica e análise documentária. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, São Paulo, 1:168-76, agô. 1974

Digitalizado gentilmente por:

INDEXAÇÃO: CONCEITO, ETAPAS E INSTRUMENTOS*

Jacques Chaumier**

RESUMO: A indexação como descrição e caracterização dos conceitos contidos em um documento. "Ruídos" e "Silêncios" na busca informacional. O processo de indexação em suas etapas: conhecimento do conteúdo do documento, escola dos conceitos, tradução dos conceitos escolhidos em linguagem documentária e incorporação dos elementos sintáticos. Sistemas de classificação e "thesauri" como instrumentos de indexação.
PALAVRAS-CHAVE: Indexação. Conceito. Etapas. Instrumentos.

INTRODUÇÃO

Indexação é a parte mais importante da análise documentária. Conseqüentemente, é ela que condiciona o valor de um sistema documentário. Uma indexação inadequada ou uma indexação insuficiente representam 90% das causas essenciais para a aparição de "ruídos" ou de "silêncios" em uma pesquisa. Os 10% restantes serão devidos a causas mecânicas tais como: erro de perfuração, de codificação, de transcrição etc.

Denomina-se RUÍDO os documentos não pertinentes à questão, que são extraídos do fichário por ocasião de uma pesquisa bibliográfica; os documentos pertinentes existentes no acervo, não recuperados durante a pesquisa, produzem o que se denomina SILÊNCIO (ausência de resposta).

A indexação é definida no documento UNISIST (1), como a "operação que consiste em escrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nela contidos", vale dizer, a

---

* Da obra "Travail et Méthodes du/de la Documentaliste". Paris, ESF/Libr., Techniques, 1980. Exposé 3, Chap. 3 e 4. Traduzido pelo Professor José Augusto Chaves Guimarães, da Faculdade de Biblioteconomia da UNESP – Marília, com autorização do autor, em 30.11.85.

** Professor da Universidade René Descartes (Universitá de Paris V).

Digitalizado gentilmente por:

transcrição dos conceitos em uma linguagem documentária, após tê-los extraído do documento através de uma análise. A transcrição e linguagem documentária faz-se graças a instrumentos de indexação tais como: classificações, "thesauri" etc.

Segundo G. Van Slype (2), a indexação comporta quatro operações distintas, a saber:

- conhecimento do conteúdo do documento;
- escolha dos conceitos a serem representados, baseando-se na aplicação de duas regras: SELETIVIDADE (só devem ser relacionados os conceitos que representam as informações do documento, suscetíveis de interesse ao usuário) e EXAUSTIVIDADE (todos os conceitos úteis devem ser relacionados);
- tradução dos conceitos selecionados, da forma em que aparecem impressos no documento, para descritores do "thesaurus", aplicando a *regra da especificidade*: a) vertical (o descritor deve se situar ao mesmo nível de especificidade que o conceito) b) horizontal (um conceito composto deve preferencialmente ser traduzido por um descritor composto – caso exista – do que por uma associação de descritores simples);
- incorporação dos elementos sintáticos eventuais: ponderações, elos, etc.

1 *Etapas do processo de indexação*

1.1 Conhecimento do conteúdo do documento

Faz-se através de uma leitura rápida, ou "leitura em diagonal" do documento.

Essa leitura deve ser mais precisa nas passagens mais ricas de informação, tais como: título e sub-título, intertítulos, introdução, conclusão, frases introdutórias de parágrafos e capítulos, legendas de ilustrações, gráficos, tabelas, informações em negrito, etc.

1.2 Escolha dos conceitos

Exige uma verdadeira análise conceitual do documento. Isso pode resultar da análise realizada para a condensação, se o documento puder ser resumido. Ela poderá também guiar-se por um procedimento lógico adaptado à área de assuntos a que se refere: definição dos fenômenos estudados, as teses apresentadas, dos argumentos utilizados, dos resultados obtidos, etc.

Digitalizado gentilmente por:

A *regra da seletividade* é particularmente importante. Freqüentemente o indexador será tentado a selecionar um ou outro conceito porque aquela palavra ou expressão foi utilizada pelo autor no texto.

O analista deverá, portanto, se interrogar: "Se um usuário fizer uma pergunta sobre esse conceito, e se esse documento lhe for fornecido, será pertinente aos olhos daquele usuário? Essa questão é a chave de toda a indexação no que concerne à seletividade.

O analista não deve, ainda, cair no extremo oposto de selecionar somente dois ou três conceitos básicos. Todos os conceitos úteis aos objetivos do serviço de documentação devem ser examinados, senão selecionados.

A esse respeito, há uma constatação, para não dizer uma lei, que todo indexador deve conhecer: conforme seu temperamento, um indexador será "longo" (demorado) ou "curto" (rápido) em seu trabalho. Isso é interpretado com relação à *média* geral do número de descritores por documentos (chamada profundidade de indexação), em um sistema documentário, um indexador estará enquadrado acima ou abaixo dessa média. Conforme o caso, deverá então procurar completar ou abreviar sua indexação.

1.3 Tradução dos conceitos escolhidos

Essa tradução se faz, na fase que segue, nos termos da linguagem documentária utilizada pelo serviço de documentação. Na maioria das vezes, a linguagem documentária será um "thesaurus" próprio ao centro de documentação ou setorial.

A indexação, com o auxílio de um "thesaurus", foi descrita por Wellisch (3), que propôs, em detalhe, um modo operacional para a utilização do "thesaurus". O indexador seguirá utilmente o procedimento proposto, ainda que durante a indexação cotidiana a operação se faça de forma mais sintética.

Como esclarece a fig. 1 (Anexo 1), extraída dos princípios de indexação do UNISIST, o processo de indexação realiza-se não somente sobre documentos – indexação na entrada ou pré-coordenada –, mas também sobre as questões realizadas pelos usuários – indexação na saída ou pós-coordenada –, ou seja: conhecimento da questão, reconhecimento dos conceitos e tradução dos mesmos para uma linguagem documentária. No entanto, a indexação na saída – pós-coordenada – difere em dois pontos que se associam aos precedentes.

Digitalizado gentilmente por:

Em primeiro lugar, durante a fase de conhecimento do assunto o diálogo com o usuário adquire importância capital. Essa fase de diálogo com o usuário, que é, muitas vezes, uma verdadeira maiêutica (4) não evidencia esencialmente técnicas documentárias, porém, muito mais técnicas de conversa face a face. Assim o documentalista será conduzido, em seu diálogo com o usuário, por uma primeira utilização do "Tesaurus", que fará uma ponte entre a linguagem do usuário e a sua.

É muito freqüente ouvirmos documentalistas dizer, a propósito do usuário quando em busca de informação: "Ele não sabe o que quer". Nós transformamos essa frase mais especificamente em: "Ele não sabe o que há no acervo". E é essa ignorância que torna seu pedido impreciso. Cabe ao documentalista guiá-lo, pouco a pouco, em busca de uma definição precisa de sua necessidade, com base no acervo e nos meios disponíveis de acesso à informação.

Mas a indexação da questão formulada pelo usuário não fica na simples tradução dos conceitos em linguagem documentária; ela prossegue até a formulação de uma equação lógica, constituída pelo conjunto de descritores selecionados para a questão, unidos entre si por condições lógicas de álgebra booleana. As três principais condições lógicas utilizadas em documentação são ilustradas pelas figuras 2 e 3 (Anexo 2), com o auxílio dos clássicos diagramas de Venn e Carroll.

Assim, a questão: "Criação de cabras e carneiros no sul da Itália continental", traduzir-se-á pelos descritores: *Criação*, *Caprinos*, *Ovinos*, *Itália Meridional*, *Sardenha*, *Sicília*, que serão descritos na seguinte equação lógica: CRIAÇÃO *e* (CAPRINOS *ou* OVINOS) *e* I ITÁLIA MERIDIONAL *exceto* (SICÍLIA *ou* SARDENHA) I

1.4 Incorporação dos elementos sintáticos

É a quarta e última operação da indexação.

O levantamento de descritores adequados (ou de conceitos-chave) não é suficiente para uma indexação que se pretende seja perfeita. Deve-se, também, avaliar o PESO ou a importância dos conceitos em relação ao conjunto do documento a indexar.

Assim, o usuário não deve imaginar que um determinado docu-

Digitalizado gentilmente por:

mento indexado, por ex., por seis descritores, fornecer-lhe-á as respostas específicas que ele espera com relação a dois ou três desses descritores.

O documentalista deve assinalar, em sua indexação, a importância ponderada de cada conceito, fazendo figurar as reações dominantes que o autor desenvolveu entre os descritores selecionados. (5)

2 *Instrumentos de indexação*

Como já foi visto anteriormente na definição UNISIST (6), "a indexação consiste... na transcrição de conceitos e linguagem documentária". Essa transcrição faz-se graças a instrumentos de indexação, como: Sistemas de classificação e "Thesauri".

Essa definição nos sugere imediatamente que os instrumentos de indexação se dividem em dois grandes tipos: linguagens de estrutura hierárquica, chamadas "classificações" e linguagens de estrutura combinatória, chamadas "thesauri".

2.1 Sistemas de classificação

Os sistemas de classificação são, historicamente, o primeiro tipo de instrumento de indexação utilizado em sistemas documentários. Essas linguagens baseiam-se na pré-coordenação das noções para exprimir um conceito e no encaixe das classes de conceitos. Tais linguagens vão do geral para o particular, cada classe englobando a precedente, sendo o conjunto representado através de uma árvore hierárquica.

A representação de cada conceito da linguagem é feita, nos sistemas de classificação, geralmente através de códigos ou índices. Esses códigos permitem uma manipulação mais fácil e cômoda, enquanto que a expressão de um conceito em linguagem natural é freqüentemente longa, uma vez que o nível de especificidade é baixo. Assim, é mais fácil indexar o documento pelo código 806.92, do que por línguas malaio-polinésias (7).

Os códigos de classificação podem ser numéricos, alfabéticos ou alfa-numéricos.

Quando a codificação é numérica, adota-se, na maioria das vezes, um esquema decimal de classificação. Nesse caso, a extensão do índice representa ainda o grau de especificidade atingido.

Digitalizado gentilmente por:

Esse é o caso do mais célebre dos sistemas de classificação: a Classificação Decimal Universal, conhecida pela sigla CDU.

A CDU foi criada em 1905, por Paul OTLET e Henri LA FONTAINE sob os auspícios do Instituto Internacional de Bibliografia, transformado em Federação Internacional de Documentação (FID), em 1937.

Como seu nome indica, a CDU adotou um esquema decimal, visando cobrir o universo do conhecimento. Passou de 33.000 divisões de assunto a época de sua criação, para mais 210.000 em dias atuais. Sua atualização é feita por um comitê permanente da FID, com sede em Haia.

As dez classes básicas da CDU são:

O Generalidade. Documentação. Bibliografia. Biblioteconomia.
1 Filosofia. Ética. Psicologia.
2 Religião. Teologia.
3 Ciências Sociais. Direito.
4 (classe vaga) (8)
5 Ciências puras. Matemática.
6 Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia.
7 Artes. Diversões. Esportes.
8 Línguas. Linguística. Literatura.
9 Geografia. Biografia. História.

Cada classe, por sua vez, subdivide-se em dez sub-classes, do geral para o específico, como mostra o exemplo que segue:

6	Tecnologia
62	Engenharia
621	Engenharia mecânica. Tecnologia nuclear. Engenharia elétrica
621.3	Engenharia elétrica
621.39	Telecomunicações. Telegrafia. Radiocomunicação. Fac-símiles. Televisão. Telecomando
621.396	Radiocomunicação. Transmissão do som
621.396.7	Estações de rádio. Estações de emissão e recepção

As linguagens do tipo classificação são utilizadas seja em organismos gerais (utilizando sistemas gerais como a CDU e a Classificação Internacional de Patentes), seja em organismos muito especializados (geralmente desenvolvendo seu próprio sistema especializado

Digitalizado gentilmente por:

de classificação).

Os sistemas de classificação têm a vantagem de apresentar um plano geral lógico para a indexação de documentos, fornecendo grande simplicidade de emprego por parte do usuário, facilidade de memorização, como auxílio de códigos (notação), possibilidde de hierarquização numérica de classes e sub-classes numerosas e expansão e condensação, conforme o assunto o exija.

Por outro lado, apresentam inconvenientes como: dificuldade de atualização e de expressão de noções complexas, rigidez e obrigatoriedade de encaminhamento por aproximação de assuntos.

Dessa forma, suponhamos, por exemplo, que se decida descrever o assunto PONTES sob três aspectos: tipo, material e comprimento.

Esses três aspectos, podem ser, por sua vez, subdivididos em três sub-classes cada, a saber:

TIPO	MATERIAL	COMPRIMENTO
Ponte móvel	Madeira	Curta
Ponte pênsil	Metal	Média
Ponte "cantilever" (9)	Concreto	Longa

A partir desses dados, construir-se-ia um esquema classificatório do tipo:

1. Ponte
   - 11 Ponte móvel
     - 111 Ponte móvel em madeira
       - 111.1 Ponte móvel em madeira, de pequeno porte
       - 111.2 Ponte móvel em madeira, de médio porte
       - 111.3 Ponte móvel em madeira, de grande porte
     - 112 Ponte móvel em metal
       - 112.1 Ponte móvel em metal, de pequeno porte
       - 112.2 Ponte móvel em metal, de médio porte
       - 112.3 Ponte móvel em metal, de grande porte
     - 113 Ponte móvel em concreto
       - 113.1 Ponte móvel em concreto, de pequeno porte
       - 113.2 Ponte móvel em concreto, de médio porte
       - 113.3 Ponte móvel em concreto, de grande porte

Digitalizado gentilmente por:

12 Ponte pênsil
121 Ponte pênsil em madeira
121.1 Ponte pênsil em madeira de pequeno porte
.....
122 Ponte pênsil em metal
.....
123 Ponte pênsil em concreto
.....
12 Ponte "cantilever"
131 Ponte "cantilever" em madeira
.....
.....

ou seja, uma classificaão com 40 rubricas.

Essa listagem permitiria indexar facilmente todos os tipos de pontes sobre os elementos dados. Permitiria, igualmente, uma pesquisa sobre um tipo específico de ponte: "ponte móvel em metal, de grande porte", por exemplo. Mas, se a pesquisa for sobre uma característica especial, ela não será possível senão dentro da ordem de subordinação de conceitos propostos pela classificação, ou seja: TIPO/MATERIAL/PORTE.

Só será, possível recuperar todas as pontes de médio porte, qualquer que seja seu tipo ou material, vasculhando o esquema de classificação nas 9 rubricas em que aparece MÉDIO PORTE de pontes, ou então construindo três esquemas, cada qual colocando em destaque um dos três aspectos de pontes:

Pontes – Tipos
Pontes – Material
Pontes – Comprimento

Os problemas apresentados pela subordinação de elementos entre si, nos sistemas de classificação, fizeram surgir um segundo tipo de instrumento de indexação: as linguagens de estrutura combinatória ou "thesauri".

2.2 "Thesauri"

O "thesaurus" é uma linguagem controlada, constituída de descritores (palavras ou expressões) passíveis de combinação entre si,

Digitalizado gentilmente por:

no momento da indexação, para exprimir noções complexas.

Segundo a definição de M.T. Laureilhe (10), a lista desses descritores ". . . serve para traduzir em linguagem artificial, desprovida de ambigüidade (chamada linguagem documentária), noções expressas em linguagem natural".

O "thesaurus" é, antes de mais nada, uma lista de termos normalizados (masculino, singular, forma substantiva) para os quais foram eliminados aspectos lingüísticos como a sinonímia e a polissemia (11).

Por outro lado, o "thesaurus" estabelece que termos sinônimos não sejam representados senão por um único termo, devendo cada qual designar um só conceito. Em particular, se um termo tem vários sentidos deve-se precisar um sentido ou vários termos diferentes deverão ser utilizados. Por exemplo, o conceito MANGA (12) pode designar: fruto, parte de vestuários e peça de lampião. O "thesaurus" deverá, nesse caso, trazer indicação do significado (acepção) particular de cada termo.

De forma a evitar que o "thesaurus" apresente um volume muito grande, reduz-se o número de termos, remetendo os termos muito específicos (pelo quais se recuperam poucos documentos) para descritores mais abrangentes. A esses termos dá-se o nome de quase-sinônimos documentários. Ex.: pontes elevadiças e pontes giratórias podem ser remetidas para PONTE MÓVEL.

Mas a linguagem documentária, sob a forma de "thesaurus" vai além de uma simples lista alfabética de descritores (léxico); o "thesaurus" introduz relações semânticas entre os termos, as quais vão guiar o documentalista na indexação de um documento ou de questões.

Essas relações são três: relação de equivalência, relação hierárquica e relação de associação.

a) relação de equivalência: permite remeter ao termo descritor os termos considerados sinônimos ou quase-sinônimos. Distinguir-se-á então, em um "thesaurus", os "termos descritores" e os "termos equivalentes". Assim em um "thesaurus" um termo será remetido para seu sinônimo ou quase sinônimo eleito como descritor.

Digitalizado gentilmente por:

Ex.:

Calculadora eletrônica use Computador	Vela de tempestade use Barco à vela
SINÔNIMO	QUASE=SINÔNIMO

Essa relação será igualmente indicada no 'thesaurus' sob a forma inversa:

Computador usado para Calculadora eletrônica	Barco à vela usado para Vela de tempestade

b) relação hierárquica: permite situar um termo em relação a outro, do modo geral para o particular. Distinguir-se-á, então, a relação genérica e a relação específica, conforme o exemplo:

Instrumento de sopro

Termo genérico = Instrumento musical

Termo específico = Trombone

Essa relação ainda figurará no thesaurus sob a forma inversa:

Instrumento musical

Termo específico = Instrumento de sopro

Trombone

Termo genérico = Instrumento de sopro

N.B. Esse exemplo mostra ainda que a utilização de relações semânticas permite, em muitos casos, detectar a ambigüidade de termos. O termo TROMBONE, com tais relações, não pode ser confundido com o artigo de escritório de mesmo nome (13).

c) relação de associação: permite unir dois termos que possuam conotações entre si. Ou seja, ao utilizar um desses termos, o indexado terá interesse em tomar conhecimento do outro.

Digitalizado gentilmente por:

EX.: Indexação

Termo relacionado = Linguagem documentária

A relação de associação, foi durante muito tempo, manifestada pela expressão VER TAMBÉM.

As diferentes relações apresentadas são expressas nos "thesauri" através do uso de certas abreviações, ou sinais, a saber:

	AFNOR (14)	ISO (15)	Proposta AFNOR/ISO
Empregar	EM	USE	——
Empregado para	EP	UF (used for)	═══
Termo genérico	TG	BT (broader term)	<
Termo específico	TS	NT (narrower term	>
Termo associado	TA	RT (related term	——
Nota de aplicação	NA	SN (scope note)	[ ]

O conjunto das relações de um "thesaurus" é expresso, seja a nível de lista alfabética, seja por gráficos. A lista alfabética com as relações entre os termos é chamada: dicionário conceitual. O dicionário conceitual apresenta descritores e termos equivalentes, tendo para cada um os termos que lhe são semanticamente ligados, indicando ainda o tipo de ralação entre os mesmos (veja no Anexo 3, um exemplo de "thesaurus" sobre Energia, apresentado na forma de dicionário conceitual).

A lista alfabética pode ainda, com freqüência, apresentar-se sob a forma de lista permutada. Nesta forma de apresentação, todos os descritores compostos aparecerão na lista tantas vezes quantas forem as palavras que o compõem, assim como pela própria posição alfabética do descritor.

EX.: Linha Elétrica
Produção Elétrica
Eletricidade
Eletricidade térmica

Essa apresentação oferece a vantagem de reunir, em uma mesma ordem alfabética, todas as palavras de um mesmo radical, bem como oferecer entrada no "thesaurus" para qualquer informulação conhecida da expressão: Separação em campos semânticos.

A mais conhecida representação gráfica do "thesaurus" é aquela feita através de esquemas flexados. O "thesaurus" é separado em campos ou domínios semânticos, cada qual na ordem de 30 a 40 ter-

Digitalizado gentilmente por:

mos.

Os descritores que formam um campo semântico são dispostos no interior de uma grade, que delimita o campo semântico.

O descritor mais geral (e que dará nome ao campo semântico), é colocado no centro da grade, estando dispostos ao seu redor os termos correlatos.

As relações entre os termos são expressas graficamente por um traço flexado para as relações hierárquicas e por um traço simples para as relações de associação.

O dicionário conceitual precedente pode também ser apresentado segundo o esquema flexado, conforme mostra a ilustração. (Anexo 4)

Com a representação gráfica, o indexador pode tomar conhecimento, em uma simples vista d'olhos, do conjunto de vocabulário à sua disposição em um campo semântico, percebendo a organização geral do vocabulário que lhe é proposto.

O 'thesaurus', visto dessa forma, será um excelente instrumento de diálogo com o usuário para a formulação de questões.

3 CONCLUSÃO

Após termos passado em revista os meios de indexação de que dispõe o documentalista, ressaltamos que a indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários, sem que haja "RUÍDOS" (isto não corresponde ao que eu procurava), nem "SILÊNCIOS" (o documento existe, mas está perdido).

ABSTRACT: Indexing as description and characterization of a document concepts. 'silences' in the information search. The indexing process steps: Knowledge of the document contents, choose of concepts, translation of the chosen concpts to án indexing language and inclusion of the synthatic elements. Classification systems and 'thesauri' as indexing tools.
KEY WORDS: Indexing. Concepts. Steps. Instruments.

Digitalizado gentilmente por:

Le 30 novembre 1985

Monsieur,

Je vous remercie de votre lettre et de l'interêt que vous prenez aux sciences de l'infomation. C'est avec plaisir que je vous donne le droit de reproduction non commerciale des chapitres 3 et 4 de mon ouvrage Travail et méthodes du documentaliste.

Je vous renvoie deux feuilles por correction de deux légéres erreurs.

Je vous pri d'agréer, Monsieur, l'expression de mes sentiments distingués.

Jacques Chaumier

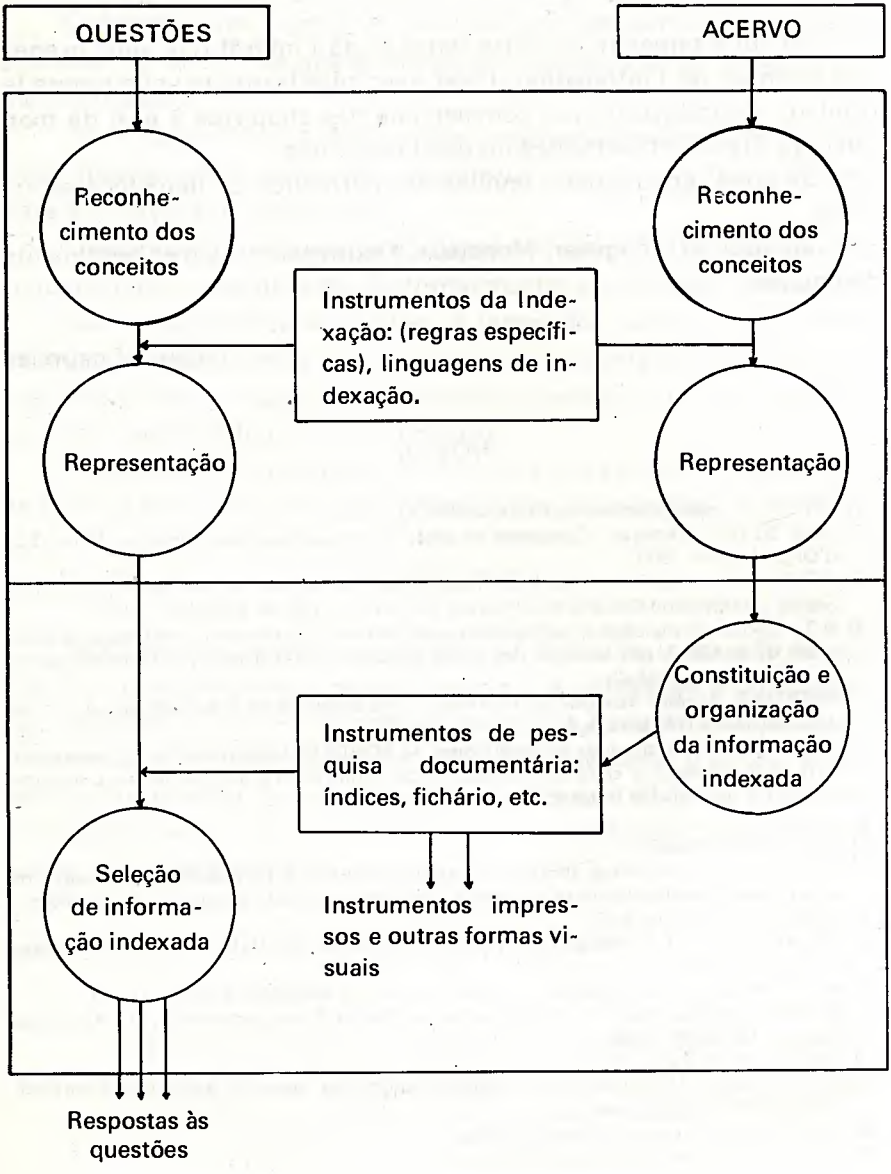
NOTAS

(1) UNISIT. *Principes d'indexation.* Paris, UNESCO, 1975.
(2) VAN SLYPE, Georges. *Conception et gestion des systèmes documentaires.* Paris, Ed. d'Organisation, 1977.
(3) WELLISCH, Hans. A flow chart for indexing with a 'thesaurus'. *Journal of the American Society of Information Science,* Washington DC, *24* (3) : 185-94, May/Jun, 1973.
(4) N.T. "processo dialético e pedagógico socrático em que se multiplicam as perguntas a fim de se obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão".
FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d.
(5) N.T. A esse procedimento dá-se o nome de PONDERAÇÃO (Weighting), ou seja, a atribuição de *pesos* a cada entrada especffica, conforme a importância que o assunto possui no documento indexado.
(6) Op. cit.
(7) Exemplo do tradutor
(8) N.T. Até 1964 essa classe abrangia os assuntos relativos a Lingüfstica e Filologia, os quais foram transferidos para a classe 8, reservando a classe 4 para novos assuntos.
(9) Espécie de ponte em arco.
(10) LAUREILHE, M. T. *Le thésaurus:* son rôle, sa structure, son élaboration. Lyon, Presses de l'ENSB, 1977.
(11) N.T. "fenômeno que consiste na reunião dos vários sentidos de uma palavra"
BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa.* 11 ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1980.
(12) Exemplo do tradutor.
(13) N.T. A palavra TROMBONE, em francês, designa não somente instrumento musical, como também clip de papel.
(14) Association Française de Normalisation.
(15) International Standards Organization.

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO 1

Processo de Indexação



Digitalizado gentilmente por:

Gráfico nº 2 – Diagrama de Venn

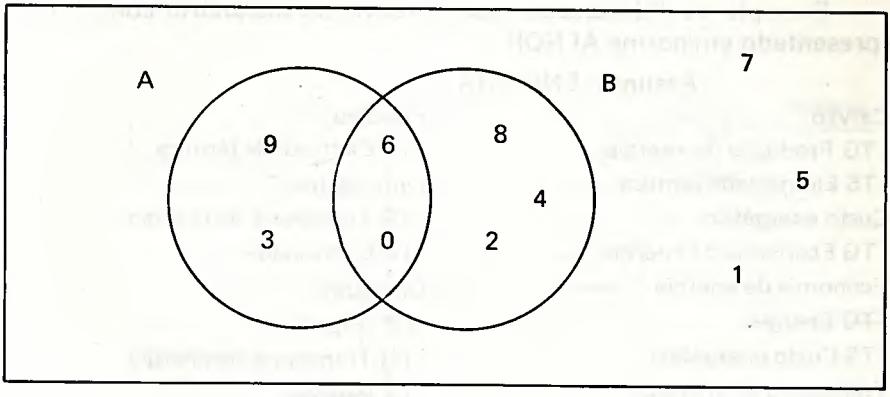
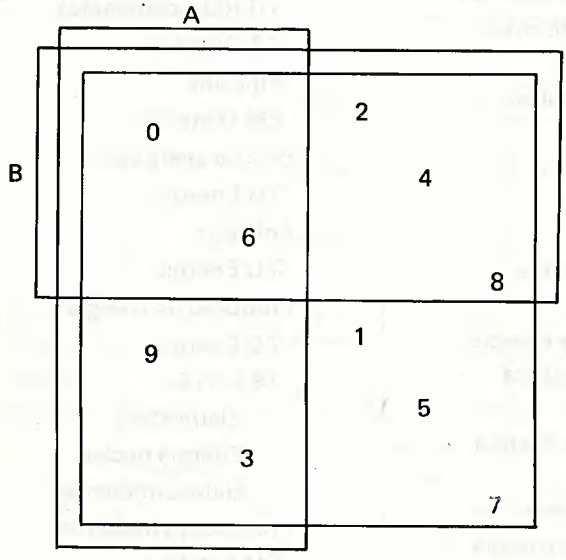


Gráfico nº 3 – Diagrama de Carrell



LEGENDA:

A ou B : 0, 6, 9, 3, 2, 4, 8
A e B : 0, 6
A B : 9, 3
B A : 2, 4, 8

Nem A nem B : 1, 5, 7
(A ou B) — (A e B) : 2, 4, 8, 9, 3

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO 3

Exemplo de "thesaurus" sob a forma de dicionário conceitual, apresentado em norma AFNOR

Assunto: ENERGIA

Carvão
TG Produção de energia
TS Eletricidade térmica

Custo energético
TG Economia de energia

Economia de energia
TG Energia
TS Custo energético

Transporte de energia

Eletricidade
TG Produção de energia
TS Eletricidade hidraúlica
Eletricidade térmica
TA Linha Elétrica

Eletricidade hidráulica
TG Eletricidade

Eletricidade térmica
TG Eletricidade
TA Carvão
Hidrocarbonetos

Energia
TS Economia de energia
Política energética
Poluição
Produção de energia

Energia atômica
EM Energia nuclear
TG Produção de energia

Gàs natural
TC Hidrocarbonetos

Hidrocarbonetos
TG Produção de energia
TS Gás natural

Petróleo
TA Eletricidade térmica

Linha elétrica
TG Transporte de energia
TA Eletricidade

Oleoduto
EP "Pipe line"
TG Transporte de energia
TA Petróleo

Petróleo
EP Produtos petrolíferos
TG Hidrocarbonetos
TA Oleoduto

"Pipe line"
EM Oleoduto

Política energética
TG Energia

Poluição
TG Energia

Produção de energia
TG Energia
TS Carvão
Eletricidade
Energia nuclear
Hidrocarbonetos

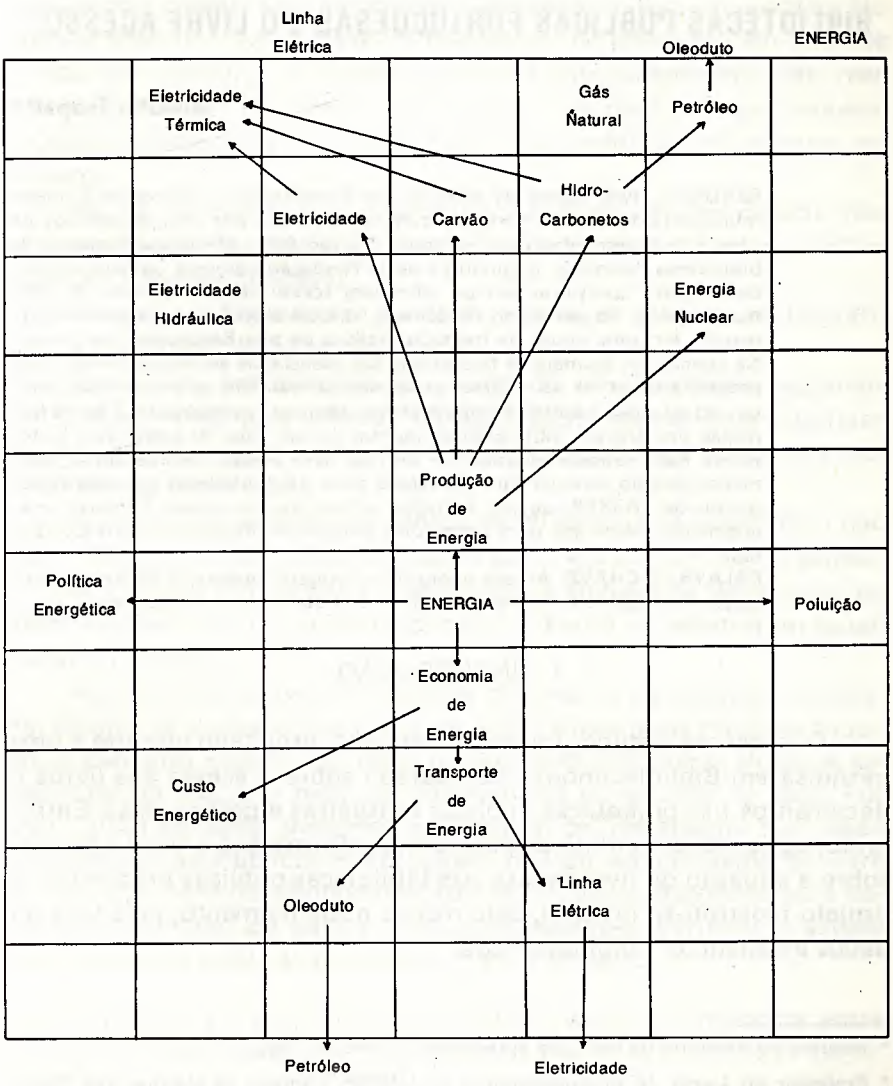
Produtos petrolíferos
EM Petróleo

Transporte de energia
TG Economia de energia
TS Linha elétrica
Oleoduto

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO 4

"Thesaurus" através de esquema flexado



Digitalizado gentilmente por:

BIBLIOTECAS PÚBLICAS PORTUGUESAS E O LIVRE ACESSO*

Rodolfo Tsupal**

RESUMO: Livre acesso às estantes em determinadas bibliotecas públicas municipais de Lisboa, Porto e Coimbra, analisado por meio de estudos de caso e complementado por pesquisa bibliográfica. Menciona, também, as bibliotecas nacionais, populares e as da Fundação Calouste Gulbenkian. Detecta fatores que propiciam ou dificultam acesso aberto ao livro e à informação. Além do perigo do vandalismo, discute o problema da liberdade do usuário em uma época de transição política de pós-Revolução dos Cravos. Na conclusão, delineia os fatores que são associados ao impedimento dessa prática, a saber: os da natureza arquitetônica (tratando-se dos edifícios antigos adaptados), político-administrativos, técnicos, psicológicos e os da formação dos acervos bibliográficos (apesar do seu valor de patrimônio cultural do País). Sugere atitudes em prol do livre acesso, lembrando as recomendações do levantamento do estado geral das bibliotecas públicas portuguesas de PARKER, quanto à criação de bibliotecas-modelo. Fornece, paralelamente, elementos para posteriores estudos em Biblioteconomia Comparada.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso aberto/Livre acesso. Bibliotecas públicas municipais: Portugal. Liberdade do usuário. Biblioteconomia Comparada.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi primeiramente projetado,visando a uma pesquisa em Biblioteconomia Comparada sobre o acesso aos livros e documentos nas bibliotecas públicas brasileiras e portuguesas. Entretanto, após várias tentativas para obter informações a nível nacional sobre a situação do livre acesso nas bibliotecas públicas brasileiras, o projeto mostrou-se inviável, pelo menos neste momento, pela falta de dados estatísticos e bibliográficos.

---

* Resumo do Relatório de Pesquisa apresentado à UNESP, 1988.

* Professor do Curso de Biblioteconomia da UNESP, Campus de Marília, São Paulo. Caixa Postal, 420.

Digitalizado gentilmente por:

Para apontar esta escassez de dados relata-se que o item "livre acesso" não tem figurado nos grandes levantamentos estatísticos. No *Guia das Bibliotecas Brasileiras* (11), realizados pelo IBGE/INL, tendo o ano 1976 por base, publicado em 1971, vários aspectos das bibliotecas são abordados, sem, no entanto, abranger o item em questão. No volume seguinte, e.g. *Bibliotecas Brasileiras* (1), publicado em 1980, os dados são sintetizados, sistematizados e até complementados, mas não trazem referência sobre "livre acesso". A nível estadual também, o *Guia das Bibliotecas de São Paulo* (12) não inclui no seu cadastro este item.

Há de se convir que esta particularidade não se detecta nos grandes levantamentos estatísticos por ser demais variável, específica e só parcialmente aplicável.

A mesma dificuldade se faz sentir nos levantamentos bibliográficos da literatura periódica brasileira.

Esse dado em questão tem constado nas pesquisas regionais com um universo mais limitado ou nos levantamentos onde este fator tem importância vital, assim como ocorre no *Guia das Bibliotecas Universitárias do Brasil* (13).

As consultas diretas nas fontes institucionais de igual modo não resultaram em dados precisos quanto ao "livre acesso". Uma consulta telefônica ao INL-Brasília e uma visita à Divisão de Bibliotecas da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo se mostraram igualmente frustradas.

Não seria exeqüível, nos limites dos prazos da pesquisa projetada, coletar os dados diretamente em 3.291 Bibliotecas Públicas Brasileiras (Anuário Estatístico, 1985) ou em 3.048 Bibliotecas Públicas registradas no INL, por meio de questionário ou estudos de caso. Por isso, optou-se, neste trabalho, por analisar primeiramente a situação das Bibliotecas Públicas Portuguesas quanto ao problema do livre acesso, por meio de estudos de casos disponíveis, deixando para outra oportunidade, ou para outros pesquisadores, verificar o estado das bibliotecas públicas brasileiras, a esse respeito.

1.1 Motivação para o estudo em biblioteconomia comparada entre Brasil e Portugal

Com a supra-referida opção espera-se adiantar alguns elementos

Digitalizado gentilmente por:

que oportunamente poderão ser utilizados nos estudos de biblioteconomia comparada entre Brasil e Portugal, campo este que oferece atrativos pelas suas semelhanças lingüísticas, históricas e culturais, e onde as diferenças ganham seus realces. Representa também um desafio por se tratar de países de desigualdade quanto à extensão territorial, densidade populacional, concepção e sentimento de nacionalidade, além das reações perante a influência dos países econômica e tecnologicamente mais desenvolvidos.

Ainda que estes estudos não resultem em algo pragmático, pelo menos poderão sanar uma lacuna de comunicação entre os bibliotecários desses dois países. A bibliotecária portuguesa Isabel Ferin Cunha, que trabalha no Brasil desde 1981, licenciada pela Biblioteca Nacional de Lisboa e com vivência nas ex-colônias portuguesas na África, diz: "não querendo repetir frases feitas e muito pouco verdadeiras na sua aplicação, da amizade e irmandade existente entre Portugal e o Brasil, convém afirmar que me chocou o desconhecimento mútuo do que se faz na área de biblioteconomia" (6). Semelhante opinião foi expressa por um jovem bibliotecário português, Rodrigo Magalhães (16), mas com a esperança de que, pelo menos, através do intercâmbio da literatura, docência e visitas em Congressos, possamos chegar a um conhecimento mútuo.

1.2 Terminologia

Por acesso aos livros e documentos se entende, primordialmente, que o usuário de biblioteca pode chegar livremente às estantes. Isto, de preferência, após uma consulta aos catálogos da biblioteca, índices bibliográficos ou outros instrumentos da recuperação da informação, ou após uma orientação do Serviço de Referência. O "livre acesso" adquire sentido quando o acervo bibliográfico é organizado, catalogado e classificado. De outro modo, o leitor junto às estantes somente passaria os olhos sobre os livros, como bem expressa o termo inglês 'browse'.

Na terminologia biblioteconômica denomina-se esta forma de "livre acesso" ou de "acesso aberto". De acordo com o *Dicionário Técnico de Biblioteconomia* (8), utilizam-se expressões como "acesso aberto" ou "proibido às estantes" de acordo com o tipo da biblioteca

Digitalizado gentilmente por:

ou natureza do seu acervo bibliográfico. BUONOCORE (3) acrescenta que a expressão "acesso aos livros" engloba dois pontos de vista: primeiro, para significar o conjunto de técnicas que tendem a facilitar o descobrimento e o uso racional das fontes do saber, tarefa que compete especialmente à Biblioteconomia e à Bibliografia. E, em segundo lugar, o acesso aos livros pressupõe uma série de formas e procedimentos oficiais para que o leitor pudesse obter, no seu país assim como fora dele, os livros de maneira mais fácil, rápida e barata. O dicionarista destaca a importância que este tipo de acesso tem tanto para os pesquisadores como para os homens comuns.

O termo "acesso" (access) na literatura atual de Biblioteconomia e Ciência da Informação se refere ao acesso ou entrada em um sistema eletrônico ou a uma comunicação com unidade de armazenamento ou com terminais. O presente trabalho não visa essa concepção ou esse nível de informatização das bibliotecas públicas.

O acesso à biblioteca no sentido físico de arquitetura, localização e sinalização merecerá uma consideração paralela a ser desenvolvida junto ao assunto principal.

Para dimensionar as bibliotecas, será utilizado, neste estudo, o critério de número de volumes de livros. A palavra 'livro' tem, portanto, uma função representativa de outros documentos.

1.3 Justificativa

Justifica-se este estudo pelo fato de que um simples pormenor pode indicar o estado da Biblioteconomia em um determinado país ou região e incentivar tanto os bibliotecários como administradores políticos na área cultural para atentar a esta questão que, em última análise, é um problema cultural. Outrossim, este trabalho poderá contribuir para a área de pesquisa em Biblioteconomia Comparada entre Brasil e Portugal a fim de procurar soluções para os problemas crônicos presentes em ambos os países.

1.4 Objetivos

Objetiva-se detectar os fatores que determinam ter ou não ter o acesso aberto às estantes nas bibliotecas públicas portuguesas e dis-

Digitalizado gentilmente por:

cutir as conseqüências dessas atitudes.

1.5 Metodologia

A metodologia utilizada comportará a pesquisa bibliográfica e o estudo de casos baseados na recolha de informações coletados 'in loco' em Portugal, em 1982, por meio de entrevistas, questionários e observações nas bibliotecas públicas principalmente em Lisboa, como também no Porto e em Coimbra.

Seguir-se-á a conceituação de FIGUEIREDO quanto ao estudo de caso, que "consiste numa investigação intensa para descrever uma certa situação ou segmento da situação: um indivíduo, um grupo, uma instituição, uma comunidade. É o método adequado quando se quer obter uma massa volumosa de informações sobre um assunto, ou se deseja obter idéias e pistas para um estudo ou pesquisa posterior. Através deste estudo identificam-se os fatores causais que provocam sintomas ou atitudes na situação ou segmento estudado" (9). Como advertência a autora acrescenta as desvantagens desse método cujos resultados são dificilmente generalizáveis, como também as dificuldades de identificar os fatores causais da situação encontrada.

Serão também consideradas as contribuições dos teóricos da Biblioteconomia Comparada como Chase Dane, J. Periam Danton, J.D. Foskett, S. Simsova, e dos autores nacionais como Antônio Miranda e Edson N. da Fonseca.

Como ponto de partida, será utilizada a seguinte definição da Biblioteconomia Comparada:

"A análise de bibliotecas, sistemas de bibliotecas, alguns aspectos de biblioteconomia, ou problemas bibliotecários em dois ou mais ambientes nacionais, culturais e sociais, nos termos de seus contextos sócio-políticos, econômicos, culturais, ideológicos e históricos, cuja análise visa entender as similaridades implícitas e as diferenças, com o propósito principal de propor generalizações e princípios básicos" (7).

Haverá de se considerar, entretanto, que os aspectos subjetivos não poderão ser neutralizados. O observador, necessariamente, faz uso da sua própria experiência, dos seus valores e da sua visão do mundo, ao enfrentar uma nova realidade. Por isso, os juízos emitidos

Digitalizado gentilmente por:

estarão sujeitos a maiores questionamentos e o próprio trabalho deverá ser visto de forma que considere limitações de várias ordens.

2 ANÁLISE DA LITERATURA SELECIONADA

Durante o 7º Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentaristas Portugueses, em 1979, (28) VELOSO & SOUZA apontaram a escassez de estudos exaustivos sobre Bibliotecas Públicas em Portugal, lembrando que já em 1966 Jorge PEIXOTO recomendava que se fizessem os trabalhos de inventariação dos recursos humanos e bibliográficos e da condições do funcionamento das Bibliotecas Públicas. VELOSO & SOUZA criticaram a passividade do Estado em relação à política e verbas para as bibliotecas e leitura pública, apesar de não faltarem discursos políticos. Exemplificando esse ponto, reportaram-se à ocasião da inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa, quando o Ministro da Educação Nacional anunciou, em discurso pleno de intenções, o arranque de um Plano Nacional de Leitura, em que as bibliotecas públicas ocupariam papel central.

Os referidos autores, após mencionarem os dados estatísticos de 1975 a respeito da existência de 117 bibliotecas públicas (mencionando também três bibliotecas nacionais, a saber, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e ainda a Biblioteca Nacional de Macau), emitiram o seu parecer no sentido de que se não fosse a ação da Fundação Calouste Gulbenkian, com o seu serviço da rede de bibliotecas fixas e itinerantes, na maior parte dos concelhos do território português não existiria qualquer biblioteca, e a situação da leitura pública em Portugal seria catastrófica.

Os trabalhos publicados a respeito de leitura pública, o leitor português, sociologia de leitura, e outros sobre a animação cultural são mais freqüentes nestas últimas duas décadas. Pode se citar o livro de Rui Barbot COSTA, *Para o Estudo do Analfabetismo e da Relutância à Leitura em Portugal* (5), o estudo de José TENGARRINHA, *A Novela e o Leitor Português* (25) e, na área da sociologia de leitura, a pesquisa coordenada por J. do P. COELHO, *Problemática da Leitura* (4), além das divulgações, estudos e informações do Serviço das Bibliotecas da FCG, através do seu Boletim Cultural.

Digitalizado gentilmente por:

Na literatura concernente ao estado das bibliotecas municipais públicas, há um grande marco que é o relatório do consultor britânico Stephen PARKER.

Em 1983, PARKER apresenta os resultados de um levantamento sobre a situação das bibliotecas públicas, mantidas por Conselhos Municipais em Portugal continental. Este relatório, que foi apresentado ao Governo Português por intermédio da Associação dos Bibliotecários, Arquivistas, e Documentaristas Portugueses (BAD), foi também publicado no Brasil, na *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, em 1986, sob o título: *Bibliotecas Públicas em Portugal; Resultados de um levantamento realizado durante 1982 e 1983* (20). Trata-se de uma pesquisa de campo com uma sólida estrutura contando com os recursos de uma base de dados, situada em Bath, Inglaterra, e com a cooperação dos bibliotecários portugueses da BAD, na coleta de informações. Devido à importância que este levantamento tem, será descrito aqui pormenorizadamente.

O universo da pesquisa de PARKER abrange as bibliotecas públicas mantidas pelos Concelhos, excluídas as bibliotecas mantidas pelas autoridades locais abaixo do nível de Concelho. As bibliotecas, fixas e itinerantes, da rede da Fundação Gulbenkian foram parcialmente incluídas quando não era possível diferenciá-las no levantamento. Da consulta a 275 Concelhos, obteve-se resposta de 265, apresentando o seguinte quadro: 83 Concelhos com bibliotecas, 31 com bibliotecas fechadas e 161 sem bibliotecas.

Em termos de população, no Portugal continental (1983) o total arredondado girava em torno de 9.306.000 hab. Assim, a população sem bibliotecas era de 2.918.000 hab., com bibliotecas fechadas de 856.000, e de 5.532.000, com bibliotecas operantes. A soma dos acervos, incluindo vários tipos de materiais, conta cerca de 2.171.000 itens. A proporção entre os acervos de 83 bibliotecas municipais resulta em 0,4 itens por indivíduo, cerca de 20% da norma indicada pela IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários).

O livre acesso às estantes, assim como outros itens menores acerca das restrições ao uso de bibliotecas, não foram incluídos na estrutura do levantamento de PARKER, mas, pelo diagnóstico apresentado deduz-se a sua problematicidade. A conclusão desse Relatório traz uma advertência de que seria precoce a formação de um ser-

Digitalizado gentilmente por:

viço nacional de bibliotecas públicas. Recomenda a criação de projetos-piloto a fim de que, primeiro, as bibliotecas pudessem demonstrar um bom serviço à população. PARKER aponta no baixo nível de provisão de serviços a causa principal de um baixo nível do uso de biblioteca.

A questão do livre acesso às estantes e à informação é mais detectada nas observações dos visitantes estrangeiros.

O prof. George M. JENKS, após 3 meses de estadia em Portugal, em 1973, publicou o artigo *Algumas considerações sobre bibliotecas portuguesas* (14) no qual constata o fato flagrante de que à entrada da maior parte das bibliotecas não há nem livros nem pessoas à vista. A pessoa que entra pode ver alguns livros em vitrines, ou uma telefonista atrás de uma janelinha. O articulista lamenta que há demasiados obstáculos entre o leitor e os livros, e o leitor e os bibliotecários. O aspecto mais frustrante apontado por esse visitante foi a dificuldade do empréstimo de livros e a falta do acesso aos mesmos. JENKS supõe que a razão de se negar aos leitores o acesso aos livros se baseia em velhas tradições e receios psicológicos, como medo de que os leitores roubem os livros e medo de que as massas leiam certas coisas. Apesar dessa experiência frustrante, o autor expressa o desejo de que o futuro traga um acesso às estantes, pelo menos em maior escala do que existe atualmente.

Harriet GILMOUR, Bibliotecária do Instituto Britânico em Lisboa, na entrevista concedida para *Notícias/BAD* (10) pouco tempo após assumir a chefia daquela biblioteca, chama a atenção para a importância do livre acesso às estantes. Argumenta que as bibliotecas do Conselho Britânico em Portugal, a saber, Lisboa, Coimbra e Porto (Associação Luso-Britânica do Porto), funcionam em regime de livre acesso, assim como ocorre na Grã-Bretanha. Admite, naturalmente, que, para haver livros arrumados nas prateleiras por assunto e a maioria dos mesmos disponíveis para a leitura domiciliária, deve haver, também, uma infra-estrutura e racionalização dos serviços técnicos.

Após visita a Portugal, em 1982, o autor do presente estudo chegou a opiniões quase idênticas às dos visitantes e observadores estrangeiros, emitindo-as em *Notícias/BAD* (26) e na entrevista à *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo (27).

Digitalizado gentilmente por:

A preocupação com o assunto em questão – do livre acesso – é mais nítida nos trabalhos mais práticos, cujos autores são envolvidos nos serviços de bibliotecas públicas. Joaquim PORTILHEIRO, na sua monografia, discute o livre acesso como um objetivo a atingir nestes termos: "Dificuldades actuais, determinadas pela escassez de pessoal (. . .) e também a vontade por parte da hierarquia de manter os armários fechados à chave, impedem que esse procedimento, embora desejável e possível, se tenha já tomado a realidade." (21). Como solução de emergência, PORTILHEIRO adota o sistema de livre acesso condicionado, segundo o qual o utilizador pode manusear as obras na estante depois de solicitar ao funcionário que lhe abra o respectivo armário.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS PORTUGUESAS ASSINALADAS PARA ESTUDO DE CASOS

Nesta seção serão categorizadas as bibliotecas com a finalidade de se dar um destaque especial ao item do livre acesso dentro de um quadro geral.

3.1 Biblioteca Municipal Central, Lisboa

Trata-se da biblioteca principal do conjunto das Bibliotecas Municipais de Lisboa. A data da sua abertura ao público é de 1931. Situada no palácio Galveias, Campo Pequeno, compartilhando o edifício com outros serviços da 5ª Repartição dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Além da Biblioteca Central e da Hemeroteca Central, há onze bibliotecas fixas em diversos pontos da cidade e quatro bibliotecas itinerantes, servindo a 40 bairros nessa Capital que tem aproximadamente 1.000.000 de habitantes (sendo que o distrito conta com a populaçao de cerca 2.000.000).

Com o seu acervo de 255.969 livros (em 1982), contando com 25 funcionários, dos quais sete são bibliotecários diplomados e cinco técnicos-auxiliares, a Biblioteca serve para uma média diária de 150 usuários, para leitura de presença. A leitura domiciliar, porém, é franqueada somente para os funcionários da Câmara Municipal, ha-

Digitalizado gentilmente por:

vendo 3.635 leitores registrados. A Biblioteca promove as mais variadas atividades culturais e presta serviços com as bibliotecas móveis em hospitais, prisões e outras instituicões.

A sala de leitura ostenta grandes estantes de madeira com vidros, fechadas até ao teto, impossibilitando, assim, qualquer acesso aos livros. O acesso à informação para os usuários geralmente é facultado por intermédio de auxiliares de biblioteca, os quais têm acesso aos "ficheiros", i.e., aos catálogos da biblioteca. Estes são divididos de acordo com os seus formatos e funcões; assim, há um catálogo com fichas antigas, outro com fichas adquiridas da Biblioteca Nacional de Lisboa, e um terceiro fichário de caráter provisório, destinado aos livros que estão sendo incorporados ao acervo. A classificação principal é a Classificação Decimal Universal. Entretanto, como a colocação dos livros nas estantes obedece aos seus "endereços" topográficos, a classificação não determina a ordenação dos livros, nas estantes, pelo assunto.

Estas características da BML levam a concluir que o livre acesso esbarra, primeiramente, na construção do prédio onde está instalada a biblioteca, nos sistemas de classificação e catalogação e na tramitação burocrática entre a Direçao Geral, Direção dos Serviços e o Bibliotecário Principal.

O caminho para a solução, certamente conhecida pelos bibliotecários portugueses, seria proporcionar melhores instrumentos de acesso à informação, uma vez que os condicionamentos arquitetônicos e técnicos são predominantes.

3.2 Biblioteca Municipal do Bairro das Furnas, Lisboa.

É uma das bibliotecas ramais da Câmara Municipal de Lisboa. Localizada no Bairro das Furnas, bairro semi-operário e de pequena burguesia, inaugurada em 1962. Está instalada no edifício de Salão de Festas da Freguesia de S. Domingos de Benfica e é administrada pela Junta da Freguesia. Possui uma única sala de aproximadamente 7 por 6 metros. Com seu acervo de 5.523 livros (1981) e o pessoal formado por um Técnico-Auxiliar, um Auxiliar-Técnico e um servente, está voltada para uma clientela predominantemente juvenil, na faixa de 10 a 14 anos. A média de usuários é de 20 a 25 pessoas. A leitura

Digitalizado gentilmente por:

domiciliária tem registrado 3.115 leitores com uma média de 5 empréstimos por dia. O acervo bibliográfico tem caráter popular, incluindo fascículos muito procurados de "banda desenhada" (histórias em quadrinhos).

Ainda que se trate de uma biblioteca instalada numa pequena sala, não há livre acesso aos livros. Os armários antigos em um lado e os armários modernos de aço com vidro noutro lado, estão fechados. A solução encontrada é acompanhar o usuário à estante. Neste caso, não há condicionamentos arquitetônicos nem históricos que não permitissem o livre acesso.

3.3 Biblioteca Municipal de Belém, Lisboa

Uma biblioteca de maior porte, instalada em um prédio do estilo de antigas repartições públicas, funcionando desde 1965, presta serviços externos de grande importância social. Possui um acervo de 17.142 livros (1982), contando com oito funcionários, dos quais dois são Técnicos-Auxiliares. A biblioteca serve a uma média de 100 a 125 usuários por dia. A leitura domiciliar tem 7.401 leitores registrados, havendo, em média, 25 empréstimos por dia.

O setor de Seleção recebe cuidados especiais, pois a biblioteca objetiva servir para todas as camadas sociais e idades. Esta preocupação com o leitor se reflete também no seu funcionamento compatível com os horários disponíveis dos usuários. Seguindo a tradição das bibliotecas antigas, a classificação é topográfica. Os catálogos abrangem o catálogo de autores e títulos, mas os assuntos só parcialmente.

Apesar da preocupação com o usuário, a biblioteca tem o seu acervo fechado para o leitor.

Poder-se-ia multiplicar exemplos, pois foram visitadas outras bibliotecas ramais, mas, se variam os fatores relativos à localização, instalação, recursos bibliográficos e outras variáveis, uma constante permanece: salas de leitura rodeadas de armários fechados.

3.4 Biblioteca Popular de Lisboa

Merece, esta biblioteca, uma atenção especial tanto pela sua

Digitalizado gentilmente por:

história (fundada em 1918 após o triunfo da causa republicana em 1910) e pelos objetivos expressos no ato da sua criação: necessidade de desenvolvimento cultural do povo português, (19).

Hoje, após longo itinerário das mudanças dos locais e seus serviços, continua provisoriamente ocupando o espaço do velho Convento de Jesus, paredes-meias com a erudita Academia das Ciências de Lisboa. Está situada numa parte pitoresca da cidade (cidade alta), mas de difícil acesso. Seu endereço também chama a atenção: Rua das Academias das Ciências, 19, Claustro, Lisboa. Administrativamente, está subordinada ao Ministério da Cultura/Secretaria de Estado de Cultura/Instituto Português de Patrimônio Cultural.

Com o seu acervo de 151.311 volumes de livros (1982), sempre acrescido pelo Depósito Legal, a biblioteca com seus dez funcionários, propicia a leitura de presença aos seus usuários, desde operários até profissionais liberais. A organização do acervo e sua representação obedecem à classificação alfa-numérica, particularmente projetada para esta biblioteca, e a catalogação conforme ISBD, introduzida recentemente. O acesso à informação é feito por meio de catálogos de autor e título, principalmente.

Quanto ao acesso aos livros, no entanto, chega-se à mesma constatação, apesar dos objetivos de propiciar a cultura ao povo, apesar dos eventos culturais realizados nos espaços arquitetônicamente privilegiados (a seriedade dos caminhos dentro do antigo claustro) ainda há grandes obstáculos a serem transpostos. O livre acesso ainda está em projeto.

A B.P.L. tem uma biblioteca tipo ramal, denominada "Centro de Empréstimos", localizada no coração da baixa lisboeta, num ponto da cidade de muita movimentação, para servir à população com uma leitura mais ligeira, como jornais e livros recreativos e práticos.

3.5 Biblioteca Nacional de Lisboa

No contexto das bibliotecas situadas em Lisboa, mencionar-se-á, também, a Biblioteca Nacional de Lisboa, considerando-se tanto as suas origens como as suas atividades normativas e a sua influência sobre as demais bibliotecas, inclusive as bibliotecas públicas.

No documento (23) sobre a inauguração do novo edifício da

Digitalizado gentilmente por:

B.N.L. (1969) é feita alusão ao fato que a Rainha D. Maria I criava em 1796 (Alvará assinado pelo Príncipe Regente) a REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DA CORTE E REINO. Deste modo, ostentava a designação "pública", ainda que a época foi pouco propícia para a circulação de idéias como também para a circulação de livros, devido a forte repressão exercida pelas autoridades.

A Biblioteca Nacional de Lisboa trabalha no sentido de se constituir também em um Centro Nacional de Referência, facilitando, assim as ações como controle bibliográfico, catalogação na fonte, catálogo coletivo, publicações e outras atribuições pertinentes à categoria de biblioteca nacional.

Atualmente (1982) possui 17.500.000 volumes. (Como foi indicado na Introdução, o porte das bibliotecas é caracterizado, aqui, só pelo número de livros, excluindo-se outro acervo documental).

O acesso às informações da BNL é feito por meio de catálogos, diversificados pelas suas formas, devido à longa existência desta biblioteca, principalmente pelo autor e titulo. O catálogo ideográfico voltou a ser objeto de estudo, buscando-se um sistema de indexação que permita uma recuperação mais específica de informação. A classificação CDU está sendo utilizada há 25 anos.

Há expectativas de que a BNL faça valer suas prerrogativas de uma biblioteca nacional, assumindo papel aglutinador no sentido de cooperação bibliotecária no país.

3.6 Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian

Em contraste com a Administração Estadual ou Municipal de Bibliotecas, surgem as bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, promovendo a leitura pública no mais largo sentido. A influência do legado do patrimônio do magnata iraquiano, Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955) se percebe ativamente em todos os setores da cultura e das artes em Portugal.

Em Lisboa, além da Biblioteca Geral, está localizado o Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da FCG, criado em 1958.

3.6.1 Biblioteca Geral

A Biblioteca Geral está privilegiadamente situada no Parque Ca-

Digitalizado gentilmente por:

Iouste Gulbenkian, Lisboa. O seu edifício de arquitetura moderna ocupa cerca de um terço da vasta área do parque (74 mil metros quadrados). Forma um corpo único - no dizer do seu diretor, Prof. Dr. Luis de Matos (17), – com a sede da Fundação e com o Museu C. Gulbenkian, pois se teve em vista que este conjunto viesse a desempenhar uma função essencialmente cultural. Assim, a sala de leitura da Biblioteca Geral, através das suas largas janelas, mostra-nos a unidade e a comunicação entre os espaços exteriores.

Seu acervo conta com mais de cem mil espécies bibliográficas, sendo o crescimento anual das coleções estimado em 10 a 20%, formando um acervo atualizado em Arte, Literatura, Crítica da Literatura, História e Cultura Portuguesas.

A média mensal de freqüência acusa 4.000 usuários. Além dos portugueses, há leitores de várias nacionalidades como norte-americanos, ingleses, russos, austríacos e assim por diante.

O acesso às obras é por meio de catálogos, distribuídos por Autor, Título e Assunto. A catalogação obedece às normas do ISBD. A classificação tem uma estrutura particular com indicação topográfica dentro de classes de assuntos.

Apesar de ser esta biblioteca moderna em todos os sentidos, cooperando com as atividades culturais e editoriais da Fundação, proporcionando alto grau de satisfação do usuário na obtenção da informação, não foi planejada de modo a permitir o livre acesso às estantes.

3.6.2 Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas

O Serviço dispõe de cerca da 60 unidades móveis e outras tantas unidades fixas servindo a 3.900 localidades, com uma população superior a 5.000.000 habitantes, ou seja, mais de dois terços da população portuguesa, quer a do Continente, quer a das Regiões Autônomas de Madeira e Açores.

O Diretor desse Serviço, o poeta Mourão-Ferreira, destaca os dois grandes critérios postos em prática pelo criador desse trabalho, o escritor Branquinho da Fonseca: (a) as bibliotecas dirigem-se à generalidade dos leitores, sem quaisquer discriminações de ordem social, cultural ou sequer etária, (b) as bibliotecas sempre adotaram e

Digitalizado gentilmente por:

continuam a adotar o regime de livre acesso às estantes e o regime de empréstimo domiciliar. (18).

As bibliotecas itinerantes e fixas são apoiadas por uma biblioteca central de empréstimos. O acervo é composto de todas as classes da Classificação Decimal, sendo que a literatura infantil predomina. A seleção de livros merece cuidados especiais, sendo feita por uma Comissão que se reúne semanalmente, avaliando a produção editorial e as necessidades identificadas dos leitores. Os processos técnicos servem – conforme a expressão do poeta Mourão-Ferreira – para concretizar o ideário que é a divulgação do patrimônio verbal da nação, como também das outras nações.

Observa-se uma feliz correspondência entre os objetivos desse Serviço – levar o livro onde nunca chegara, de pô-lo sem reservas, com toda a confiança, em mãos que mal o conheciam – e sua prática de propiciar o livre acesso a este livro.

3.7 Biblioteca Pública Municipal do Porto

Com a sua rica história e precioso acervo, esta biblioteca é a terceira do país, sendo a primeira a Biblioteca Nacional de Lisboa e a segunda a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Foi criada sob o nome de "Real Biblioteca Pública do Porto" em 1833 por Decreto assinado por D. Pedro IV (D. Pedro I, no Brasil). A real Biblioteca era de propriedade da cidade do Porto sob a administração da Câmara Municipal.

A Diretora, Dra. Fernanda C. de Brito, informou que a biblioteca possui um acervo de 1.200.000 volumes de livros (do qual pode se considerar 50% como acervo vivo, i.e., à disposição do leitor). Além do acervo monográfico a biblioteca possui a mais completa hemeroteca do país, a biblioteca sonora, o centro das bibliotecas itinerantes, salas de exposição, de conferências e vários serviços, exercendo, assim, o papel de um centro cultural.

O quadro de pessoal é formado por 62 funcionários, sendo 12 bibliotecários formados. A biblioteca serve predominantemente aos estudantes de primeiro, segundo e terceiro graus, aos licenciados e pesquisadores, sendo que somente 10% de usuários são leitores "comuns". Leitores domiciliários existem em menor escala.

Digitalizado gentilmente por:

O acesso à informação é feito por meio de catálogos de acordo com vários setores: catálogos dos manuscritos e incunábulos, catálogos com fichas manuscritas, catálogos a partir de 1948 com descrição já formalizada. Os índices da classificação da CDU são atualizados desde 1948. O usuário, face à variedade de catálogos, precisa de uma orientação inicial.

Nos regulamentos consta que há uma "livre consulta" de livros na sala de leitura, havendo necessidade, entretanto, de uma autorização prévia para consultar determinadas espécies bibliográficas. (2)

3.8 Biblioteca Municipal de Coimbra

A biblioteca está situada em uma das mais antigas cidades portuguesas, surgiu durante o império romano, no século III da era cristã, cuja história passa da ocupação muçulmana à reconquista, da Inquisição à invasão napoleônica, da guerra civil entre os liberais e miguelistas, até os nossos dias. Esta pequena cidade (o Concelho de Coimbra conta 147.142 habitantes (1981) e o Distrito possui 442.885 hab.), localizada na colina às margens do Rio Mondego, atrai tanto os estudiosos como turistas pelos seus monumentos arquitetônicos, pelas igrejas, claustros, capelas, museus e pela própria Universidade de Coimbra.

De acordo com as informaçoẽs da Diretora da Biblioteca, Dra. Ângela A.P. da Gama, o acervo é estimado em torno de 300.000 espécies bibliográficas, servindo para uma média da 60 usuários de leitura de presença e 50 de leitura domiciliária. Entre os usuários predominam estudantes do 2º grau, mas há também leitores como operários e donas de casa.

O quadro é composto por 33 funcionários, dos quais 2 bibliotecários formados. A biblioteca exerce o seu papel cultural promovendo eventos vários, realiza seus serviços de extensão com biblioteca infantil e "estantes periféricas", além dos encargos de editoração.

O acesso ao acervo geral é proporcionado pelos catálogos de Autor, Título e Assunto. A classificação é feita pelas áreas e setores do conhecimento humano. O número de chamada traz o "endereço" topográfico do volume. Uma espécie de livre acesso é facultado aos livros de referência, aos romances, literatura infanto-juvenil e à in-

Digitalizado gentilmente por:

formação corrente.

O desafio dessa biblioteca pública consiste em conciliar a tradição da "cidade dos doutores" com a necessidade do leitor e carências culturais deste leitor comum.

3.9 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

A Biblioteca, – conforme informações do Dr. José Joaquim Barbosa, Substituto do Diretor – após uma evolução de acervos, lugares e nomes das "livrarias de estudo" da Universidade (cuja existência data de antes de transferência temporária da Universidade portuguesa de Lisboa, em 1537, para Coimbra) passou a denominar-se, em 1924, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Esta biblioteca universitária é também, pelo seu estatuto, uma Biblioteca Nacional e Pública, e, portanto, subordinada, tanto ao Ministério da Cultura como ao da Educação e também ao Instituto Português do Patrimônio Cultural.

A parte do acervo, com edições anteriores a 1750, está alojada na "Biblioteca Joanina", constituindo-se em uma Biblioteca Museu, a qual, pela sua beleza arquitetônica, é uma atração turística.

O acervo geral, o qual ultrapassa um milhão de volumes é quase todo catalogado, salvo os antigos livros incompletos. Esta catalogação traz consigo as formas antigas de descrição. Os catálogos são divididos pelo Autor, Título e Matéria. A Biblioteca abriga, também, o Catálogo Coletivo da Universidade de Coimbra e da Universidade de Aveiro. A classificação é feita por esquema próprio, herdado e atualizado. Só algum fundo recebido por doação é classificado pela CDU. Um pormenor 'sui generis': não existe uma biblioteca central que promova e normalize os processamentos técnicos, aquisição e outras tarefas pertinentes. Cada Faculdade tem uma espécie de centralização de serviços em razão das Bibliotecas Departamentais. Há, entretanto, um Centro de Documentação da Universidade.

A freqüência diária, excluindo os meses de férias escolares, é de 400 usuários. A solene sala de leitura tem capacidade para, aproximadamente, 140 lugares, além do espaço existente nas galerias. O edifício atual, construído em 1962, foi planejado para fins de uma biblioteca, visando, portanto, a sua funcionalidade.

Digitalizado gentilmente por:

Não se pode falar sobre o livre acesso em uma biblioteca nacional. O problema do acesso à informação deve ser posto na eficiência dos meios e mecanismos da recuperação da informação.

4 DISCUSSÃO SOBRE A LIBERDADE DO UTENTE

Em plena era da informática, toda esta preocupação com o acesso aos livros nas estantes de uma biblioteca (sem levar em consideração os fatores essenciais para a cultura de um povo, como a produção e distribuição de livros), pode parecer, além de óbvia, anacrônica.

Conceituar o livre acesso e enumerar os seus fatores positivos e negativos não traz dificuldades.

No entanto, os obstáculos surgem quando da utilização dos princípios para o livre acesso que esbarra em muitos problemas. Neste item, dar-se-á ênfase ao relacionamento do usuário com a biblioteca e, indiretamente, com o Estado, implicando o exercício da sua liberdade, não esquecendo a ameaça do risco de vandalismo que pode se apresentar, uma vez que cresce, dia-a-dia, o desrespeito à propriedade particular e pública em todas as partes do mundo livre (excetuando-se os Estados totalitários).

Como os bibliotecários e administradores dos bens culturais e das suas instituições irão se posicionar perante possíveis comportamentos dos utentes? Qual política será adotada face aos possíveis roubos e danificações dos livros e documentos pelos usuários? Aumento do controle ou fomento da responsabilidade individual?

As conseqüências da mudança do regime político, após 25 de abril, são palpáveis em todos os setores da vida portuguesa. A euforia popular da Revolução dos Cravos, depois de 40 anos do regime salarazista, era intensa. O programa de um novo poder político enfatizou a implantação da democracia, o lançamento dos fundamentos de uma nova política econômica que defendesse as camadas da população mais desfavorecidas, e o aumento progressivo da qualidade de vida de todos os portugueses. Como era de se esperar, a evolução do processo político-econômico foi marcada por contradições e sujeita a pressões dos partidos políticos, mas a democracia representativa se institucionalizou. (22)

Digitalizado gentilmente por:

Os problemas de ordem econômica constituíram-se em um desafio a ser resolvido, agravados pelos resultados de 13 anos de guerras coloniais. Podia-se ouvir, nas ruas, a frase "perdemos o império", parecendo ser uma paráfrase dos ingleses.

Dentro dos propósitos – propiciar um aumento qualitativo de vida aos portugueses – as bibliotecas públicas e populares foram incluídas. A ação das antigas Casas do Povo, estabelecidas no antigo regime (administrativamente dependentes do Ministério da Educação/Educação Geral de Adultos), deu lugar a uma ativíssima animação cultural. Esta ação cultural, abrangendo bibliotecas populares e públicas, naturalmente, é dirigida mais para conscientizar e politizar o povo do que para modificar as estruturas técnicas das bibliotecas públicas.

A animação cultural nas bibliotecas se dirige à liberdade do leitor, liberdade esta que na História não era tão facilmente franqueada às pessoas; haja vista a situação descrita no livro de Raul Rêgo, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa* (24), o qual documenta a ação censória desde o estabelecimento da Inquisição em 1536 até o século XVII; ou a censura deste século, estudada no trabalho *Livros proibidos no regime fascista*, no qual os autores declaram que "essa relação incompleta ficará ao alcance dos estudiosos da História e da Cultura como um elemento para o levantamento sócio-cultural dos *bloqueios* (grifo nosso) da vida mental, literária e artística de nosso país". (15)

O seguinte depoimento de um auxiliar de uma biblioteca de Lisboa poderá ilustrar o comportamento de um usuário que emocionalmente está se adaptando a esta liberdade que nunca teve:

> "Um utente cuspiu no chão da sala de leitura e o auxiliar de biblioteca perguntou-lhe: você faria isto em sua casa? O estudante retrucou: – deixa disto, eu mando aqui!
> Um outro estudante entra na sala de leitura com uma garrafa de cerveja e um lanche na mão, tentando imprimir os seus costumes de estudar numa mesa de bar na ordem da biblioteca."

A educação do usuário em um regime mais livre, portanto, é um

Digitalizado gentilmente por:

proceso árduo: ensinar a liberdade com responsabilidade e respeito à liberdade do outro, a fim de que essa liberdade não se torne uma nova opressão.

A liberdade inconseqüente pode também atingir os serviços de extensão de uma biblioteca, assim como, por exemplo, leitura em parques, devido a assaltos e desrespeitos de várias ordens, conforme outro depoimento de uma bibliotecária lisboeta.

A atitude revoltosa dos jovens deve-se à reação contra tudo que lembre a excessiva burocracia hierárquica que dominava as repartições públicas. Nas bibliotecas universitárias a situação se agrava ainda mais, esta revolta se dirige contra os antigos costumes dos catedráticos que detinham a informação, como forma pessoal de poder, os quais passavam somente uma parte da bibliografia aos alunos. Entretanto, há quem observe que, apesar de todas estas limitações, antigamente se lia muito mais do que nos tempos atuais. A Biblioteca Nacional de Lisboa, em certas épocas, ficava aberta até 24:00 horas!

Nessa época de transição política do povo português, qual atitude que as autoridades e os bibliotecários irão tomar? Ficar nas intenções de um novo discurso político e manter a antiga desconfiança pelo indivíduo, ou correr o risco adotando uma política de valorização da responsabilidade individual de um usuário da biblioteca pública?

5 CONCLUSÃO

As condições gerais das bibliotecas descritas neste trabalho não propiciam, no momento, o livre acesso às estantes, considerando-se os obstáculos associados à ordem arquitetônica, político-administrativos, técnicos, psicológicos e os de acervos bibliográficos.

- As bibliotecas maiores, instaladas em edifícios adaptados, como antigos claustros, palácios e casarões oficiais (que podem impressionar por sua beleza austera) não oferecem facilidades para tal prática. As bibliotecas de menor porte, por sua vez, raramente são instaladas nos espaços construídos para seus fins.
- As dificuldades de ordem político-administrativas são relativas principalmente à disponibilidade financeira para recursos humanos, equipamentos e otimização dos processos técnicos, além da

Digitalizado gentilmente por:

distância existente entre a hierarquia burocrática e a prática da biblioteca.

- Os entraves de natureza psicológica quanto à permissão, pelas autoridades, ao livre acesso e o exercício da liberdade responsável do usuário ainda não foram removidos.
- O processamento técnico com sua classificação e catalogação, cujo resultado final são catálogos e índices, não facultam, ainda, ao usuário, o acesso mais livre e individual à informação.
- Os obstáculos relativos à natureza dos acervos bibliográficos, devido a sua herança (mesmo que venha a enriquecê-los), condiciona a localização dos documentos nas estantes diminuindo o acesso à informação atual.

Quanto às possíveis alterações do estado presente das bibliotecas, já que não se pode modificar a estrutura física e organizacional das mesmas, poder-se-ia:

- cogitar da ampliação dos setores já existentes do livre acesso parcial e especialmente tomar em consideração este pormenor no planejamento de novos serviços e bibliotecas,
- pôr em relevo a discussão sobre o livre acesso entre os bibliotecários, comunidade e autoridades,
- fomentar maior intercomunicação entre os bibliotecários objetivando maior consenso técnico e cooperação bibliotecária.

Neste contexto reforçam-se as recomendações do Relatório de PARKER, aludido neste trabalho, no sentido da utilidade da criação de bibliotecas-modelo pelas quais se demonstraria a qualidade dos serviços bibliotecários, obtendo, assim, a resposta positiva do usuário e depois do Poder Público. Outrossim, as bibliotecas-modelo poderiam se inspirar no ideário das bibliotecas da Fundação Gulbenkian quanto ao livre acesso.

Digitalizado gentilmente por:

ABSTRACT: Open stacks in certain public municipal libraries in Lisboa, Porto and Coimbra is analized through case studies and bibliographic searching. It alludes, also, to the national and popular libraries and libraries of Calouste Gulbenkian Foundation. It detects the factors which propiciate or make difficult the open access to book and information. Besides the risks of vandalism, it discusses the problem of user's freedom in the time of political transition. In conclusion points out the factors conected with the impediments of the open access, such as those of architechtonic, political and administrative, technical, psychological, and those due to the nature of collections. The work suggests the attitudes in the favor of the open access, recalling the recommendation of PARKER's survey (1982-83) concerning general state of public libraries in Portugal, on behalf of the creation of pilot model libraries. Meanwhile, it offers elements for posterior studies in the Comparative Librarianship.
KEY WORDS: Open stacks. Public libraries: Portugal Comparative Librarianship.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BIBLIOTECAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro, IBGE/INL, 1980.
2. BOLETIM IMFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, janeiro de 1984.
3. BUONOCORE, Domingo. *Dicionário de bibliotecologia*. 2. ed., Buenos Aires, Marimar, 1976.
4. COELHO, Jacinto do Prado et alii. *Problemática da leitura*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 1980.
5. COSTA, Barbot Rui. *Para o estudo do analfabetismo e da relutância à leitura em Portugal*. Porto, Brasília, Editora, 1979.
6. CUNHA, isabel Ferin. Biblioteconomia e bibliotecários em Portugal e no Brasil:uma aproximação. *Informaciones FID/CLA*, Brasília, n. 3/4:7-8, oct. 1981/mar. 1982.
7. DANTON, J. P. apud MIRANDA, A. A biblioteconomia comparada: Danton x Foskett. *Boletim da ABDF*, Brasília, nov./dez. 1977.
8. FIGUEIREDO, Nice M. *Tópicos modernos em biblioteconomia*. Brasília, ABDF, 1977. p. 35-6.
9. GILMOUR, Harriet. Entrevista cedida a *Notícia*, BAD, Lisboa, *4*(13):15-6, jun./set. 1980.
10. GUIA DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro, IBGE/INL, 1979.
11. GUIA DAS BIBLIOTECAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
12. GUIA DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DO BRASIL. Brasília, MEC/CAPES, 1979. 2v.
13. JENKS, George M. Algumas considerações sobre bibliotecas portuguesas. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação*, Coimbra, 12(2/4):162-6, abr./dez. 1976.
14. LIVROS PROIBIDOS NO REGIME FASCISTA. Mira-Sintra, Comissão do Livro Negro; Gráfica Europam, 1981.
15. MAGALHÃES, Rodrigo. Entrevista cedida à *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, *15*(3/4):117-21, jul./dez. 1982.
16. MASSA DE GIL, Beatriz. et alii. *Diccionario tecnico de bibliotecologia*: español-inglês. 4. ed. México, Trillas, 1973.
17. MATOS, Luis de. A biblioteca Geral. *Colóquio*, Lisboa; *56*:59-60, dez. 1969.
18. MOURÃO-FERREIRA, David. *Boletim Cultural*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian; Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas, n. 2:3-4, jun. 1984.

Digitalizado gentilmente por:

19. NEVES, Ferreira das. *Relatório interno da Biblioteca Popular de Lisboa*, s.d.
20. PARKER, J. Stephen. Bibliotecas públicas em Portugal: resultados de um levantamento realizado durante 1982 e 1983. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, 14*(1):71-83, jan./jun. 1986.
21. PORTILHEIRO, J. A. R. de Macedo. *Uma biblioteca popular*: algumas reflexões. Coimbra, 1982. Trabalho acadêmico.
22. PORTUGAL. Ministério da Comunicação social. *Portugal*: pequeno guia. Lisboa, 1979.
23. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. *Inauguração do novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1969.
24. REGO, Raul. *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
25. TENGARRINHA, José. A novela e o leitor português: estudo de sociologia da leitura. Lisboa, Prelo, 1973.
26. TSUPAL, Rodolfo. Alguns aspectos das bibliotecas públicas portuguesas. *Notícia*, BAD, Lisboa, out./dez. 1982.
27. TSUPAL, Rodolfo. Entrevista cedida à *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, *15*(3/4):112-6, jul./dez. 1982.
28. VELOSO, Lúcia Maria da S. M. & SOUSA, José Manuel Motta de. *A biblioteca pública*: alguns aspectos da problemática suscitada pela integração no Sistema Nacional de Informação. In: ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS PORTUGUESES, 7º, *Actas*, Lisboa, 1978. p. 4-7.

Digitalizado gentilmente por:

I

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA NA ECA-USP: UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA*

Dinah Aguiar Población (1)
Isabel Maria Ferin Cunha (2)
Nair Yumiko Kobashi (3)
Waldomiro de Castro S. Vergueiro (4)

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1982, depois de vários encontros de bibliotecários realizados em diversos estados, o Conselho Federal de Educação baixou Parecer modificando o currículo mínimo para formação de bibliotecários (1). Assim, as Escolas de Biblioteconomia de todo país viram-se na contingência de implantar o novo currículo em prazo relativamente curto, uma vez que o mesmo deveria entrar em vigor a partir de 1984 (2,3).

A Escola de Comunicação e Artes, onde, sob a responsabilidade do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CBD), é ministrado o curso de Biblioteconomia, tendo em vista as disposições do CFE, procedeu, em 1983, à reforma de seu currículo para sua implantação em 1984.

Posteriormente em reuniões dos corpos docente e discente do curso de Biblioteconomia, realizadas para discutir a implantação do currículo proposto, foi apontada a sua inadequação aos objetivos al-

---

* Trabalho elaborado pela Comissão de Ensino, gestão 1983 a 1986 e apresentado no XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, 1985 e no I Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Recife, 1986.

(1) Professor Assistente Doutor do CBD/ECA/USP, Coordenadora da Comissão.
(2) Professor Assistente Doutor do CBD/ECA/USP.
(3) Auxiliar de Ensino do CBD/ECA/USP.
(4) Professor Assistente do CBD/ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

mejados pelo Departamento: a formação de um profissional crítico e de perfil condizente com as necessidades do mercado de trabalho.

Tal fato deu-se em decorrência de um processo de amadurecimento de debates entre os professores do CBD que iniciaram, a partir de então, uma prática constante de discussão e análise das propostas levantadas, até culminar com uma nova estrutura curricular implantada a partir de 1986. O relato desta experiência poderá servir como parâmetro a experiências similiares de outras escolas e cursos de Biblioteconomia.

O CBD

A Escola de Comunicação e Artes (ECA), unidade da Universidade de São Paulo, criada em 1967, é composta por 7 departamentos: CTR-Cinema, Teatro, Rádio e Televisão; CAP-Artes Plásticas; CCA-Comunição e Artes; CMU-Música; CJE-Jornalismo e Editoração; CRP-Relações Públicas, Propaganda e Turismo e CBD-Biblioteconomia e Documentação. O Departamento de Biblioteconomia e Documentação é chefiada por um professor titular e seu Conselho Departamental, constituído por 3 professores representantes das categorias de auxiliar de ensino, mestre e doutor, um representante discente; é presidido pelo Chefe do Departamento. O Conselho, por sua vez, é assessorado por uma Comissão de Ensino que prepara todos os expedientes referentes ao ensino de graduação e os encaminha às reuniões gerais de professores, realizadas quinzenalmente, onde os mesmos são discutidos e analisados em profundidade; após aprovação nas reuniões gerais, a Comissão de Ensino envia as decisões ao Conselho Departamental, para serem referendadas e receber o encaminhamento devido. Desta forma, procura-se efetuar, no CBD, um processo democrático de decisões, tendo os professores e interessados a oportunidade de manifestar a sua opinião e participar, em conjunto, da administração do Departamento.

O Corpo Docente do Departamento é composto por 19 professores com as seguintes categorias docentes: 1 titular, 3 doutores, 6 mestres e 9 auxiliares de ensino. A partir de 1984 ano, a política do Departamento tem incentivado os professores a assumirem o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa ou o regime de turno

Digitalizado gentilmente por:

completo por entender que somente os mesmos permitem a consolidação das novas propostas de ensino. O CBD conta, atualmente, com 12 professores em regime de dedicação integral, 1 em turno completo e 6 em tempo parcial. O fato de a maioria dos professores estarem ligados ao Departamento em dedicação integral foi fator de marcada importância na estruturação do novo currículo em fase de implantação. Somente a partir do engajamento dos docentes no projeto de implantação, seja através da participação nas reuniões gerais, seja através de colaboração efetiva nos diversos grupos de trabalho criados para este fim, é que foi possível a elaboração do projeto e viável, a partir de 86, sua execução.

ELABORAÇÃO DO PROJETO

A necessidade de uma nova reestruturação curricular que levasse em conta tanto o fazer bibliotecário como suas áreas de atuação tornou-se patente aos professores do departamento a partir de reuniões realizadas em dezembro de 1984. A tentativa de definição do fazer específico do bibliotecário evidenciou a necessidade de uma estrutura curricular que levasse em consideração não só uma nova filosofia de ensino, mas, também, a necessária revisão e integração dos conteúdos das matérias ministradas e sua interligação com a prática. Da mesma forma, a definição de áreas de atuação do bibliotecário levou os professores a propor em uma tipologia que considerasse forma de atuação e conhecimentos específicos dos profissionais onde, necessariamente, deveriam concentrar-se os estágios supervisionados. Concordou-se, por fim, que a biblioteca especializada (universitária e de empresa), a biblioteca pública e a escolar são tipos básicos que melhor se enquadram nos objetivos propostos. Nas mesmas reuniões onde se levantaram as questões acima citadas foram também propostas a organização, pelo Departamento, de cursos de especialização e de extensão universitária e a realização de estudos aprofundados sobre a questão da formação de profissionais em biblioteconomia e documentação, tendo em vista as necessidade do mercado de trabalho e a demanda de informação.

Frente a essas recomendações, a Comissão de Ensino coordenou o processo de reformulação do currículo aprovado pelo CBD em julho

Digitalizado gentilmente por:

de 1983; para tal, a Comissão procurou ter como parâmetros o Currículo Mínimo dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, aprovado pelo CFE em setembro de 1982, e a formação de um profissional apto a atuar nas áreas de biblioteca especializada (universitária e de empresa), pública e escolar. Com esta preocupações, foram elaboradas várias versões-hipóteses do novo currículo que foram discutidas pelos professorés em reuniões quinzenais, de janeiro a maio do presente ano. Chegou-se, então, a uma versão definitiva (Anexo 1), que representou o consenso dos professores e que tem, como base, as exigências do currículo mínimo aprovado pelo CFE; tal currículo estende-se por 8 semestres num total de 2500 horas/aula e 250 horas de estágio supervisionado.

Nos três semestres iniciais, encontram-se as Matérias de Fundamentação Geral e as Matérias Instrumentais. Além de se manter as disciplinas oferecidas pelo CCA, outro Departamento da ECA, correspondente às exigidas pelo currículo mínimo de Biblioteconomia, e, paralelamente, suprimir-se as que não o eram, - foi introduzida, também, uma matéria de novo conteúdo, a ser oferecida em 4 semestres consecutivos, designada *Biblioteca e Sociedade*. A nova disciplina tem o objetivo geral de promover o estudo da biblioteca, enquanto componente da dinâmica cultural brasileira, numa perspectiva histórico-social, considerando-a tanto sob o ângulo das políticas culturais oficiais como sob o de sistema comercial de produção de bens culturais. Atribui-se, a esta matéria, uma carga horária total de 20 horas semanais distribuídas pelos 4 primeiros semestres do curso; pretendeu-se, com isto, torná-la disciplina que funcione, na área de Fundamentação Geral como aglutinadora das experiências e dos conhecimentos dos alunos de biblioteconomia.

Quanto às Matérias Instrumentais, mantiveram-se as preconizadas pelo Currículo Mínimo, tendo sido dado no que diz respeito as conteúdos, uma maior enfoque na interligação com a biblioteconomia. Assim, no 3º e 4º semestres, as disciplinas *Elementos de Lógica para Biblioteconomia II* e *Língua e Literaturas de Língua Portuguesa para Biblioteconomia e Comunicação II* propõem-se a embasar as disciplinas da área técnica, principalmente as de *Representação Temática e Vocabulário Controlado.* Ainda na área de matérias instrumentais juntou-se, às disciplinas recomendadas pelo Currículo Mínimo, a disciplina *Intro-*

Digitalizado gentilmente por:

dução à Informática na Comunicação, a ser ministrada pelo CCA em 2 semestres (3º e 4º) e que deve ter continuação, com um conteúdo específico para a área de biblioteconomia, na disciplina *Documentação I: Sistemas de Recuperação da Informação*, a ser ministrado no 5º semestre.

O 4º semestre apresenta um carater de "transição" entre Matérias de Fundamentação Geral, Matérias Instrumentais e Matérias de Formação Profissional. É, simultaneamente, o semestre que inicia o aluno nas técnicas biblioteconômicas, - o que se prolongará nos demais semestres, - tanto de uma forma teórica (em classe), como prática (em estágio superviosionado). Permeando todo o conhecimento e esperiência adquiridos encontra-se a disciplina *Administração de Bibliotecas*, que será ministrada do 5º ao 8º semestres e terá como função, não só evidenciar a inter-relação entre as técnicas e o fazer específico do bibliotecário como também, capacitar o aluno a planejar e administrar bibliotecas e centros de documentação e coordenar os serviços de disseminação / recuperação da informação; neste sentido, a disciplina Administração de Bibliotecas atuará como suporte ao período de Estágios supervisionados e à elaboração do *Projeto Experimental em Biblioteconomia e Documentação*.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As várias reformulações do ensino de Biblioteconomia, embora reconhecessem, implicitamente, a importância do estágio supervisionado como elemento suplementar à parte teórica ministrada em classe, não expressavam formalmente a sua obrigatoriedade para a formação do bibliotecário; apenas a partir do Parecer aprovado pelo CFE em 1982 é que se tornou obrigatório o estágio supervisionado, compreendendo, este, 10% da carga horária mínima do curso (2500 horas); o cômputo das horas do estágio deverá ser acrescido à carga do curso, perfazendo um mínimo de 2750 horas. Para fazer frente a estas exigências, e por entender bastante necessário o cotejamento entre teoria e prática, o CBD procurou optar por uma alternativa que rompesse com o método tradicional de ensino circunscrito às salas de aula e desligadas do ambiente real onde se desenvolvem as atividades da Biblioteconomia. Buscou-se, ainda, uma estrutura curricular

Digitalizado gentilmente por:

que favorecesse a visão da unidade existente entre os diversos elementos vistos até então de maneira pontual, por necessidades didático-pedagógicas. Tendo em vista estes objetivos, decidiu-se pela realização do estágio nos 6º e 7º semestres do curso, momento em que os alunos já teriam passado pelas Matérias de Fundamentação Geral e Instrumentais e sido iniciados nas Matérias de Formação Profissional.

Visando maior segurança na implantação do estágio a partir de 1986, decidiu-se, realizar, no segundo semestre de 1985, uma experiência-piloto de 7 semanas de duração. Para tanto, foram contatadas diversas instituições que pudessem receber estágiarios e solicitadas às mesmas, propostas que satisfizessem tanto aos objetivos do Departamento como às necessidades concretas das instituições. Posteriormente, em reunião realizada entre representantes das instituições contactadas e os professores do CBD, chegou-se a um consenso a respeito dos seguintes pontos:

a) Enfoque preferencial em atividades de referência e de representação temática (classificação e indexação);
b) Acompanhamento e avaliação contínua sob responsabilidade dos professores do Departamento;
c) Integração dos alunos nas atividades da biblioteca que contribuam para uma melhor visão de conjunto dos serviços que a mesma oferece à comunidade;
d) Relatório final de avaliação, a partir dos relatórios de alunos, professores e responsáveis pelos estágios nas respectivas instituições.

Esta experiência-piloto de estágio, devidamente avaliada ao seu término, deverá trazer valiosos subsídios para a implantação definitiva do estágio supervisionado a partir de 1986, de modo a que o mesmo atinja aos objetivos para ele definidos pelos professores do Departamento.

O PROJETO EXPERIMENTAL

Em ligação muito estreita com o estágio supervisionado e, poder-se-ia dizer, decorrência do mesmo, - no 8º semestre foi introduzido um *Projeto Experimental em Biblioteconomia e Documentação*, a ser desenvolvido pelos alunos em área ou áreas de sua preferência. O

Digitalizado gentilmente por:

Projeto será orientado por professores do Departamento e deverá funcionar como síntese aglutinadora das informações recebidas/adquiridas pelo aluno nos 7 semestres anteriores. A coordenação do Projeto será feita por intermédio da disciplina *Administração de Bibliotecas*, onde os alunos se reunirão aos professores para debate de suas propostas e orientação quanto à metodologia necessária para atingir os fins desejados. Aó final do semestre, o aluno fará apresentação oral perante uma banca examinadora composta por docentes do Departamento; desta forma, visa-se não apenas à síntese dos conhecimentos adquiridos mas, também, incentivar o aluno para o desenvolvimento de pesquisas a nível de pós-graduação.

CONCLUSÃO

Todas as alterações realizadas em relação ao currículo vigente, tanto quanto as designações concernentes às disciplinas como quanto à carga horária das mesmas, deveram-se, como citado anteriormente, a exaustivos estudos efetuados pelos professores para a proposição de novas ementas, conteúdos e objetivos para as disciplinas. Essa implantação, iniciada a partir de 1985, está em processo e uma avaliaçãoperiódicadeverá ser feita para permitir as reformulações e consolidações necessárias. As resoluções foram sempre discutidas e analisadas em profundidade na seqüência de reuniões realizadas no 1º semestre de 1985; a versão final do currículo mínimo obteve aprovação unânime de todos os docentes. Espera-se que, como fruto de uma nova experiência de co-gestão de assuntos educacionais, o novo currículo apresente resultados positivos em sua implantação e possa contribuir, realmente, para a formação do profissional em biblioteconomia que os novos tempos exigem.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1 BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.460/82. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, 11* (1):37-48, jan./jul. 1983.

2 MUELLER, Suzana Pinheiro Machado & Macedo, Vera Amalia Amarante. Proposta de um novo currículo pleno para o curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, 11* (2):155-76, jul./dez. 1983.

3 CAMPOS, Carlita Maria. O currículo mínimo na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas gerais: um espaço para reflexão. *Revista de Biblioteconomia de Brasília. 11*(2):317-22, jul./dez. 1983.

Digitalizado gentilmente por:

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DAS DICIPLINAS E RESPCTIVAS CARGAS HORÁRIAS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DA ECA/USP

1º Semestre

História da cultura e da comunicação I	– 4 h.
Realidade sócio/econômica polítca do Brasil I	– 3 h.
Francês instrumental para bibliotecários	– 4 h.
Métodos e técnicas de pesquisa em Biblioteconomia (orientação bibliográfica)	– 2 h.
Biblioteca e Sociedade (produção cultural)	– 5 h.

2º Semestre

Francês instrumental para bibliotecários	– 2 h.
História da cultura e da comunicação II	– 4 h.
Realidade sócio/econômica polítca do Brasil II	– 3 h.
Elementos de lógica para Biblioteconomia I	– 4 h.
Métodos e técnicas de pesquisa em Biblioteconomia II	– 4 h.
Biblioteca e Sociedade II (consumo cultural)	– 4 h.

3º Semestre

Biblioteca e Sociedade III (Natureza da Informação documentária)	– 8 h.
Língua e literaturas da língua portuguesa para Biblioteconomia e Documentação I	– 4 h.
Elementos de lógica para Biblioteconomia II	– 4 h.
Estudo de problemas brasileiros I	– 1 h.
Introdução à informática na comunicação I	– 4 h.

4º Semestre

Estudo de problemas brasileiros II	– 1 h.
Biblioteca e Sociedade IV (Política de ICT)	– 2 h.
Fontes bibliográficas I	– 4 h.
Representação descritiva I	– 4 h.
Representação temática I	– 4 h.

Digitalizado gentilmente por:

Vocabulário controlado I (indexação e resumo) – 4 h.
Língua e literaturas da língua portuguesa para Biblioteconomia e Documentação II – 3 h.

5º Semestre
Fontes bibliográficas II – 4 h.
Representação descritiva II – 2 h.
Representação temática II – 2 h.
Vocabulário controlado II – 4 h.
Administração de bibliotecas I – 4 h.
Documentação I (Sistemas de recuperação de Informação) – 4 h.

6º Semestre
Administração de bibliotecas II – 4 h.
Documentação II (materiais especiais) – 4 h.
Bibliotecas escolares e públicas com estágio supervisionado – 22 h.

7º Semestre
Bibliotecas especializadas e universitárias com estágio supervisionado – 20 h.
Administração de bibliotecas III – 6 h.
Serviço de referência e informação I – 2 h.

8º Semestre
Projeto Experimental em Biblioteconomia e Documentação – 20 h.
Administração de bibliotecas IV – 4 h.
Serviço de referência e informação II – 2 h.

Digitalizado gentilmente por:

II
SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA

Ana Maria Pantaleão – CRB-8 1280 (1)
Helena Gomes de Oliveira – CRB-8 1319 (2)
Laércio Felício – CRB-8 3124 (3)
Laila Gebara Spinelli – CRB-8 1002 (4)
Silvia Takahashi – CRB-8 1257 (5)

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi elaborado por um grupo de bibliotecários, da Supervisão de Bibliotecas Ramais, do Departamento de Bibliotecas Públicas, da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo.

Relata uma experiência de integração Biblioteca - Povo a partir do desenvolvimento de uma nova política cultural, adotada pelo Departamento, que culminou na criação das Sociedades Amigos de Bibliotecas.

INTRODUÇÃO

Em 1978 as bibliotecas de Bairro do Município de São Paulo, introduziram uma nova política cultural realizando eventos com o intuito de atingir não só o público estudantil, mas toda a comunidade. Com essa finalidade passaram a ser desenvolvidas atividades culturais direcionadas às diversas parcelas da população, abrindo espaço para a sua produção cultural o que multiplicou o número de usuários. A promoção de atividades como cursos de produção literária, arte e artesanato, palestras, debates, concursos e exposições de arte, competições entre outras, tornaram-se comuns nas bibliotecas como suportes da informação verbal e não verbal.

---

* O estudo em pauta, apresentado ao 14º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Recife, em setembro de 1987, por um Grupo de Trabalho de bibliotecários do Município de São Paulo, se configura em texto que vem reforçar matéria sobre "Ação Cultural", constante, do v.20, nº14, de jan./dez. 1987

(1) Biblioteca Affonso Taunay – Moóca
(2) Biblioteca Adelpha Figueiredo – Canindé
(3) Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda – Itaquera
(4) Biblioteca Alceu Amoroso Lima – Pinheiros
(5) Biblioteca Presidente Kennedy – Santo Amaro

Digitalizado gentilmente por:

Essa dinâmica biblioteca-comunidade fez convergir para a biblioteca pública os interesses culturais da população obrigando-a a posicionar-se ante um processo de integração cultural, hoje, irreversível.

Em decorrência dessa integração, a biblioteca foi chamada a participar nas atividades da comunidade que, se apercebendo de sua atuação, solicita a presença de seus representantes em eventos por ela promovidos, tais como:

- Concursos literários de escolas de samba e outros em que o bibliotecário atua como juiz;
- Reuniões de Delegacias de Ensino (na área de educação), de Distritos Policiais (na área de segurança) de Associações Comerciais, de Associações de Amigos de Bairro e outros;
- Comemorações relevantes, em que o bibliotecário é solicitado para atuar como membro da Comissão Organizadora (Semana do Verde, Semana da Criança, Festas de Aniversário e de Entidades de Bairro e outras);
- Campanhas filantrópicas;
- Feiras, Festivais, Lançamentos de livros e Recitais.

Essa reciprocidade de interesses fez com que a comunidade demandasse o espaço físico da Biblioteca para sediar suas programações: cursos, palestras, espetáculos, homenagens, comemorações, solenidades, em que, por vezes, o bibliotecário é um dos convidados de honra. São solicitações ao bibliotecário, enquanto ser humano, em situação que pressupõem um relacionamento de amizade com o público e que prestigiam as atividades profissionais e os convites que aproximam a família do usuário à Biblioteca.

Esse elo de ligação proporcionou um diálogo com diferentes parcelas e lideranças da comunidade dentro do comércio, indústria, autoridades políticas, grupos religiosos e esportivos, diversas entidades culturais, clubes de serviço e outros.

Todo esse processo resultou em mudanças profundas das bibliotecas de bairro no decorrer de sua existência tornando-as pólos culturais das regiões em que se localizam, interagindo constantemente com as comunidades que atendem, extrapolando as formas tradicionais de registro e disseminação da informação. Passaram dessa forma, a ter uma atuação dinâmica, surgindo a necessidade de serem do-

Digitalizado gentilmente por:

tadas de mecanismos capazes de garantir seu múltiplo papel cultural no espaço geográfico em que atuam. Assim, foi instituído, através da portaria 22/85 BP, publicado no Diário Oficial do Município em 07 de janeiro de 1986, um Grupo de Trabalho com o fim específico de proceder um estudo detalhado para a formalização de uma situação existente de fato mas não de direito; o que resultou na criação das Sociedades Amigos da Biblioteca.

1 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Cada sociedade deverá receber como sócio, todos aqueles que se interessarem pelo desenvolvimento de atividades culturais e pela manutenção da biblioteca, como bem público. Por ser um grupo de trabalho voluntário, a filiação será isenta de qualquer pagamento e seus membros não deverão gozar de qualquer privilégio no uso da biblioteca. Através da sociedade amigos, a população deverá descobrir as soluções que ajudarão a desenvolver a biblioteca pública. A sociedade deverá ser um grupo de pressão, que representará perante as autoridades os interesses da população em matéria de biblioteca pública. Os membros da diretoria da sociedade deverão representar as diferentes parcelas da comunidade, de modo que a sua capacidade de diálogo seja fortalecida pela presença de nomes que sejam respeitados por todos.

2 OBJETIVOS

a) Tornar efetivo o vínculo de relacionamento cultural da biblioteca com a sua comunidade de usuários e gerar oportunidades de expansão desse relacionamento com a comunidade potencial;

b) Propor à biblioteca medidas que contribuam para o melhor desempenho do seu papel no campo específico de suas atribuições.

3 FINALIDADE

A sociedade, entidade civil, apolítica e sem fins lucrativos, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento das atividades culturais da biblioteca e com esse intuito deverá se reunir periodicamente para:

Digitalizado gentilmente por:

a) obter junto às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, subvenções ou doações em dinheiro ou em obras destinadas à consecução dos objetivos da sociedade;

b) angariar fundos destinados a constituir uma receita especial em benefício da biblioteca através da promoção de atividades de cultura e de lazer e;

c) apoiar e divulgar as atividades culturais e científicas desenvolvidas pela biblioteca.

A sociedade, sendo uma entidade de natureza cultural, poderá auferir os benefícios da Lei nº 7505 de 02/07/86, conhecida como Lei Sarney, que dispõe sobre os benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

4 REQUISITOS NECESSÁRIOS À FUNDAÇÃO E REGÊNCIA

4.1 Da Fundação

É necessário que o grupo de pessoas interessado em formar a sociedade, reúna-se em assembléia geral a qual será convocada para fundar legalmente a sociedade; escolher diretoria, membros do conselho consultivo e fiscal e elaborar estatutos e regimento interno. Dessa assembléia será lavrada a ata a qual será denominada Ata da Assembléia Geral de Fundação.

4.2 Da Regência

Os estatutos serão elaborados em assembléia geral, de preferência na assembléia geral de fundação e deverão conter os seguintes capítulos:

Cap. I – Da Denominação, sede e duração
Cap. II – Da Finalidade
Cap. III – Dos Sócios
Cap. IV – Das Assembléias Gerais
Cap. V – Do Conselho Consultivo
Cap. VI – Da Diretoria
Cap. VII – Do Conselho Fiscal
Cap. VIII – Do Patrimônio e da Receita Social

Digitalizado gentilmente por:

Cap. IX – Das Eleições
Cap. X – Disposições Gerais

Assim como os Estatutos, o Regimento Interno deverá ser elaborado com a finalidade de disciplinar a competência dos membros da diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal.

4.3 Formalidades Legais para o Funcionamento

A sociedade deverá ser registrada em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e para tal exige-se a seguinte documentação:

a) estatutos em três vias;
b) relação dos sócios fundadores em três vias;
c) relação da diretoria em três vias;
d) ata da Assembléia Geral da Fundação.

Após o registro outras providências deverão ser tomadas para o pleno funcionamento da sociedade:

a) obtenção de isenção no Cadastro Geral de Contribuinte (CGC) nos orgãos locais da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

b) obtenção da isenção do Imposto sobre a Venda nos órgãos locais da Receita Federal do Minitério da Fazenda;

c) obtenção do cartão de inscrição do imposto sobre serviços (ISS) para isenção na Secretaria Municipal de Finanças;

d) obtenção do alvará de licença de localização na Secretaria Municipal de Finanças, quando se tratar de sede própria e contrato de Comodato na Secretaria Municipal de Cultura, quando a entidade ficar sediada na Biblioteca;

e) obtenção de Declaração de Utilidade Pública mediante requerimento dirigido ao Prefeito (procedimento facultativo).

5 EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Como fruto na interação Biblioteca Pública-Comunidade criou-se em 09 de fevereiro de 1987, a Sociedade Amigos da Biblioteca Adelpha Figueiredo, localizada no bairro do Canindé, pioneira no Estado de São Paulo. Posteriormente, em 13 de maio do mesmo ano, foi criada a segunda entidade denominada Associação dos Amigos da Biblioteca Presidente Kennedy no bairro de Santo Amaro. Dada a recente data de criação de ambas entidades falta-nos subsídios para

Digitalizado gentilmente por:

avaliar o potencial de atuação dessas sociedades junto às comunidades a que assistem.

A politíca atual cultural iniciada e desenvolvida a partir de 1978 por todas as Bibliotecas Ramais do Departamento de Bibliotecas Públicas de São Paulo, apresentou resultado positivo a ponto de existirem vários grupos interessados em formar nas diversas Unidades suas próprias entidades.

6 CONCLUSÃO

Concluindo este relato, fica a certeza de que as Sociedades Amigos constituem-se num mecanismo capaz de garantir às Bibliotecas um adequado desempenho de seu multiforme papel cultural no espaço geográfico onde se localizam, ao mesmo tempo em que passam a propiciar às comunidades servidas e às potenciais, oportunidades de participarem na democratização da cultura. Num país, como o Brasil, onde a Biblioteca Pública atua, fundamentalmente, como Biblioteca Escolar, o desenvolvimento de múltiplas atividades de cultura e lazer é, sem dúvida, um meio eficaz de atingir as mais diferentes parcelas da população e com isso induzir a formação de grupos que fortaleçam o elo de ligação entre a BIBLIOTECA e a COMUNIDADE.

BIBLIOGRAFIA

1 DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Relatório de estudo para criação da Sociedade Amigos da Biblioteca. São Paulo, 1986. 8p.

2 ESTATUTO DA SOCIEDADE DE AMIGOS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1985. 10p.

3 SUPERVISÃO DE BIBLIOTECAS RAMAIS. Relatórios anuais. São Paulo, 1978-86.

4 BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Os livros são para ler. 2. ed. Brasilia, 1977. 117p.

Leitura Recomendada:

RICE, BETTY. Friends of library: keeping an asset from becoming a liability.in: *Public relations for public libraries*. New York, The H. W. Wilson Company, 1972. cap.10, p.115-125.

Digitalizado gentilmente por:

ENTREVISTA

Hagar Espanha detaca-se pelo espírito sempre jovial e irrequieto. Observadora lúcida do universo biblioteconômico, domina-o como ninguém. Lecionou Bibliografia, Referência e Indexação na Universidade Federal Fluminense, da qual é livre-docente. Fez o mestrado no IBICT e depois o dirigiu no período de 1972-74, colaborando com Célia R. Zaher na criação desse curso entre 1969-70. Até hoje orienta teses na área de análise documentária e da ciência da informação em geral e presta consultorias em várias partes do Brasil. No momento, desenvolve um Tesauro Facetado em Política da Informação junto ao CNPq-Rio. Sua entrevista neste número da RBBD é uma jóia sintética sobre o estado da Análise Documentária. Vamos então a ela!

RBBD – Como está a atividade profissional na área de Indexação e Linguagens documentárias?

Hagar – As linguagens documentárias, como tantos outros aspectos da profissão, não têm sido vistas, na prática, como parte integrante dos serviços de informação. A verdade é que, na quase totalidade, os serviços têm se ocupado mais com os modelos de sistemas, com o computador e com a catalogação descritiva. Esta observação pode ser comprovada pela ausência, na literatura, de estudos de avaliação do uso de catálogos, pois aí estariam sendo avaliados, pelos menos, a eficiência e a eficácia da catalogação/indexação de assunto – e a linguagem documentária – além do serviço de referência. Perde-se muito tempo na catalogação descritiva e não se elaboram manuais de procedimentos para a indexação, nem se ampliam ou se desenvolvem instrumentos adequados de representação de documentos. É comum ouvir dizer que uma biblioteca especializada usa um, dois e até três tesauros, o que significa, na prática, que nenhum deles está sendo efetivamente usado, pois cada tesauro tem princípios próprios, nem sempre compatíveis entre si.

Digitalizado gentilmente por:

RBBD – Não se verifica, então, na prática uma visão sistêmica dos serviços de informação?

Hagar – Embora se fale muito em 'sistema' em nosso meio, o fato é que o termo tem sido usado de forma inconsistente, confundindo-o com serviço, com rede e vice-versa. O sistema de informação – ou, dito de maneira mais precisa, o serviço de informação numa perspectiva sistêmica – é alvo vivo, e não um modelo com caixinhas num esquema. Com o advento do computador isso se torna mais evidente. Imagine-se uma biblioteca que recebe, por força de lei, uma grande quantidade de documentos; imagine-se que essa biblioteca seja responsável pela divulgação sistemática dessa coleção num repertório bibliográfico; imagine-se, ainda, que essa biblioteca seja responsável por atividades de controle bibliográfico. Não se justifica que tais atividades se dêem em serviços estanques. Numa visão sistêmica, o produto de uns é a entrada de outros. No entanto, essa dissociação ocorre na prática e os mesmos itens de informação têm seu tratamento duplicado. Por outro lado, a indexação depende da linguagem documentária, dos serviços que a biblioteca pretende oferecer (produção de catálogos em fichas, ou de repertórios impressos, busca retrospectiva etc.), do tipo de documentação (livros, artigos, relatórios técnicos ou não), os quais por sua vez, são definidos e estabelecidos em função das necessidades dos usuários a quem se destina o serviço e não de qualquer usuário que procure o serviço. A definição da clientela é fundamental.

RBBD – Então a biblioteca ou o serviço de informação não são um espaço democrático?

Hagar – Os vários tipos de biblioteca existem por causa dos vários tipos de usuários. Qualquer leitor pode entrar em qualquer biblioteca o que não significa que seu nível de satisfação seja atendido. A linguagem científica deve refletir uma litera-

Digitalizado gentilmente por:

tura científica, assim como uma literatura de interesse geral não necessita de um ou de vários tesauros especializados. Dentro ainda da perspectiva sistêmica – ou de sua falta – observa-se que o cabeçalho de assunto, que foi criado para bibliotecas gerais, tem sido adotado por gregos e troianos neste País, independentemente de uma análise de sua adequação às bibliotecas especializadas onde tem sido adotado.

RBBD – Qual tem sido a atuação dos grupos especializados das associações, no estudo e desenvolvimento das linguagens documentárias?

Hagar – Os estudos das questões relativas à indexação/recuperação e às linguagens documentárias ainda não encontraram espaço no movimento associativo. De fato, os poucos estudos têm sido originários da Universidade, seja nos cursos de pós-graduação seja nas bibliotecas universitárias. Com exceção do grupo Temma, em São Paulo, coordenado por Johana W. Smit, não conheço outro grupo que desenvolva estudos. No Rio, estamos procurando reunir pessoas interessadas no assunto, como forma de estimulá-las a estudar tópicos de interesse comum, mas não tem sido fácil. Acredito que a fraca atuação dos profissionais, inclusive nos movimentos associativos se deva ao fato de a maioria dos profissionais serem do sexo feminino, preocupados, provavelmente, mais com a família do que com o desenvolvimento profissional. As duas atividades não são incompatíveis, no entanto, por esse motivo a maioria tem, na verdade, um emprego, e não uma profissão. Essa questão se reflete no movimento associativo como um todo. A longo prazo isso é terrível: o número de profissionais tem aumentado, mas não o número de estudiosos na proporção desejável.

RBBD – O que pode ser feito para reverter essa situação?

Hagar – Não tenho a resposta. As associações e a FEBAB têm aí um

Digitalizado gentilmente por:

desafio. As Escolas de Biblioteconomia também. Um dos caminhos – longo, por sinal – poderia ser o do desenvolvimento do espírito de indagação, nos alunos, através da leitura e discussão, além do trabalho prático. Isso exige uma mudança radical na forma de transmissão de conhecimentos na sala de aula. Paradoxalmente, os profissionais do livro não primam por conviver intimamente com o livro. Se eu tivesse uma receita, ela seria: leitura, leitura, leitura, e muito trabalho. A leitura estimula a reflexão sobre o fazer, desperta o indivíduo para novos caminhos, aponta soluções etc. O fazer mostra problemas e questões, fechando-se o círculo. Hoje já se pode contar com uma literatura razoável em língua portuguesa, e contribuições de excelente nível. O que falta, talvez, sejam *livros*, com informação sistematizada. Os artigos, embora de boa qualidade, não seriam sempre adequados aos alunos da graduação por tratarem de tópicos específicos. Na graduação o aluno precisa de uma visão global que os livros didáticos poderiam oferecer.

Um programa de estudos que a FEBAB, juntamente com a ABEBD, poderiam desenvolver seria o de identificar conteúdos que atendessem à maioria dos programas das Escolas, buscando, posteriormente, apoio no CNPq e no IBICT para a produção dos textos.

RBBD – O que acha do ensino de Indexação e Linguagens Documentárias?

Hagar – Há dois anos atrás analisamos os programas de Indexação, Classificação e Linguagens documentárias, para uma Mesa Redonda sobre o ensino desse tema. Infelizmente, esse estudo não foi publicado, pois elucidaria algumas questões que não serão abordadas por falta de espaço. Verificou-se que, de modo geral, os programas tratam de classificação, ou classificação e indexação, ou indexação e tesauro. Falta uma abordagem integradora. A indexação, aí incluída a análise documentária, se concretiza numa linguagem de repre-

Digitalizado gentilmente por:

sentação de assuntos que pode ser um tesauro, uma tabela de classificação, ou ainda, apenas um vocabulário controlado e, até mesmo, a linguagem natural. O ensino desses aspectos, de forma dissociada, a análise documentária e a criação de instrumentos para representação dos documentos são atividades intelectuais específicas da profissão e exigem muito esforço e dedicação.

RBBD – A classificação bibliográfica, mesmo sendo um instrumento de representação de assuntos como o tesauro, não deve ser ensinada juntamente com este, que tem abordagem alfabética. Assim, como você pode afirmar que as escolas não têm essa visão integradora?

Hagar – Com exceção da UnB – nem todas as escolas enviaram os programas – não foram identificados programas ou tópicos sobre teoria da classificação e suas aplicações em sistemas de classificação bibliográfica ou em tesauros. A impressão que se tem é que o ensino se limita ao manuseio das tabelas e dos tesauros e não à sua criação; essa impressão vem dos programas e das leituras recomendadas.

Ora, o tesauro é um sistema de classificação, usa métodos da classificação e, quando usado em sistemas pré-coordenadas, necessita de uma ordem de citação, como nos sistemas de classificação facetada. Na elaboração de sistemas de classificação e de tesauros, o percurso é, em grande parte, comum. Eles se separam no momento da notação, de um lado; não havendo, nas tabelas de classificação maior preocupação com o plano verbal, que é fundamental nos tesauros. Existe, aqui, uma contribuição da Lingüística, sendo a Semântica necessária tanto para um como para o outro, já que ambos sistematizam significados. Este assunto precisa, ainda, de uma grande discussão para se verificar o que deve e o que não deve ser incorporado no programa da graduação, não se podendo esquecer que o mercado de trabalho necessita de profissional esclarecido que possa saber o

Digitalizado gentilmente por:

que o serviço perde ou o que ganha quando adota esta ou aquela linguagem, este ou aquele serviço ou produto.

RBBD – Quais as implicações, nas linguagens documentárias, do uso de computadores nas bibliotecas?

Hagar – A introdução do computador nos serviços de indexação/recuperação de informação abre para os bibliotecários um amplo leque de opções. Por outro lado, exige dele maior preparo para que ele possa se decidir, numa dada situação, sobre a adoção de linguagens documentárias, da linguagem natural ou, ainda, da combinação de ambas. A decisão tem que levar em consideração os serviços para os usuários: busca retrospectiva, boletim bibliográfico etc. O que temos visto, com freqüência maior do que desejaríamos, é o uso do computador para produzir fichas. Ora, isto é sub-utilizar o potencial da máquina. Serviços como busca retrospectiva e produção de repertórios são quase antagônicos, em termos de sistema. Se o primeiro exige sistema pós-coordenado, o último exige pré-coordenado. Como conciliar, na máquina, estas propostas? Estas questões têm que ser levantadas na Escola para que os profissionais possam tomar decisões corretas, na hora de conceber o sistema.

Outra questão é a que se refere à formação de bases de dados. Ora, o que é uma base de dados, para o bibliotecário, senão o seu fichário na máquina? Uma coisa, porém, é colocar o catálogo de uma biblioteca no computador, outra é formar uma base especializada. Isto não tem a ver com a máquina: é pura biblioteconomia. O que se observa, no entanto, é que, no Brasil, a maioria dos sistemas de informação especializada só têm se preocupado com a máquina. Na prática, verifica-se que inexiste uma política de seleção e que os sistemas buscam exaustividade, buscam mais compreensão do que intenção. Daí que a recuperação vem cheia de ruídos. Um especialista procura o sistema e, em resposta ao assunto solicitado, vem livros, artigos de revistas, artigos

Digitalizado gentilmente por:

de jornais, documentos de governo etc. Ora, se existe uma atividade em que "a mensagem é o Meio", essa atividade é a nossa. Cada meio tem sua linguagem própria, seu nível de informação, seu público alvo específico. Não se pode misturar tudo.

A meu ver, o grande problema com a automação é que ela chegou antes que a Biblioteconomia tivesse resolvido seus problemas básicos, no Brasil. E, como diz o Prof. Lancaster, no momento da recuperação o subsistema de 'matching', isto é, aquele que vai confrontar a estratégia de busca com o fichário – na máquina – o homem não pode mais interferir. E, se entrou lixo, sai lixo.

Digitalizado gentilmente por:

ANÁLISE DOCUMENTÁRIA: GUIA BÁSICO DE LEITURA

Regina Keiko O. F. Amaro*

A Análise Documentária consiste na realização de dois procedimentos básicos:

a) análise do conteúdo de textos, tendo como objetivos a identificação de conteúdos significativos dos documentos;

b) prestação dos contéudos significativos dos documentos, através da condensação em linguagem natural (resumo) ou da representação através de uma linguagem artificial (indexação).

Uma bibliografia em área tão abrangente resultaria em extensa lista de títulos, principalmente se levar-se em conta a grande produção de trabalhos realizados a partir de experiências em sistemas de informação ou em áreas do conhecimento específico. Exemplo disso são os inúmeros trabalhos sobre construção e manutenção de tesauros, publicados no Brasil e principalmente no exterior. Para suprir esta lacuna, foram incluídas as duas bibliografias do IBICT sobre o assunto.

Na seleção dos textos relacionados ao tema, levou-se em consideração principalmente aqueles que serviram ou têm servido como base para o desenvolvimento dos estudos na área de Análise Documentária. Neste sentido, alguns textos antigos (caso das obras de LUHN) e outros textos introdutórios (caso dos "Princípios..." da UNISIST) foram selecionados, a fim de que se tenha um panorama abrangente sobre o assunto.

O presente guia de leitura não deve ser visto como uma bibliografia fundamental, mas como uma diretriz, em larga medida bastante pessoal e subjetiva, daquilo que se entende como leitura básica para

* Professora da área "Análise Documentária", do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

a compreensão dos procedimentos, metodologias e questionamentos teóricos que envolvem o processo de Análise Documentária. Nesta medida, boa parte dos textos indicados apresentam discussões teóricas ou pragmáticas no sentido da análise lógico-semântica do discurso, aplicada, ou que possam fornecer subsídios para a Análise Documentária.

Em função do critério adotado, a não indicação de textos significativos, principalmente entre aqueles produzidos no Brasil, não os invalidam em termos da sua contribuição para o desenvolvimento de estudos da área.

BIBLIOGRAFIA

AITCHISON, J. & GILCHRIST, A. *Manual para construção de tesauros.* Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1979.

AUSTIN, D. *PRECIS: a manual of concept analysis anda subject indexing.* London, The Council of the British National Bibliography, 1974.

BARANOW, U. G. Perspectivas na contribuição da Lingüística e de áreas afins à Ciência da Informação. Brasília, *C. Inf.*, *12*(1):23-35, 1983.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and test linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive atc of classifying documents. *J. Documentacion*, *42*(2):84-113, Jun. 1986.

BORKO, H. & BERNIER, C. L. *Indexing concepts and methods.* New York/London, Academic Press, 1978.

——— . & ——— . *Abstracting concepts and methods.* New York/London, Academic Press, 1975.

CATTENAT, A. & PAUL, G. Intelligence artificielle. In: *Les nouveles technologies dans l'information scientifique et technique.* Paris, IRNA/SOPHIS-Antipolis, 1984.

Digitalizado gentilmente por:

CAVALCANTI, C. R. Indexação e tesauro: metodologia e técnicas. Brasília, ABDF, 1978.

———. Indexação. In: MACHADO, V. D., ed. *Estudos avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Brasília, ABDF, 1982. v. 1, pp. 211-31.

CHAUMIER, J. *L'analyses documentaire*. Paris, Entreprise Moderne d'Édition, 1977.

CINTRA, A. M. M. Elementos de Lingüística para estudos de indexação. Brasília, *C. Inf.*, *12*(1):5-22, 1983.

COYAUD, M. *Linguistique et documentation:* les articulations logiques du discours. Paris, Larousse, 1972.

COYAUD, M. & SIOT-DECAUVILLE, N. *L'analyse automatique des documents*. Paris, Mouton, 1967.

CUNHA, I. M. R. F. *Do mito à análise documentária:* a "luso-assimilição". Saõ Paulo, 1987. Tese (Dout.) ECA/USP.

DYM, E. D., ed. *Subject and information analysis*. New York, Marcel Dekker, 1985.

FOSKETT, A. C. *The subject approach to information*. 4. ed. London, Clive Bingley, 1982.

FUJITA, M. A. S. L. *PRECIS na língua portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros*. São Paulo, 1985. Dissertação (Mest.) ECA/USP.

GARDIN, J. C. *Les analyses du discours*. Nechâtel, Delachaux et Niestlé, 1974.

GRUPO TEMMA. *Análise documentária: a análise da síntese*. (Johanna W. Smit, org.)Brasília. IBICT, 1987.

Digitalizado gentilmente por:

HUTCHINS, W. J. *Languages of indexing and classification.* Stevenage (England), Peter Peregrinus, 1975.

IBICT. *Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues.* Brasília, IBICT, 1984.

———. *Tesauros, bibliografia/Thesauri, bibliography* 1970/1982. Brasília, IBICT, 1983.

———. *Tesauros, bibliografia/Thesauri, bibliography* 1983/1984. Brasília, IBICT, 1985.

JONES, K. S. & KAY, M. *Linguistics and Information Science.* New York/London, Academic Press, 1973.

LANCASTER, F. W. *Vocabulary control for information retrieval.* Washington, Information Resources Press, 1972.

MONTGMERY, C. A. Linguistics and Information Science. *J. Am.Soc.Inf.Science, 23*(3):195-219, mai-jun. 1972.

NATALI, J. W. *De l'analyse documentaire à l'analyse poétique:* a propos de critiques des "Chats" de Baudelaire. Paris, 1976. Tese (Dout. - École des Hautes Études em Sciences Sociales).

NATALI, J. W. Documentação e Lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. São Paulo, *R. Bras. Bibliotec. Doc., 11*(1/2):33-42, jan.-jun. 1978.

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours.* Paris, Dunod, 1969.

REVISTA DA ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA DA UFMG. Belo Horizonte, 4(2), set. 1985.

SCHULTZ, C. K. (ed.) *Luhn: pioneer of information science;* select works. New York/London, Spartan Books/Macmillan, 1968.

Digitalizado gentilmente por:

SMIT, J. W. *Les langages documentaires comme métalangages du discours scientifique.* Paris, École Pratique des Hautes Études, 1973. (Mémoires). [ver também Natali, J. W.].

UNISIST. *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri for information retrieval.* Paris, UNESCO, 1971.

——— . *Guidelines for the establishment and develpment of multilingual thesauri.* Paris, UNESCO, 1980.

——— . Principios de indexação. *R. Esc. Bibliotecon.* UFMG, 10(1):83-94, mar. 1981.

VICKERY, B. C. Knowledge repreentation: a brief review. *J. Documentation*, 42(3):145-59, set. 1986.

Digitalizado gentilmente por:

NACIONAL

EVENTOS

Retrospectiva de 1988

Abril: III ENCONTRO PAULISTA DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Marília, SP.
Tema: Metodologia do ensino da biblioteconomia.

Maio: III ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, RJ.
I SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE MERCADO EM INFORMAÇÃO CIENTIFÍCA E TECNOLÓGICA, IBICT, Brasília - DF.

Junho: VII CONGRESSO BRASLEIRO DE ARQUIVOLOGIA, Brasília, DF.
Tema: Nova arquivística; administração de documentos; informática; acesso à informação.
VII ENCONTRO DE BIBLIOTECONOMIA DO VALE DO PARAÍBA, Lorena, SP.
Tema central: O "status quo" dos bibliotecários valeparaibanos".

---

* Bibliotecária-Chefe da Biblioteca Alceu Amoroso Lima (Bairro de Pinheiros) – Deptº de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo.
** Bibliotecária-Chefe do Serviço de Aquisição e Difusão, do Serviço de Biblioteca e Documentação, ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

X JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, Porto Alegre, RS.
Tema central: Biblioteconomia: avaliação e perspectivas.
XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, Porto Alegre, RS.
Tema central: Formação e participação do estudante de Biblioteconomia e Documentação.

Agosto: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO & I EXPOSIÇÃO DE ARTIGOS E SERVIÇOS PARA BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO (COBIB E EXPO-BIB), São Paulo, SP.
III ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, São Paulo, SP.
Tema: Informação jurídica: estágio atual e perspectivas.
V SEMINÁRIO DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMÁTICA, Rio de Janeiro, RJ. (SUCESU 88)
Tema: Inteligência artificial e biblioteconomia; "softwares" nacionais versus estrangeiros; comportamento do bibliotecário diante da informática.
IV SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, São Paulo, SP.

Setembro: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, Viçosa, MG.
Tema geral: Comunicação Rural

Corrente:

Outubro: VII ENCONTRO LONDRINENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7 a 9 out. 1988, Londrina, PR.
Promoção: Departamento de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina
Informações: Departamento de Biblioteconomia-Secretaria
Centro de Educação, Comunicação e Artes
Campus Universitário
Caixa Postal - 6001
86.051 - Londrina - PR.

Digitalizado gentilmente por:

III ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMÁTICA.
23 a 28 out. 1988, Brasília, DF, Centro de Convenções
Promoção: ABDF-Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
Tema Central: O impacto da informática no desenvolvimento social: efeito nas áreas de Informação, Biblioteconomia e Documentação.
Informações: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - CLRN 72/703 Bloco G Ent. 49.
CEP 70710 - Fone: (061) 224.3825

CURSOS

BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional promove em 1988, diferentes cursos, entre os quais destacam-se:

- Identificação e conservação de acervos bibliográficos e documentais
  2 a 12 ago. 1988
  Professores: Equipe da Coordenadoria de Conservação e Restauração da Biblioteca Nacional

- Livro Raro: história
  12 a 16 set. 1988
  Professora: Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

- Organização de coleções especiais: obras raras e manuscritos
  19 a 27 set. 1988
  Professores: Equipe técnia da Divisão de Referência Especializada da Biblioteca Nacional
  Maiores Informações: Biblioteca Nacional. Coordenação de Cursos.
  R. da Imprensa, 16 - 4º andar - Palácio Gustavo
  Capanema - 20.030 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 220.4389

Digitalizado gentilmente por:

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

- Introdução ao Direito para Bibliotecários
  16 maio a 17 jun. 1988
  Professores: Vagner Balera, Dejalma de Campos, Luis J. B. de Aguiar, Carlos Alberto Nahas, Moisés Akserald, Pedro E. Serrano, Marcilio C. Ferreira Molina.

- Sistemas administrativos
  17 maio a 16 jun. 1988
  Professor: Francisco Scarfoni

- Curso sobre o AACR-2 (Anglo-Americano, código de catalogação - 2. ed.)
  11 a 26 jul. 1988
  Professora: Marise M. Lorusso

Maiores Informações: Associação Paulista dos Bibliotecários
R. 13 de maio, 1100 - 3º andar cj. 32
01327 - São Paulo-SP

CURSOS – FESPSP

A Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo programou os seguintes Cursos Extracurriculares para o 2º semestre de 1988:

- Arquivos correntes, Intermediários e Permanentes
  Professoras: Neli Siqueira, Daíse A. Oliveira e Heloisa L. Belloto

- Sistemas Decimais de Classificação
  Professora Lygia Bonn Gonçalves

Maiores Informações: Faculdade de Biblioteconomia e Documentação/FESP
R. General Jardim, 522
01223 - V. Buarque - São Paulo-SP

Digitalizado gentilmente por:

CURSO: USP/ECA/CBD

- Curso de especialização em Ação Cultural
  1988 a 1989 - Início: agosto 1988
  Professor responsável: José Teixeira Coelho Neto
  Colaborador: Edmir Perrotti
  Corpo docente: Teixeira Coelho, Edmir Perrotti, Luis Milanesi, José Carlos de Paula Carvalho, Marisa Lajolo e convidados.
  Maiores informações: ECA/USP. Secretaria de Pós-Graduação
  Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
  05508 - São Paulo-SP

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CDC - UFRJ

- Mar. a nov. 1988
  Maiores informações: Secretaria da Escola de Comunicação - ECO/UFRJ. Av. Pasteur, 250 - Fundos - URCA
  22.290 - Rio de Janeiro - RJ - tel.: (021) 295.9499
  1988/89 – Inscrição: 19.12.88 a 31.01.89

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

- Mar. a jul. 1988, Porto Alegre, RS
  Promoção: Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, Biblioteca Central e FABICO-UFRGS
  Apoio: MEC/SESU E CAPES

OUTROS CURSOS

- Organização de arquivos ativos e inativos
  25 a 26 fev. 1988, Belo Horizonte, MG
  Instrutor: Rosálla Paraíso Matta de Paula

Digitalizado gentilmente por:

- Organização e Métodos (O&M) para reorganização administrativa de sistemas de informação.
  17 e 18 mar. 1988, Belo Horizonte, MG
  Instrutor: Amélia Silveira

- Custos em bibliotecas e arquivos: é hora de saber como manejá-los
  24 e 25 mar. 1988, Belo Horizonte, MG
  Instrutor: Edson G. Santeque de Paula
  Maiores informações: DOCUMENTAR LTDA
  R. Rio Pomba, 529. Padre Eustáquio
  30.730 - BH - MG - Tel. (031) 464.5310

ACORDO ENTRE A FEBAB E O INL

Protocolo de intenções foi firmado em 1987, entre a Fundação Nacional Pró-Memória, através do Instituto Nacional do Livro e a FEBAB, por meio da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares, com o objetivo de incentivar e apoiar o desenvolvimento das bibliotecas públicas e escolares do país. Participaram do ato, o Embaixador Wladimir Murtinho, representando o INL, e a presidente da FEBAB, Elizabete Ramos de Carvalho, que se comprometeram a desenvolver ações conjuntas em suas respectivas áreas de atuação, unindo esforços para uma política efetiva que beneficie as bibliotecas públicas e escolares brasileiras.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO - 50 anos de atividades

Comemorando os seus 50 anos de atividades, o Instituto Nacional do Livro e o MinC/Pró-Memória lançaram a publicação Instituto Nacional do Livro 1937-1987: 50 anos de publicações. O trabalho apresenta um resumo das atividades do INL, no decorrer deste período, dá suas proposições para o fortalecimento das ações ligadas às atividades de produção e distribuição do livro e relaciona mais de duas mil obras editadas e co-editadas pela instituição.

Digitalizado gentilmente por:

II PLANIN

Foi iniciada em março de 1988, pela Secretaria Especial de Informática (SEI), a elaboração do II Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN), para o período de 1989/1992. Para tanto foram constituídos quatro grupos de trabalho em torno dos seguintes temas, definidos como prioritários para a informática nacional: Situação atual e cenários; Custos e preços; Mercado e papel do Estado e fortalecimento da empresa nacional, além do Programa de Qualidade em Informática, já em andamento na SEI. O PLANIN formula, ainda, as seguintes diretrizes fundamentais: uso da informática, produção, pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos.

DOCUMENTOS DA UNESCO À DISPOSIÇÃO DA COMUNIDADE BRASILEIRA

Tendo em vista acordo firmado com a Unesco, o IBICT passou a ser o distribuidor nacional dos documentos do Programa Geral de Informação (PGI) daquela organização. Já estão à disposição da comunidade, na Biblioteca do Centro de Documentação e Informação (CDI) do Instituto, todas as publicações do PGI em inglês, francês e espanhol, sob a forma de microfichas. Os interessados deverão procurar maiores informações no seguinte endereço:

- IBICT. Centro de Documentação e Informação.
  SCN. Quadra 2, Bloco K. - 70710, Brasília, DF
  Tel.: (061) 321.4888 ramal 234

MANUAL DE REGISTRO DE OBRAS INTELECTUAIS

A Biblioteca Nacional está divulgando o Manual de Registro de obras intelectuais, elaborado pelo seu Escritório de Direitos Autorais. Este trabalho foi realizado com base em pesquisa documental específica, analisando a legislação pertinente, para dela extrair a trajetória percorrida em relação a registro de obras intelectuais, e aborda os seguintes aspectos: histórico do registro, autoria das obras intelectuais, direitos do autor: moral e patriomonial, finalidade e alcance do

Digitalizado gentilmente por:

registro, entidades responsáveis pelo registro de obras intelectuais/natureza da obra, normas para registro no EDAN/BN, legislação específica aplicável. Conforme a sua natureza, a obra intelectual poderá ser registrada nos seguintes orgãos:

- Escritório de Direitos Autorais - Biblioteca Nacional (EDA/BN)
  R. da Imprensa, 16 - 11º andar - salas 1109/10
  Palácio Gustavo Capanema - 20030 - Rio de Janeiro, RJ
  Tel.: (021) 220.0039/220.0890 - TELEX 2122941 - BNRJ BR

CRIADA A COMISSÃO BRASILEIRA DA FID

O presidente do CNPq criou, junto ao IBICT, a Comissão Brasileira da Federação Internacional para a Informação e Documentação (FID) com os seguintes objetivos:

- atuar como órgão assessor do IBICT, nas atividades que este desempenhe como membro nacional da FID:
- atuar como foro nacional para discussão e exame dos programas de médio prazo.

A Comissão Brasileira-FID será formada por dez membros, sendo cinco representantes designados por instituições que atuam no campo da informação e documentação e que se interessem em cooperar com a FID, e cinco especialistas em informação e documentação. O diretor do IBICT convidará as instituições e participantes individuais que comporão a CB-FId.

CRIADA FUNDAÇÃO PRÓ-LEITURA

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, em outubro de 1987, comemorativa do Dia da Cultura, o presidente José Sarney criou as fundações Nacional Pró-Leitura de Artes Cênicas e do Cinema Brasileiro. A Fundação Pró-Leitura, que reúne o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Biblioteca Nacional, tem por objetivos promover o desenvolvimento da produção e a difusão do livro; estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; difundir e estimular o hábito da leitura; manter e in-

Digitalizado gentilmente por:

centivar cursos de biblioteconomia, além de promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documentação nacional em suas diversas formas.

CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Conselho de Ciência e Tecnologia foi criado em janeiro de 1988, pelo presidente da República, no Ministério de Ciência e Tecnologia, resultante da transferência e transformação do antigo Conselho Científico e Tecnológico do CNPq para a estrutura do MCT. Ao CCT compete deliberar sobre planos, programas e orçamentos do Governo Federal para o setor de C&T. Entre eles se destacam as diretrizes para o Plano de Ciência e Tecnologia do governo, a proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), as propostas de orçamentos anuais e plurianuais do Setor Público Federal em C&T apresentados pela SEPLAN.

LEI DE SOFTWARE: MINI-CENTRAL PARA ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A Secretaria Especial de Informática (SEI) implantou uma "mini-central de atendimento ao usuário" com o objetivo de responder perguntas e prestar esclarecimentos sobre a lei de Software. A "mini-central" está sob a responsabilidade da assessora técnica Alice Takenouchi do Departamento de Programas e Serviços, da Subsecretaria Industrial. Tel.: (060) 217.6333.

INTERNACIONAL

IFLA

53. COMFERÊNCIA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS (IFLA)

Representantes de 123 países filiados estiveram presentes à 53.

Digitalizado gentilmente por:

Conferência da IFLA, realizada em Brighton (Inglaterra), em agosto de 1987, sob o tema "Bibliotecas e Serviços de Informação no Mundo".

Foram firmadas e encaminhadas resoluções e recomendações, das quais destacam-se:

- inclusão do idioma espanhol como língua oficial, a partir da conferência de Sydney (Austrália), em 1988;
- reafirmado o conceito de cobrança de serviços prestados por bibliotecas públicas, como custos da informação automatizada;
- recomendações à UNESCO, FID e IFL, entre outros, para dar continuidade ao trabalho de padronização da educação e dos programas de treinamento profissional;
- recomendações às organizações competentes – nacionais e internacionais – com a finalidade de elaborar planos de padronizações da educação e dos programas de treinamento profissional, considerando os seguintes pontos: nível acadêmico, teoria e prática, contexto político-social e cultural, currículo modular, administração, preservação e conservação, materiais audiovisuais, administração de arquivos, tecnologia da informação estudo de usuário, métodos de pesquisas, marketing;
- recomendações à UNESCO, FID e IFLA, visando o apoio à realização de seminários e intercâmbio; e para apoiar a educação e reciclagem de professores de bibliteconomia;
- reconhecimento da importância de se estabelecer equivalência de graus e diplomas de várias instituições nos diferentes países;
- recomendações para que seja estabelecido pela IFLA e FID um código de conduta, reconhecendo que o conceito de profissionalismo deve reger a atuação de todos os profissionais da informação e que deve ser incluído em sua formação;
- recomendações para a preparação de um léxico ou uma base de terminologia normalizada para biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia.

Digitalizado gentilmente por:

NOVAS PUBLICAÇÕES

– REFERENCE REVIEWS

O objetivo é oferecer informações sobre materiais de referência e auxiliar os bibliotecários nos serviços de seleção e aquisição. Concentrada principalmente nas publicações inglesas, a revista é editada trimestralmente. ISSN 0950-4125. Parker Moore Ltd., 10 Circus Mews, Bath BA1 2PW, U.K.

9. INTERNATIONAL CONFERENCE ON CUMPUTER COMUNICATION

30 October-3 November 1988
Tel Aviv, Israel

"Computer Comunication Techonologies for the 90's" é o tema desta 9. Conferência. Mais informações: Dr. J. Kella, P.O. Box 50006, Tel Aviv 61500, Israel.

ANNUAL AND INTERNATIONAL CONFERENCE

International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centers – IAML
4-15 September 1988
Tokyo/Hiroshima

A IAML desenvolve atividades voltadas para a documentação e a divulgação da área de música. O tema da conferência internacional é "Materiais sobre música em ideogramas chineses e seu processamento automatizado". Para a conferência anual (dirigida aos trabalhos das comissões) terá destaque a sessão da Comissão de Bibliografia, com o tema "Música e bibliografia na América Latina". Informações: Organizing Committee, 1906, Nishi-Azabu 4-chome, Minto-ku, Tokyo 106, Japão.

Digitalizado gentilmente por:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMACION CIENTIFICA Y TECNICA

17-22 Octubre 1988
La Habana, Cuba

O objetivo do Congresso é propiciar o intercâmbio de experiências entre especialistas e profissonais, organizações e instituições nacionais e internacionais vinculadas à ciência da informação e ao trabalho em documentação, com a finalidade de aprofundar e ampliar a cooperação e a integração a nível regional e internacional. Fazem parte do evento as atividades:

- congresso
- 21ª Assembléia Geral Regional da FID/CLA
- Seminário Informativo sobre o Sistema Internacional de Informação Científica e Técnica
- Conferência Internacional Database'88
- Exposição Expo-Info'88

Apartado Postal 2019, Telex 511203, La Habana 2, Cuba.

A Presidente em exercício da FEBAB – Selma Chi Barreiro esteve presente no evento.

17º INTERNATIONAL CONGRESS

International Association of Libraries and Museums of the Performing Arts
409 September 1988
Mannheim, BRD

O tema do congresso para este ano será "As coleções teatrais e o público", relacionando os acervos e suas finalidades educacionais, de pesquisa e de uso comercial. Mais informações: Congress-Secretary Liselotte Homering, Stadtisches Reiss-Museum, Theatersammlung, C5 Zeughaus, D-6800 Mannheim 1, BRD.

Digitalizado gentilmente por:

SMIT, J. coord. – *Análise documentária*; a análise da síntese. Brasília, IBICT, 1987. 133p.

Em 1987, o IBICT lançou um pequeno volume intitulado "Análise Documentária: a análise da síntese" de autoria do Grupo Temma, constituído por professoras do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e de uma professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O livro propõe-se a definir o que é a Análise Documentária (AD), concebida como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar conteúdos de documentos sob formas destinadas à recuperação da informação, assim como a analisar esses mesmos procedimentos, no sentido de discriminar não só os seus suportes teóricos como os metodológicos. Este último objetivo retira da Análise Documentária o traço preponderante de procedimento, atribuindo-lhe características de disciplina. Isto é, em todos os trabalhos apresentados, existe a preocupação de operacionalizar um procedimento, tendo em vista um objeto e um corpo teórico em formação.

O volume compõe-se de sete capítulos precedidos por introdução de Johanna W. Smit (professora da ECA-USP), na qual narra o percurso do Grupo Tema e as discussões teóricas e práticas que deram origem a estes artigos. Localiza a AD no processo de tratamento e recuperação da informação, assim como a sua vocação interdisciplinar, nomeadamente com a Lingüística e a Lógica. Seguidamente, apresenta os desafios colocados à AD, tanto na resolução de problemas teóricos inerentes à sua crescente interdisciplinaridade, como dos práticos derivados da automação e utilização de técnicas de Inteligência Artificial.

---

* Diretora da Divisão de Tratamento da Informação do Departamento Técnico do SIBI/USP.

Digitalizado gentilmente por:

No primeiro capítulo, "Linguagens de indexação", Eunides A. do Vale (bibliotecária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e ex-professora da ECA/USP) sistematiza a concepção clássica da AD no sentido da recuperação de informação de linguagens de indexação previamente individualizadas como: pré-coordenadas, as quais incluem sistemas tradicionais de classificação (CDD, CDU, LC) listas de cabeçalhos de assunto, classificações facetadas; e pós-coordenadas, unitermos e tesauros. Termina levantando os problemas inerentes à conceção destas linguagens assim como à sua utilização, remetendo-os para as discussões apresentadas nos capítulos posteriores. De certa forma, este primeiro capítulo realiza um "Balanço" com exemplos práticos do que se faz, do que se usa e das dificuldades encontradas no momento da utilização dos instrumentos de indexação, abrindo caminho para a exploração de outros instrumentais e novos procedimentos em indexação.

No segundo capítulo, "Estratégias de Leitura em Documentação", a lingüista e professora da PUC-USP Anna Maria Marques Cintra desenvolve o tema de interação leitor/texto no processo de leitura realizada pelo bibliotecário/analista da documentação. Neste sentido, contrapõe à prática do profissional as concepções teóricas a experimentais dos lingüistas, afirmando que qualquer leitura, incluindo a realizada com fins documentários, depende de conhecimentos prévios armazenados, quer lingüísticos quer contextuais organizados em "esquemas" na sua memória. Considera, ainda, que no processo de leitura se podem distinguir dois grupos de estratégias: "as cognitivas que compreendem comportamentos automáticos e inconscientes e as metacognitivas que supõem comportamentos desautomatizados, na medida em que o leitor tem consciência de como está lendo" (CINTRA, p. 32). São questões que tornam clara a importância da leitura no processo de AD, vindo desmitificar tanto a conceção do indexador/analista da documentação "neutro", como a do texto "absoluto", ou seja, a idéia de que o texto é qualquer coisa que existe como imutável, capaz de ser visto em momentos diversos por pessoas diversas sempre na mesma perspectiva.

Dado que o segundo capítulo transfere para o texto o foco das preocupações em AD, a qual surge dependente da leitura e da compreensão do texto, portanto da sua análise, o terceiro capítulo (da au-

Digitalizado gentilmente por:

toria de Isabel M.R. Ferin Cunha, professora da ECA-USP) entra na caracterização do que é AD e quais os seus parâmetros teóricos e experimentais. Caracteriza a AD como operação semântica de passagem do texto original a sua representação, na qual estão "três linguagens (para fins documentários não lingüísticos) interligadas: a linguagem natural (LN), as linguagens especializadas (LE) e as linguagens documentárias (LD) "CUNHA, p. 39). Nos parâmetros teóricos inclui: as análises possíveis e a análise documentária, fazendo um recorte das análises de conteúdo, literárias, semióticas e lingüísticas, e comparando-as com a AD; as propostas teóricas e pragmáticas da Lingüística, possíveis de virem a ser adaptadas a AD; a "Lógica e lógicas" utilizadas ou a explorar os problemas de ideologia, tanto na análise do discurso como na interferência do indexador/analista da documentação. Nos parâmetros experimentais apresenta: a metodologia de análise que visa a identificar a organização metodológica do discurso do autor/produtor através da segmentação do texto" (CUNHA, p. 55) e a "isolar conceitos/palavras-chave tradutoras do conteúdo desses sementos" (CUNHA, p. 55); a metodologia de síntese que visa a "chegar a conceitos/palavras-chave capazes de traduzir o conteúdo do discurso analisado" (CUNHA, p. 58).

Enquanto no terceiro capítulo a autora apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos da AD como um todo, no quarto capítulo a mesma autora enfoca a "Estruturação de Vocabulário" partindo do "bom-senso" para a sua sistematização. Nesse sentido formula categorias operacionais embasadas nos estudos de casos realizados pelos lingüistas Fillmore e Pottier afirmando que Instrumento, Agente, Objeto, Modo, Lugar, Produto e Finalidade, "são categorias de estruturação de vocabulários, válidas para todas as áreas de conhecimento...Sendo que as diferenças das áreas refletir-se-iam nas caracterizações das categorias e na formulação das perguntas" (CUNHA, 73). Seguidamente, propõe a formação do Campo Semântico, o qual possibilitaria em documentação a organização da informação "na medida em que é em relação a ele que se podem estruturar as categorias, agrupar conceitos e estabelecer relações lógico-lingüísticas entre eles" (CUNHA, p. 74). Propõe, então, a discussão dos conceitos, o que implica "num procedimento circular de estruturação de vocabulários, na medida em que partindo de um vocabulário de base, se pas-

Digitalizado gentilmente por:

saria pela sua organização em categorias e Campo Semântico" (CUNHA, p. 77). Termina apresentado cinco diagramas com o fim de melhor explicar as propostas anteriormente apresentadas.

Em síntese, estes dois capítulos procuram localizar os campos da AD partindo de uma exploração do "bom-senso" para uma racionalização dos procedimentos téoricos e práticos. O mesmo propósito manifesta-se no capítulo quinto "A definição semântica para a elaboração de Glossários" da lingüista e professora da ECA-USP, Maria de Fatíma G.M. Tálamo. Este capítulo parte da definição de glossário, instrumento de controle terminológico, cuja função específica é a de traduzir as linguagens técnica e científica numa linguagem sistêmica" (TÁLAMO, p.88) para a necessidade de formulação de definições apropriadas que se refiram à essência daquilo que se procura definir, não sejam circulares, apresentem-se na forma afirmativa e não metafórica. Seguidamente, enfoca a definição semântica na qual está incluída a definição como operações de expansão "que explicita a diferença específica do termo em relação a um traço constante" (TÁLAMO, p.94). Ao dar exemplos práticos sobre a organização e definição dos termos no glossário, este capítulo contribui para clarear e normalizar o processo de construção de vocabulários em AD.

O capítulo sexto, "A Análise da imagem: um primeiro plano", da professora Johanna W. Smit da ECA-USP, constitui-se numa exploração da AD em materiais audiovisuais, contrariando o que chamou de "principal argumento invocado pelos defensores da aplicação das técnicas de análise documentária ao documento audiovisual sem maiores adaptações" (SMIT, p.101) dado que a "imagem mostra como a coisa "é", há "transparência" entre a imagem e o real, a imagem "e" o "real" (SMIT, p.101). Na verdade, esta questão liga-se não só à especificidade do documento audiovisual, como aos problemas de transcodificação, isto é "tradução de um código para o outro" (SMIT, p.103); informações técnicas, ou seja, "detalhes" técnicos referentes a produção do documento" (SMIT, P.104) e interpretação da imagem. Desenvolve em seguida tema de como analisar a imagem para efeitos de documentação evitando a omissão, isto é, considerando que "certas categorias de informações são imprescindíveis na descrição da imagem" (SMIT, p.108) e que se deve evitar o excesso.

Este capítulo é de grande importância para análise de imagem,

Digitalizado gentilmente por:

na medida em que a bibliografia é escassa ou praticamente inexistente em lingua portuguesa.

O sétimo e último capítulo é uma revisão bibliográfica realizada pelas professoras da ECA-USP, Isabel M. R. Ferin Cunha, Nair Yumiko Kobashi e Regina Keiko O. F. Amaro. Segundo as autoras, "A revisão bibliográfica que ora apresentamos está na vertente lógico-semântica e analisa os trabalhos mais significativos que se constituem em referencial para a construção de uma teoria da Análise Documentária, tal como é proposta pelo Grupo Temma" (CUNHA, KOBASHI, AMARO, p.114). Neste sentido, a bibliografia é apresentada em três blocos - Lingüística Geral, Lógica/Filosofia da Linguagem e Lingüística/Documentação - tendo em consideração a sua relevância para a Biblioteconomia/Documentação.

No conjunto, os artigos incorporados no volume "Análise Documentaria: a análise da síntese" iniciam e apresentam uma nova visão, dentro da área e no Brasil, da problemática em questão. Como todos os trabalhos que resultam de pesquisa não são definitivos, contém imprecisões e refletem o estado da pesquisa no momento, o que nos leva a concluir que trabalhos futuros tenderão a um maior desenvolvimento e consistência.

Isabel M. R. Ferin Cunha, Profª da ECA/USP.

BERNSTEIN, Harry. *Pedro Craesbeeck & Sons, 17th Century Publisher to Portugal and Brazil*. Amsterdam, Adolf M. Hakkert, 1987. 229p.

O estudo histórico de oficinas tipográficas não parece ser muito usual entre nós, embora possam apresentar rico manancial de informações, seja do período em que existiram, indicando, entre outros, certos hábitos de leitura, seja da personalidade de seu proprietário, muitas vezes marcante em sua época ou em seu meio.

Certamente o estudo de uma dessas tipografias antigas resultaria numa pesquisa aprofundada ou mesmo numa tese de doutoramento.

A grande dificuldade, principalmente para as mais antigas, é obter a documentação necessária em que se possa basear o trabalho. O

Digitalizado gentilmente por:

levantamento das fontes históricas relacionadas aos desenvolvimentode uma oficina tipográfica e os dados relativos aos tipográfos-artistas que exerceram a sua atividade naquele estabelecimento são, às vezes, difíceis de coligir. Em muitos casos, o tipógrafo era também o proprietário da mesma oficina.

Obviamente, ao se fazer a pesquisa relacionada a uma tipografia, procura-se, concomitantemente, elaborar um catálogo das obras que tenham sido impressas por esta mesma oficina. Isto requer, evidentemente, muito trabalho. Raramente vamos encontrar todos os livros em apenas uma biblioteca. Por outro lado, a maioria dos bibliotecários não entendem a necessidade de um fichário de tipógrafos ou oficinas tipográficas. Recusam-se simplesmente a "perder tempo" com uma coisa que eles consideram desnecessária. Concordamos em parte a respeito deste ponto, isto é, apenas quando se trata de livros impressos recentemente. Este procedimento - o fichamento dos tipógrafos - deveria ser adotado por todas aquelas bibliotecas que possuem um acervo de livros impressos antes de 1800. Isto porque, até aquela data, o procedimento da impressão de livros era uma atividade excessivamente manual. E com isto podemos, em muitos casos, "individualizar" um livro. Isto quer dizer que o livro de uma mesma edição pode apresentar divergências, como, por exemplo, erros de paginação corrigidos durante a impressão. Após a invenção de máquinas reprodutoras de centenas de exemplares, o erro de paginação se repete em todas, já que a impressão é mais acelerada.

No livro que aqui resenhamos temos um trabalho sobre uma importante família de tipógrafos, que exerceu suas atividades quase que exclusivamente em Lisboa. O fundador da dinastia mudou-se, nos fins do século XVI, dos Países Baixos para Lisboa. Pedro Craesbbeck (1572 - 1632), católico praticante, encontrou em Portugal o ambiente propício para as suas atividades. Havia aprendido o seu ofício na famosa oficina de Christoph Plantin, na Antuérpia, e o exerceu com rara perfeição em sua nova pátria. Politicamente soube adaptar-se às circunstâncias de seu tempo. Enquanto Pedro Craesbeeck e seu filho mais velho, Lourenço, eram impressores basicamente dos Habsburgos espanhóis, seu filho mais jovem, Paulo, e mais tarde, seu neto Antonio dedicaram-se aos interesses da casa de Bragança, de onde se originaram mais tarde os reis de Portugal.

Digitalizado gentilmente por:

Harry Bernstein, professor emérito de história íbero-americana na Universidade da Cidade de Nova Iorque, dos Estados Unidos, examina neste seu estudo não só as atividades de Pedro Craesbeeck, mas também a de seus filhos, netos e sobrinhos até 1692, quando morre assassinado o último impressor da família, Theotónio Damaso de Mello, filho de Antônio Craesbeeck de Mello (1640 - 1684).

Divide a obra em cinco capítulos. Os três primeiros tratam individualmente dos impressores que pertenceram à família Craesbeeck. O quarto capítulo faz referência aos editores e prefaciadores: os Craesbeechs como literatos e editores de literatura. E o último é o epílogo no século XVIII: o fim da linhagem. Seguem-se as notas respectiva a cada capítulo. Nos dois apêndices temos o contrato que Antônio Craesbeeck de Mello fez com Pedro de Faria e Souza, filho do historiador Manuel Faria e Sousa para a impressão do livro Ásia Portuguesa deste. O estudo encerra-se com a relação das obras publicadas pelos diversos Craesbeecks, por ordem de assunto.

Toda a documentação citada é traduzida para o inglês. As indicações não são muito elucidativas. Por outro lado, são verificados, em alguns casos, erros citando artigos que não foram escritos pela pessoa. Ao finalizar o livro, não se encontra uma bibliografia das obras consultadas. Aliás Bernstein termina o seu trabalho com uma relação por assunto dos livros impressos pela família Craesbeeck. Não conseguimos encontrar qual o sistema adotado em cada assunto: não é por ordem cronológica, que seria o certo, nem por ordem alfabética dos autores; não existe um índice onomástico para localizar especificamente os autores e suas obras; a indicação bibliográfica não está completa - não indica paginação, ilustrações quando as há. Em alguns casos, informa o lugar em que se encontram as obras, por siglas, que não foram decodificadas.

Não é um estudo aprofundado da matéria. O trabalho parece ter ficado por muito tempo engavetado, o que se comprova pelas poucas citações bibliográficas que cessam no ano de 1974. Da mesma forma forma, a ausência de genealogia dos Craesbeecks impossibilita maiores indicações e clareza. O livro poderá servir quanto muito como ponto de partida para estudo exaustivo no futuro.

Dra. Rosemarie Erika Horch – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Digitalizado gentilmente por:

CURLEY, ARTHUR & BRODERICK, Dorothy. *Building library collections*. 6.ed. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1985. 339p.

O título *Building Library Collections* não é, absolutamente, um título novo na literatura biblioteconômica. Escrito originalmente por Mary Duncan Carter e Wallace John Bonk, ainda durante a década de 50, constituiu-se em texto-padrão na área de desenvolvimento de coleções neste último quarto de século. Tanto isto é verdade que o mesmo vem sendo alvo, durante estes anos todos, de várias revisões e atualizações. Inicialmente elaborado muito mais como um tratado sobre o desenvolvimento de coleções de materiais bibliográficos, o livro foi, em suas sucessivas edições, abrindo espaço para outros tipos de materiais, à medida em que os mesmos iam invadindo, por sua vez, o espaço das bibliotecas. Já na segunda edição, de 1964, ainda pelos mesmos autores, era incluído um novo capítulo tratando especificamente da seleção de materiais não impressos. Embora a terceira edição, segundo seus críticos, nada tenha acrescentado à sua predecessora, a quarta edição, de 1974, com a inclusão de Rose Mary Magrill aos dois autores originais, trouxe grandes atualizações, expandindo tanto o espaço reservado aos apêndices como às bibliografias ao final dos capítulos. Para a publicação da quinta edição da obra, em 1979, Mary Duncan Carter já havia falecido, o que não impediu que tivesse antes oferecido muitas contribuições àquela edição, que apresenta várias modificações como o acréscimo de novos capítulos sobre estudo da comunidade, compartilhamento de recursos, avaliação de coleções, desbastamento e preservação, além de colocar, entre os apêndices, as *Diretrizes para o Estabelecimento de Políticas para o Desenvolvimento de Coleções*, da ALA.

Foi possível, assim chegar à sexta edição da obra, agora totalmente elaborada por dois novos autores, Arthur Curley e Dorothy Broderick, devido à morte de Wallace Bonk e ao afastamento de Rose Mary Magrill. E as mudanças são diversas, muitas delas positivas, a começar por capítulo introdutório em que os autores discutem o porquê da existência de bibliotecas, onde afirmam, entre outras coisas, que estas "existem para facilitar a comunicação seja entre pessoas do presente ou entre alguém do passado com alguém do presente, como entre alguém do presente com alguém pertencente ao futuro"; em

Digitalizado gentilmente por:

seguida, os autores mergulham mais profundamente nos objetivos de existência das bibliotecas, particularizando-os para cada tipo de instituição, ou seja, bibliotecas públicas, acadêmicas, escolares e especializadas. Outra inovação introduzida por Curley e Broderick é o capítulo dedicado a analisar a filosofia e estrutura do desenvolvimento de coleções; nele, os novos autores preocupam-se em traçar a evolução do conceito "seleção de livros", ou seja, como este, no transcorrer do tempo, foi modificando-se até o aparecimento da expressão "desenvolvimento de coleções", muito mais abrangente que aquela. Os autores passam, em seguida, a discutir temas como princípios de seleção para bibliotecas públicas, instrumentos auxiliares para seleção e seleção de materiais não impressos, além de tratar também de temas correlatos, como as relações entre seleção e censura, o mercado livreiro, o compartilhamento de recursos, as bibliografias nacionais e comerciais etc. Além disso, dedicam capítulos específicos a questões como aquisição, avaliação e desbastamento das coleções. Completam a obra vários apêndices que incluem as diversas declarações de Associações norte-americanas sobre a liberdade de leitura e de pontos de vista.

Esta atualização da obra de Carter e Bonk, embora contenha alguns pontos negativos em relação à edição anterior - como a exclusão de alguns apêndices, - não deixa de apresentar boa contribuição à área de Desenvolvimento de Coleções. As bibliografias no fim de cada capítulo, particularmente, propiciam um ótimo manancial para aqueles bibliotecários que desejem aprofundar-se em qualquer dos assuntos tratados; o livro conta, ainda, com índice de assunto bastante razoável que facilita sobremaneira o acesso a pontos específicos. O idioma da obra, no entanto, deverá oferecer obstáculo para alguns bibliotecários brasileiros, o que, esperemos, não venha a servir de desestímulo aos muitos que por ela se interessem e venham a retirar valiosas informações, principalmente porque, neste país, não possuimos qualquer manual que chegue sequer aos pés de obras como as de Curley e Broderick. O eventual esforço de leitura será, temos certeza, mais que compensador.

Waldomiro de Castro Santos Vergueiro – Professor Assistente – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP

Digitalizado gentilmente por:

RECENTES PUBLICAÇÕES*

Neste número, a lista seguinte substituirá RECENTES PUBLICAÇÕES, Seção ainda em fase de organização. A RBBD está aberta à contribuição de todos aqueles que desejem colaborar nesta Seção.

As obras abaixo relacionadas constituem o material adquirido em 1987 e 1988 pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, para dar suporte aos cursos e pesquisas do Departamento de Biblioteconomia e Documentação.

Desta forma, incluem-se aqui não apenas livros técnicos sobre o assunto, como também obras ligadas a Ação Cultural, Administração da Cultura, e bem como obras de áreas relacionadas com a Lingüística, a Sociologia, a Lógica, solicitadas pelos professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação.

Esse material está disponível para consulta dos interessados no Serviço de Biblioteca e Documentação da ECA (Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - tel. 210-2122 r.669), aberto ao público de 2a. a 6a., das 9 às 21:45 hs e aos sábados, de 8:30 às 14:30 hs. O SBD atende, também, pedidos de empréstimos entre-bibliotecas de instituições inscritas para este fim.

AIMER lire: comment aider les enfants a devenir lecteurs. Paris, Bayard, 1982.

ALA Glossary of Library and Information Science. Chicago, ALA, 1983.

AMERICANS and the arts: a nationwide survey of public opinion. New York, American Council for the Arts, 1984.

---

* Organizado pela Biblioteca da ECA/USP.

Digitalizado gentilmente por:

ANGENOT, M. La parole pamphletaire: typologie des discours modernes. Paris, Payot, 1982.

THE ARTS in the economic life of the city. New York, American Council fot the Arts, 1979.

ASSOCIATION Française des Documentalistes. Edition électronique et documentation: dum plomb à l'électron. Paris, La Documentation Française, 1985.

BADIOU, A. Théorie du sujet. Paris, Seuil, 1982.

BALFE, J. H. & HEINE, J. C., eds. Arts education beyond the classroom. New York, American Council for the Arts, 1988.

BEARDSLEY, J. Art in public places. New York, Partner for Linoble Places, 1981.

BETTELHEIM, B. & KELAN, K. La lecture et l'infant. Paris, Robert Laffont, 1983.

BLANCHOT, M. L'écriture du désastre. Paris, Gallimard, 1980.

BORGMAN, C. et alii. Effective online searching: a basic test. New York, Marcel Dekker, 1984.

BORDIEU, P. Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques. Paris, Bayard, 1982.

BORDIEU, P. La distinction, critique sociale du jugement. Paris, Minuit, 1981.

BORDIEU, P. Questions de sociologie. Paris, Minuit, 1981.

CAGNETI, S. A. & ZOTZ, W. Livro que te quero livre. Rio de Janeiro, Nórdica, 1986.

Digitalizado gentilmente por:

CALIXTE, J. & MORIN, J. C. Management d'un service d'information documentaire: prévoir le future, gérer le présent. Paris, Ed. d'Organisation, 1985.

CAMPBELL, H. L. Le développement des systèmes et des services de bibliothèques. Paris, UNESCO, 1983.

CHARAUDEAU, P. Langage et discours: elements: elements de sémiolinguistique. Paris, Hachette, 1983.

CONANT, R. W. The Conant report: a study of the education of libraries. Cambridge, MIT, 1980.

COOK, M. Archives and the computer. London, Butterworths, 1980.

CORDRAY, D. S. & LIPSEY, M. W. eds. Evaluation studies: review annual. London, Sage, 1986, v. 11.

CRADDOCK, P. The public and blind people: a survey and review of current practice. s.l.p., British Library, 1985.

CRAVEN, T. C. String indexing. London, Academic Press, 1986.

DEBONS, A. et alii. The information professional: survey of an emerging field. New York, Marcel Dekker, 1981.

DELEUZE, G. Francis Bacon, logique de la sensation. Paris, Editions de la différence, 1981.

DEWEZE, A. Informatique documentaire. 2.ed. Paris, Masson, 1986.

DIMAGGIO, P. Managers of the arts. New York, American Council for the Arts, 1988.

DRETSKE, F. I. Konwledge and the flow of information. Oxford, Brasil Blackwell, 1981.

Digitalizado gentilmente por:

DUCROT, O. Les mots du discours. Paris, Minuit, 1980.

DYM, E. D. Subject and information analysis. New York, Marcel Dekker, 1985.

ECKARDT, W. von. Live the good life! New York, American Council for the Arts, 1982.

ECO, H. De Biblioteca. Caen (Fr), L'Echoppe, 1986.

EVALUATION of Information Services and Products. Washington, Information Resources, 1971.

FALDINI, Giacomina, org. Manual de catalogação: exemplos instrutivos do AACR2. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1987.

FJALLBRANT, N. & MALLEY, I. User education in libraries. 2.ed. London, Clive Bingley, 1984.

FUTAS, E. Library acquisition policies and procedures. 2.ed. Phoenix, Arizona, Oryx Press, 1984.

GAMARRA, P. La lecture: pourquoi faire? Tournau, Casterman, 1974.

GERMANAUD, M. C. & RAPPAPORT, G. Gréer et animer une bibliothèque en milieu rural dans les petites agglomérations, à l'hôpital, dans l'entreprise. Paris, Cercle de la libraire, 1986.

GERRIE, B. Online information systems: use and operating characteristics, limitation, and desing alternaties. Arlington, Int. Resources Press, 1983.

GOMES, S. C. Bibliotecas e sociedade na 1ª República. São Paulo, Pioneira, 1983.

GREIMAS, A. J. Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales. Paris, Hachette, 1982.

Digitalizado gentilmente por:

GRIZE, J. B. Sémiologie du raisonnement. Berne, Peter Lang, 1984.

GROUPE FRANÇAIS D'EDUCATION NOUVELLE. Le pouvoir de lire. Tournai, 1975.

HARRIS, S. P., ed. Insights on sites: perspectives on art in public places. Washington, Partner for Linoble Places, 1984.

HIGHAN, Norman. The library in the University: observation on a service. London, André Deutsh, 1980.

HUDRISIER, H. L'iconothèque: documentation audiovisuelle et banques d'images. Paris, La Documentation Françaises, 1983.

IMAGE et signification: recontres de l'Ecole du Louvre. Paris, La Documentation Française, 1983.

INFORTERM. World guide to terminological activities. Munch, K. G. Saur, 1985.

JOHNSTON, A. Francis Bacon: the advancement of learning and New Atlantic, Oxford, Oxford, University Press, 1986.

JONES, K. Conflict and change in library organisations: people, power and service. London, Clive Bingley, 1984.

KANTE, J. Management information systems. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1984.

KENT, A. & GALVIN, T., eds. The structure and governance of Library networks,. New York, Marcel Dekker, 1979.

KENT, A. & GALVIN. T. J. Information techonology: critical choices for library decision makers. New York, Marcel Dekker, 1982.

KLINGENSMITH, P. J. & DUNCAN, E. E. Easy access to Dialog. Orbit and BRS. New York, Marcel Dekker, 1984.

Digitalizado gentilmente por:

KOHL, D. F. Acquisition, personnel, buldings and equipment. Santa Barbara, Califórnia, ABC-CLIO, 1985.

KUHLTHAUS, C. School librarian's grade-by-grade activities program: a complete sequential skills plan for grades. H-8. New York, The Center for Appllied Research in Education, 1981.

LABOURIE, R. Les institutions socio-culturelles: les mots cles. Paris, PUF, 1985.

LANCASTER, F. W. Libraries and librarians in an age of electronic. Arlington, Inf. Resources Press, 1982.

l'IMAGE fixe, espace de l'image et temps du discours. Paris, La Documentation Française, 1983.

LIPSKE, M. Place as art. New York, Americab Council for the Arts, 1985.

LOVELOCK, C. H. & WEINBERG, C. B. Marketing for public and nonprofit managers, New York, Jonh Wiley, 1984.

LYONS, J. Semantique linguistique. Paris, Larousse, 1980.

MACHLUP, F. Knowledge: its creation, distribution, and economic significance. Princeton, University, 1982.

MANAGEMENT: a selected annotated bibliography. v. III. West Yorshare. MCB Univ. Press, 1985.

MARTINET, M. Culture prolétarienne. Paris, Maspero, 1979.

MARUSKIN, A. F. OCLC: its governancem function, financing and technology. New York, Marcel Dekker, 1980.

MCNULTY, R. H.; PENNE, L. & JACOBSON, R. The economic of amenity: comunity futures and quality of life. Washington, Partners for Linoble Place, 1985.

Digitalizado gentilmente por:

MILANESI, L. Ordenar para desordenar. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MORISON, B. G. & DALGLEISH, J. G. Waiting in the wings: a larger audience for the arts and how to develop it. New York, American Council for the Arts, 1987.

PEETERS, E. Conception et gestion des banques de donnés. Paris, Ed. d'Organisation, 1985.

PRIEVE, A., ed. Survey of arts administration training: 1987-88. New York, American Council for the Arts, 1987.

PUBLIC art, public controversy: the tiltled Arc on trial. New York, American Council for the Arts, 1987.

PUBLIC Library Association. Output measures for public libraries: a manual for standardized procedures. Chicago, A.L.A., 1987.

RABEN, J. & MARKS, G., eds. Data bases in the humanities and social sciences. Amsterdam, North Holland, 1980.

REISS, A. The arts management reader. New York, Marcel Dekker, 1980.

RIGAUD, J. La culture pour vivre. Paris, Gallimard, 1975.

ROUSE, W. B. & ROUSE, S. H. Management of library networks: policy, analyses, implementation and centro. New York, Jonh Wiley, 1980.

ROWLEY, J. E. & TURNER, C. M. D. The dissemination of information. London, Andre Deutsch, 1978.

SALTON, G. & McGILL, M. J. Introduction to modern information retrieval. New York, McGraw Hill, 1983.

SCHMITT, M. P. Savoir – lire. Paris, Didier, 1982.

Digitalizado gentilmente por:

SLAVENS, T. The retrieval of information in the humanities. New York, Marcel Dekker, 1981.

SNEDOOF, H. Cultural facilities in mixed-use development. Washington, Urban Land Institute, 1985.

STEINER, G. A. & MINER, J. B. Management policy and strategy. New York, McMillan, 1986.

SUBRAMANYAN, K. Scientific and technical information resources. New York, Marcel Dekker, 1981.

SYNNOTT, W. R. & GRUBER, W. H. Information resource management: opportunities and strategies for the 1980s. New York, Jonh Wiley, 1981.

TODOROV, T. Mikahail Bakhtine: le principe dialogique. Paris, Seuil, 1981.

UNESCO. Cultural development: some regional experiences. Paris, UNESCO, 1981.

VAN DER LAAN, A. & WINTERS, A. A. eds. The use of information in a changing world. Amsterdam, North-Holland, 1984.

YUNES, E. A. A Leitura e a formação do leitor: questões culturais e pedagógicas. Rio de Janeiro, Antares, 1984.

Digitalizado gentilmente por:

1 INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação

A RBBD é órgão oficial de comunicação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem como finalidades:

a) constituir-se em periódico especializado da área de Biblioteconomia e conhecimentos afins;

b) ser um veículo noticioso e informativo de eventos e feitos de associações e de outras agências ligadas à área; e

c) preservar a memória profissional e constituir instrumento para análises futuras.

1.2 Tipos de Colaborações

1.2.1 A 1ª Secção da RBBD é constituída de:

a) artigos técnico-científicos, produtos de válida experiência profissional e de pesquisa;

b) comunicações prévias ou informes posteriores de pesquisa;

c) revisões de uma área ou assunto, em uma determinada época ou anual;

d) comunicações de natureza descritiva de fundo profissional, sobre processos, atividades, serviços, programas etc. relevantes e com inovações;

e) ensaios, documentários de uma época, de uma instituição, de um movimento biblioteconômico etc.;

f) sistematizações, roteiros, modelos etc. com fins didáticos;

* Reformulado, junho de 1988.

Digitalizado gentilmente por:

g) monografias (resumidas) de estudantes, em alto nível; e

h) traduções, imprescindíveis para relevância da divulgação.

1.2.2 Outras Secções

1.2.2.1 LEGISLAÇÃO: referenciação (leis, decretos, portarias etc.), seguida de emenda e resumo; sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra, com comentários;

1.2.2.2 REPORTAGEM E ENTREVISTAS: pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 NOTICIÁRIO: notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos etc.;

1.2.2.4 RESENHAS: livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBD;

1.2.2.5 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS: assuntos de interesse da área, conforme NB-66/78;

1.2.2.6 RECENTES PUBLICAÇÕES: registro das obras recém-publicadas e trabalhos acadêmicos defendidos na área biblioteconômica;

1.2.2.7 CONSULTÓRIO TÉCNICO: esclarecimento de dúvidas e perguntas dos leitores, respondidas por especialistas.

1.3 Escolha da matéria dos fascículos

A matéria da Revista será encomendada a critério do editor e obedecendo planejamento anual.

2 REGULAMENTO

2.1 Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Profª Dra. Neusa Dias de Macedo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhandava, 40, conj. 110, São Paulo, SP – CEP 01306.

2.1.2 A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBD,

Digitalizado gentilmente por:

não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico. A Comissão Editorial reserva-se o direito de incluir, em casos especiais, artigos publicados em revistas de outras áreas e em Anais de Congresso.

2.1.3 Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de pelo menos dois Relatores do Conselho Editorial, dentro das especialidades destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores pelo prazo de um ano.

2.1.6 Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor, ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 A RBBD se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores Especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.

2.1.8 As colaborações de cada fascículo compreenderão:

a) a matéria encomendada pelo Editor responsável, conforme planejamento do tema central de cada fascículo;

b) a artigos espontâneos, obedecendo a data de entrega dos mesmos.

2.1.9 A cada trabalho será reservado um exemplar do fascículo, entregue ao primeiro autor.

2.2 Traduções

Devem ser submetidas à apreciação do Editor, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor do texto original deve ser encaminhada ao Editor, juntamente com a tradução.

Digitalizado gentilmente por:

2.3 Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções para cada fascículo é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 Limitar-se a um máximo de 30 páginas datilografadas para os artigos originais, 10 páginas para comunicações técnicas, sistematizações, roteiros de aulas, monografias de estudantes e 60 para revisões e traduções. Anexos e apêndices, quando constarem, não devem exceder 1/3 (um terço) do total de páginas;

3.2 Ser datilografados numa só face de folhas tamanho ofício, obedecendo a média de 20 linhas de 70 toques para cada página datilografada. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos no canto superior direito. A datilografia deve ser preferencialmente executada em máquina elétrica, com fita de polietileno, utilizando-se a esfera "polygo elyte" para o texto e "prestigie elyte" para os resumos e notas de rodapé.

3.3 Ser escritos preferencialmente em língua portuguesa;

3.4 Conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 Conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um e português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes do artigo, e serem acompanhados de descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer às recomendações da NBR 6028/80. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 Apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

a) título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;

b) autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;

c) data de apresentação do artigo à Redação;

Digitalizado gentilmente por:

d) no rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*
D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em Aslib Proceedings 20 (a): 21-33, 1968. Traduzido pelo prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of Open University Library, Inglaterra.

3.7 Apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. V. *Revista Brasileira de Estatística, 24*:42-60, jan./jun. 1963. Devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e encabeçadas por um título;

3.8 Apresentar as ilustrações em papel vegetal, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquin preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo letraset);

3.9 Devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluido na lista de referências bibliográficas com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

3.10 As legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicação entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 Seguir as normas de referenciação bibliográfica pela ABNT: NB 66/78. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Digitalizado gentilmente por:

Exemplos:

1 – Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. (Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 – Traduções:

FOSKETT, Douglas Jonh. *Serviço de Informação em bibliotecas*. [Information services in libraries]. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 – Parte de obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed., Sul Americana, 1955. v. 1, t. 1, p. 129-53.

4 – Artigos de periódico:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 Seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT: NBR-6024/80, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 Usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 Apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.

Digitalizado gentilmente por:

Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

---

Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 21 nº 1/2, jan./jul. 1988

Nome/*Name:*

Endereço/*Address:*

Data/*Date:*

(a)

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por:

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science Abstracts (LISA) e
Library Literature (LL).

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários)
São Paulo, 1, 1973 – **10**, 1977;
N. Ser. **11**, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTECÁRIOS, **1**, 1960/**26** (5/6), 1972.

1973/77, 1–10
1978, 11 (1/4)
1979, 12 (1/4)
1980, 13 (1/4)
1981, 14 (1/4) CDU:02:061.25(81) (05)
1982, 15 (1/4)
1983, 16 (1/4)
1984, 17 (1/4)
1985, 18 (1/4)
1986, 19 (1/4)
1987, 20 (1/4)
1988, 21 (1/2)

Composição:
Angela Maria Costa dos Santos
Ligia Tizuko Carlos
Impressão e Acabamento:
grafistyl editora gráfica ltda
tel. 66-0220
sao paulo – sp

Digitalizado gentilmente por:

Digitalizado gentilmente por: